Folhas 01
Processo nº 90
Rubrica nº

**Processo / Protocolo:** 90/2025 **Entrada:** 11/03/2025

**Origem:** Secretaria Municipal de Administração e Finanças

**Destino:** Gabinete da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA

**Assunto:** Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

Wualdren dos Santos Machado

**Autuação**
Wualdren dos Santos Machado
Matrícula nº 202721
Assessor de Gabinete

PREFEITURA DE
**Alto Alegre do Pindaré**
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Processo nº 02
Rubrica nº 90

Alto Alegre do Pindaré/MA, 11 de Março de 2025.

**A Sua Excelência, o Senhor,**
**JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA**
Prefeito da Cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA
Av. João XXIII, S/N, Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA

Assunto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

De início cumpre frisar o Município enfrenta diversas demandas tributárias de alta complexidade, envolvendo questionamentos fiscais, autos de infração, retenção de repasses federais e cobranças indevidas, que exigem atuação especializada para garantir a correta defesa dos interesses municipais. Tais questões envolvem não apenas a fase administrativa, mas também litígios judiciais, cuja condução necessita de conhecimento aprofundado na legislação tributária, nos regulamentos da Receita Federal e na jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF e judiciais.

Outrossim, necessário identificar com agilidade e eficiência as pendências tributárias que estão gerando retenções ou bloqueios no repasse de recursos ao município, bem como, deve ser feito uma atuação com foco na regularização, tanto administrativa quanto judicial, possibilitando uma rápida resolução de problemas, evitando acúmulo de encargos adicionais e garantindo que o município restabeleça sua capacidade financeira sem entraves.

Desta feita, a Procuradoria Geral do Município não possui profissionais suficientemente qualificados para executar as atividades complexas de elaboração e acompanhamento processual, tanto na esfera administrativa do Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, quanto judiciais que viabilizem a regularização das pendências tributárias do município.

Além disso, embora a contratação de uma empresa especializada implique um custo inicial, os benefícios de regularizar pendências tributárias podem resultar em

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 03
Processo nº 90
Rubrica nº

significativa economia de recursos públicos no longo prazo. A recuperação de valores indevidamente retidos ou a redução de encargos tributários futuros representa uma forma de preservar o orçamento municipal.

Ponderando que o Município de Alto Alegre do Pindaré não possui profissionais suficientemente qualificados para executar as atividades complexas.

Destarte, se faz necessária a abertura de processo para Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

Frise-se que após realização de pesquisa, foi constatado que a empresa **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, dispõe de profissionais com ampla capacitação, conhecimento e larga experiência em administração pública, já tendo firmado contratos e ajuizado diversas ações objeto da contratação, demonstrando experiência prestada em diversos Municípios, logo, é singular, sendo considerada de notória especialização, existindo assim apenas uma possibilidade de contratação, qual seja a que aponta para o fornecedor acima indicado.

Assim, parece-nos, que devido à situação em questão, onde há singularidade e notória especialização, bem como, confiança e imparcialidade do prestador para os serviços que nosso município de Alto Alegre do Pindaré/MA deseja contratar, ficando a competição preconizada pela lei de licitação inviabilizada. E isto sugere a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação.

É cediço que as "compras" públicas, via de regra, devem ser precedidas por licitação, garantido os princípios regedores da matéria, principalmente os da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência (art. 37, XXI, da CF/88).

Contudo, o mesmo dispositivo constitucional, faz ressalva às situações previstas em lei, que por suas peculiaridades, dispensam a instauração de processo de licitação. Tais situações excluem a necessidade de competição, seja em razão de questões técnicas ou em função de uma certa exclusividade.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folha nº 04
Processo nº 90
Rubrica nº

No caso em tela, sob o ponto de vista do enquadramento legal, pretende-se a presente contratação com base na autorização para inexigibilidade de licitação, concedida nos termos do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:

> *Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
> *I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;*
> *II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;*
> *III - **contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização,** vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (g.n.)*

Já o § 3º desse mesmo dispositivo, traz o conceito legal de notória especialização nos seguintes termos:

> *§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

Quando a contratação envolver serviços técnicos profissionais especializados, poderá fazer-se diretamente, independentemente de procedimento formal licitatório. Isso não significa que a Administração possa escolher qualquer particular, a seu arbítrio, mas sempre que cumpridos requisitos subjetivos que decorram diretamente da causa motivadora da inexigibilidade da licitação.

Assim, devido à situação anômala apresentada, surge a *inexigibilidade de licitação.*

Destarte, constatado que a empresa **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50 é singular em seus serviços técnicos profissionais especializados, isso exclui, desde então, a possibilidade de a administração estabelecer concorrência, ficando inviabilizada a competição, além disso, já realizou a referida assessoria em diversos municípios, dentre outros requisitos que sem dúvida inviabilizam a competição.

Outrossim, a notória especialização não é uma causa de configuração da inexigibilidade de licitação, mas de seleção e identificação das condições subjetivas dos profissionais a serem contratados. A notoriedade significa o reconhecimento da qualificação dos sujeitos por parte da comunidade, evitando que a qualificação seja feita exclusivamente no âmbito interno da Administração, ou seja, a especialização consiste na titularidade objetiva de requisitos que distinguem o sujeito ou a equipe (empresa), atribuindo-lhe maior habilitação do que a normalmente existente no âmbito dos profissionais que exercem a atividade.

PREFEITURA DE
**Alto Alegre do Pindaré**
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Isso se traduz na existência de elementos objetivos ou formais, tais como a conclusão de cursos e a titulação no âmbito de pós-graduação, mestrado, doutorado, a participação em organismos voltados à atividade especializada, o desenvolvimento frutífero e exitoso de serviços semelhantes ou iguais em outras oportunidades, a autoria de obras técnicas, o exercício de magistério, a organização da equipe técnica, a experiência em palestras, cursos e assim por diante.

Desta forma, a empresa a ser contratada supre todos os requisitos acima mencionados, restando clara a singularidade dos serviços por esta prestados, bem como, a notoriedade de sua especialização.

Portanto, autorizar a aquisição direta do objeto com inexigibilidade de licitação, é perfeitamente cabível e legal, tendo em vista os art. 74, III, e § 3º, ambos da Lei nº 14.133/2021, conforme bem ficou demonstrando e fundamentado pelos ensinamentos doutrinários consignados neste expediente.

Ademais, junta-se a este expediente a proposta e documentação da empresa **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, bem como, solicita de antemão o auxílio do Setor de Pesquisa de Preços para confirmar se o preço ofertado pela empresa é compatível com outros já ofertados pela empresa em outros Municípios, bem como, subsidiar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar por esta Secretaria demandante.

Sem mais para o momento, renovo os protestos de elevada estima e distinta Consideração.

Atenciosamente,

**MARCELO COELHO SOUSA**
Secretário Municipal de Administração e Finanças

BARROS LIMA
ADVOCACIA

Folhas nº 06
Processo nº 90
Rubrica nº

São Luís/MA, 07 de março de 2025.

À Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA
Ao Setor de Licitações
Avenida João XXII, S/N - Centro
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA \ CEP: 65390000

Em atenção à solicitação de proposta encaminhada por essa Administração Municipal, a empresa BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, com sede na Avenida dos Holandeses nº 07, Condomínio Metropolitan Market Place Salas 109 e 110, Bairro Calhau, São Luís-MA, CEP 65071-380, neste ato representada por seu sócio fundador, FABYO BARROS LIMA, encaminha a seguinte proposta:

PROPOSTA

| Item | Descrição | Unid. | Período | Preço Unit. | Preço Global |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quais- | mês | 12 | R$ 30.000,00 | R$ 360.000,00 |

Folhas nº 07
Processo nº 90
Rubrica nº

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | quer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações – CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal. | | | | |

A presente proposta tem validade de 60(sessenta) dias a contar do recebimento.

Quaisquer informações e esclarecimentos poderão ser prestados através dos canais de comunicação indicados no rodapé.

FABYO BARROS LIMA:01936340151 FABYO BARROS LIMA:01936340151

BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ: 26.570.765/0001-50

Fabyo Barros lima

Sócio Fundador

BARROS LIMA
ADVOCACIA

Folhas nº 08
Processo nº 90
Rubrica nº

DECLARACÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR TRABALHADOR
*(Lei 9.854/99 e inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal)*

A empresa BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, sediada na Avenida dos Holandeses nº 07, Metropolitan Market Place, salas 409 e 410, São Luis/MA, CEP: 65071-380, por intermédio de seu representante legal, o Sr. FABYO BARROS LIMA, portador da Carteira de identidade nº 2.421.542/SSP-DF e do CPF nº 019.363.401-51, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 1999, que NÃO emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e também NÃO emprega menores de 16 (dezesseis) anos.

Brasília/DF, 07 de março de 2025.

BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ nº 26.570.765/0001-50
FABYO BARROS LIMA
CPF: 019.363.401-51
Sócio Fundador

Folhas nº 09
Processo nº 90
Rubrica nº

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**

**CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU**

**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**Data emissão:** 24/01/2025 **Nº da certidão:** 12500274705

**Data de validade:** 24/03/2025 **Código de Validação:** a86e8531ad

**NOME:** BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

**CNPJ:** 26.570.765/0001-50

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

**Observações:**

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

# 20 - BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA



**CNPJ: 26.570.765/0001-50**



## Balanço Patrimonial

dos Holandeses, 7, Calhau - SAO LUIS - MA

Folhas nº 10
Processo nº 90
Rubrica nº

Em REAL

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

**Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas**

| Número | Cód.Red. | Nome da Conta | Saldo Atual |
|---|---|---|---|
| 1 | | ATIVO | 311.721,60D |
| 1.1 | | ATIVO CIRCULANTE | 311.721,60D |
| 1.1.1 | | ATIVO CIRCULANTE | 311.721,60D |
| 1.1.1.1 | | DISPONIVEL | 311.721,60D |
| 1.1.1.1.01 | | CAIXA GERAL | 10.000,00D |
| 1.1.1.1.01.0001 | 00001 | CAIXA | 10.000,00D |
| 1.1.1.1.02 | | BANCOS CONTA CORRENTE | 301.721,60D |
| 1.1.1.1.02.0001 | 00004 | BANCO A | 301.721,60D |

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial Ano 2023 foi. Registrado na OABMA 566, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº170/2016 do EOAB, desde: 14/08/2024.

Folhas nº 11
Processo nº 99
Rubrica nº

**Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas**

| Número | Cód.Red. | Nome da Conta | Saldo Atual |
|---|---|---|---|
| **2** | | **PASSIVO** | **311.721,60C** |
| **2.1** | | **PASSIVO CIRCULANTE** | **12.970,08C** |
| **2.1.1** | | **EXIGIBILIDADES DIVS** | **5.500,00C** |
| **2.1.1.5** | | **CONTAS A PAGAR** | **5.500,00C** |
| **2.1.1.5.10** | | **ALUGUEIS** | **5.500,00C** |
| 2.1.1.5.10.0001 | 00130 | ALUGUEL A PAGAR | 5.500,00C |
| **2.1.3** | | **OBRIGACOES TRIBUTARIAS** | **5.697,66C** |
| **2.1.3.1** | | **IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB A PAGAR** | **5.697,66C** |
| **2.1.3.1.01** | | **IMPOSTOS A PAGAR OU A RECOLHER** | **5.697,66C** |
| 2.1.3.1.01.0006 | 00152 | SIMPLES NACIONAL A PAGAR | 5.697,66C |
| **2.1.5** | | **OBRIGACOES SOCIAIS** | **1.772,42C** |
| **2.1.5.1** | | **OBRIGACOES SOCIAIS** | **1.509,84C** |
| **2.1.5.1.01** | | **SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR** | **1.509,84C** |
| 2.1.5.1.01.0002 | 00163 | SALARIOS A PAGAR | 1.509,84C |
| **2.1.5.3.01** | | **ENCARGOS SOCIAIS** | **262,58C** |
| 2.1.5.3.01.0001 | 00170 | PREVIDÊNCIA SOCIAL A RECOLHER | 131,29C |
| 2.1.5.3.01.0002 | 00171 | FGTS A RECOLHER | 131,29C |
| **2.5** | | **PATRIMONIO LIQUIDO** | **298.751,52C** |
| **2.5.1** | | **CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO** | **10.000,00C** |
| **2.5.1.1** | | **CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO** | **10.000,00C** |
| **2.5.1.1.01** | | **CAPITAL SOCIAL SUBSCR / RESID. NO PAIS** | **10.000,00C** |
| 2.5.1.1.01.0001 | 00211 | FABYO BARROS LIMA | 10.000,00C |
| **2.5.9** | | **LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS** | **288.751,52C** |
| **2.5.9.1** | | **LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS** | **288.751,52C** |
| **2.5.9.1.01** | | **LUCROS DO EXERCICIO EM CURSO** | **288.751,52C** |
| 2.5.9.1.01.0001 | 00251 | LUCROS DO EXERCÍCIO | 288.751,52C |

**SAO LUIS / MA, 31 de Dezembro de 2023**

FABYO BARROS LIMA:01936340151 Assinado de forma digital por FABYO BARROS LIMA:01936340151 Dados: 2024.08.13 16:56:13 -03'00'

Responsável:
FÁBYO BARROS LIMA
CPF: 019.363.401-51 OAB:MA-15180-A

HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO Assinado de forma digital por HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO Dados: 2024.08.13 16:48:40 -03'00'

Responsável contábil:
HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
CPF: 019.305.603-89 CRC: MA-013516

Periodo 01/01/2023 a 31/12/2023

| Estrutura | Item | 2023 |
|---|---|---|
| 1 | **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** | **517.522,45 C** |
| 1.5 | VENDA DE PRODUTOS | |
| 1.10 | VENDA DE MERCADORIAS | |
| 1.15 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 517.522,45 C |
| 1.20 | RECEITAS DIVERSAS | |
| 2 | **( - ) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA** | **39.925,91 D** |
| 2.10 | IMPOSTO S/ VENDAS E SERVIÇOS | 39.925,91 D |
| 3 | **( = ) RECEITA LÍQUIDA** | **477.596,54 C** |
| 4.5 | CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS | |
| 4.10 | CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS | |
| 5 | **( = ) LUCRO BRUTO** | **477.596,54 C** |
| 6 | **DESPESAS OPERAC E OUTRAS RECEITAS** | **187.072,60 D** |
| 6.10 | DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 157.072,60 D |
| 6.15 | DESPESAS COMERCIAIS | 30.000,00 D |
| 8 | **( = ) LUCRO OU PREJ LIQ. OPERACIONAL** | **290.523,94 C** |
| 9.20 | RESULTADO DA CORREÇÃO MON. BALANCO | |
| 11 | **( = ) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR** | **290.523,94 C** |
| 14 | **( = ) LUCRO OU PREJ DO EXERCICÍO** | **290.523,94 C** |

**SAO LUIS / MA, 31 de Dezembro de 2023**

FABYO BARROS LIMA:01936340151 Assinado de forma digital por FABYO BARROS LIMA:01936340151 Dados: 2024.08.13 16:56:58 -03'00'

Responsável:
FÁBYO BARROS LIMA
CPF: 019.363.401-51 OAB: MA-15180-A

HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO Assinado de forma digital por HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO Dados: 2024.08.13 16:48:54 -03'00'

Responsável contábil:
HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
CPF: 019.305.603-89 CRC: MA-013516
Contador

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial Ano 2023 foi. Registrado na OABMA 566, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº170/2016 do EOAB, desde: 14/08/2024.

# 20 - BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA



**CNPJ: 26.570.765/0001-50**



## ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

dos Holandeses, 7, Calhau - SAO LUIS - MA

Periodo 01/01/2023 a 31/12/2023

Folhas nº 13
Processo nº 90
Rubrica nº

| Estrutura | Item | Índice |
|---|---|---|
| 10 | **ÍNDICES DE LIQUIDEZ** | |
| 10.10 | Liquidez Corrente - Fórmula: AC/PC | 24,03 C |
| 10.20 | Liquidez Imediata - Fórmula: AD/PC | 24,03 C |
| 10.30 | Liquidez Seca - Fórmula: (AC-EF)/PC | 24,03 C |
| 10.40 | Liquidez Geral - Fórmula: (AC+RLP)/(PC+ELP) | 12,79 D |
| 10.50 | | |
| 20 | **ÍNDICES DE ESTRUTURA** | |
| 20.10 | **Endividamento** | |
| 20.10.10.10 | Grau de Indivdamento - Fórmula: | 0,61 D |
| 20.10.10.20 | Composição do Endividamento - Fórmula: PC/(PC+ELP) | 1,00 D |
| 20.10.10.30 | Garantia de Capital de Terceiros - Fórmula: PLF/(PC+ELP) | 0,63 D |
| 20.10.10.40 | | |
| 20.20 | **Imobilizações** | |
| 20.20.10.10 | Imobilização Técnica - Fórmula: AIM/PLF | |
| 20.20.10.30 | Imob. Recursos Perman - Fórmula: | |
| 20.20.10.40 | Imob. Patrimonio Líquido - Fórmula: (AIN+AIM+AIT)/PLF | |
| 20.20.10.50 | Imobilização Total - Fórmula: (AIN+AIM)/PLF | |
| 20.20.10.60 | | |
| 30 | **ÍNDICES DE RENTABILIDADE** | |
| 30.10 | Giro do Ativo - Fórmula: RL/((ATI+ATF)/2) | 2,97 C |
| 30.20 | Margem Líquida - Fórmula: LLAIR/RL | 0,61 D |
| 30.30 | Margem Bruta - Fórmula: LB/RL | 1,00 D |
| 30.40 | Margem Operacional - Fórmula: LO/RL | 0,61 D |
| 30.50 | Rentabilidade do Ativo - Fórmula: LLAIR/((ATI+ATF)/2) | 1,81 C |
| 30.60 | Rentabilidade do P. Líquido - Fórmula: LLAIR/((PLI+PLF)/2) | 35,31 D |
| 30.70 | Rentab Líq. Invest. em Estoque - Fórmula: LB/(CMV+CPV) | |
| 30.80 | | |
| 40 | **ÍNDICES DE ROTATIVIDADE** | |
| 40.10 | ROI - Retorno s/Investimentos - Fórmula: | |
| 40.15 | Retorno s/P. Liquido - Fórmula: (360*((EI+EF)/2)/(CMV+CPV)) | |
| 40.20 | Lucro por Ação - Fórmula: LLE/NAC | 290.523,94 C |
| 40.25 | Valor Patrimonial da Ação - Fórmula: PLF/NAC | 8.227,58 C |

**SAO LUIS / MA, 31 de Dezembro de 2023**

FABYO BARROS LIMA:01936340151
Assinado de forma digital por FABYO BARROS LIMA:01936340151
Dados: 2024.08.13 16:57:03 -03'00'

Responsável:
FÁBYO BARROS LIMA
CPF: 019.363.401-51 OAB:MA-15180-A

HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
Assinado de forma digital por HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
Dados: 2024.08.13 16:49:09 -03'00'

Responsável contábil:
HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
CPF: 019.305.603-89 CRC: MA-013516
Contador

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial Ano 2023 foi. Registrado na OABMA 566, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº170/2016 do EOAB, desde: 14/08/2024.

Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

**ID#8574951** **Balanço patrimonial averbado/certificado - pags. 1-4**

Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 14/08/2024, às 09:23. **GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA**, em 14/08/2024, às 11:13. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://validador.oab.org.br, informando o código **8574-951F-3D.**

Folhas nº 14
Processo nº 90
Rubrica nº

OAB MARANHÃO | 92 ANOS

Folhas nº 15
Processo nº 90
Rubrica nº

# CERTIDÃO

**CERTIFICO,** que o Balanço Patrimonial Ano **2023** do exercício da sociedade denominada: **"BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA" (CNPJ: 26.570.765/0001-50)** registrada sob o número **OABMA 566** na data de **14** de **agosto** de **2024,** conforme também arquivado nesta seccional **(Protocolo. N.º 10.0000.2024.010350-3 ID#8574951); atendendo** ao estabelecido no conforme Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), Regulamento Geral, pelo Provimento n°170/2016. Por ser expressão da verdade, lavro a presente certidão, que vai assinada por **Gustavo Mamede Lopes de Souza, Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão.**

Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

**ID#8575045** **Certidão de balanço patrimonial - pags. 1-1**

Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 14/08/2024, às 09:29. **GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA**, em 14/08/2024, às 11:13. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://validador.oab.org.br, informando o código **8575-0452-AC.**

Folhas nº 16
Processo nº 90
Rubrica nº

OAB MARANHÃO | 92 ANOS

Folhas nº 17
Processo nº 90
Rubrica nº

# CERTIDÃO

**Certifico,** que o Balanço Patrimonial Ano **2024** do exercício da sociedade denominada **"BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA" CNPJ 26.570.765/0001-50**, inscrita no Conselho Seccional da **OABMA sob o número 566 desde 2 de agosto de 2016,** foi registrado e arquivado nesta Seccional**,** conforme **Protocolo nº 10.0000.2025.002318-5, ID#10243127,** na forma do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), Regulamento Geral e Provimento n°170/2016. Por ser expressão da verdade, lavro a presente certidão, que vai assinada por **DANIEL BLUME, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão.**


**COMISSÃO DE SOCIEDADES**

Central de Atendimento: (98) 2107-5454 / 2107-5429

E-mail: sociedade@oabma.org.br WhatsApp: 98 99161-1092

Endereço Sede OAB

Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

**ID#10246292** **Certidão de livros contábeis (diário/razão) - pags. 1-1**

Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 12/02/2025, às 15:54. **DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA**, em 13/02/2025, às 10:27. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://validador.oab.org.br, informando o código **1024-6292-14.**

Folhas nº 18
Processo nº 90
Rubrica nº

# 20 - BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

**CNPJ: 26.570.765/0001-50**

## Balanço Patrimonial

AV DOS HOLANDESES, 7, CALHAU - SAO LUIS - MA

Em REAL

Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Folhas nº 49
Processo nº 90
Rubrica nº

**Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas**

| Número | Cód.Red. | Nome da Conta | Saldo Atual |
|---|---|---|---|
| **1** | | **ATIVO** | **983.181,74D** |
| **1.1** | | **ATIVO CIRCULANTE** | **983.181,74D** |
| **1.1.1** | | **ATIVO CIRCULANTE** | **983.181,74D** |
| **1.1.1.1** | | **DISPONIVEL** | **983.181,74D** |
| **1.1.1.1.02** | | **BANCOS CONTA CORRENTE** | **983.181,74D** |
| 1.1.1.1.02.0001 | 00004 | BANCO A | 983.181,74D |

"Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 encontra-se devidamente registrado no Conselho Seccional da OAB/MA, sob o número 566, em conformidade com o disposto no artigo 9º do Provimento nº 170/2016 do EAOAB, desde 2 de agosto de 2016."

# 20 - BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

**CNPJ: 26.570.765/0001-50**

## Balanço Patrimonial

AV DOS HOLANDESES, 7, CALHAU - SAO LUIS - MA

Em REAL

Folhas nº 20
Processo nº 240
Rubrica nº

Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

**Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas**

| Número | Cód.Red. | Nome da Conta | Saldo Atual |
|---|---|---|---|
| **2** | | **PASSIVO** | **983.181,74C** |
| **2.1** | | **PASSIVO CIRCULANTE** | **6.396,91C** |
| **2.1.3** | | **OBRIGACOES TRIBUTARIAS** | **6.396,91C** |
| **2.1.3.1** | | **IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB A PAGAR** | **6.396,91C** |
| **2.1.3.1.01** | | **IMPOSTOS A PAGAR OU A RECOLHER** | **6.396,91C** |
| 2.1.3.1.01.0006 | 00152 | SIMPLES NACIONAL A PAGAR | 6.396,91C |
| **2.5** | | **PATRIMONIO LIQUIDO** | **976.784,83C** |
| **2.5.9** | | **LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS** | **976.784,83C** |
| **2.5.9.1** | | **LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS** | **976.784,83C** |
| **2.5.9.1.01** | | **LUCROS DO EXERCICIO EM CURSO** | **976.784,83C** |
| 2.5.9.1.01.0001 | 00251 | LUCROS DO EXERCÍCIO | 976.784,83C |

**SAO LUIS / MA, 31 de Dezembro de 2024**

FABYO BARROS LIMA:01936340151
Assinado de forma digital por FABYO BARROS LIMA:01936340151
Dados: 2025.02.11 15:50:13 -03'00'

Responsável:
FÁBYO BARROS LIMA
CPF: 019.363.401-51
Diretor

HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
Assinado de forma digital por HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
Dados: 2025.02.10 20:15:16 -03'00'

Responsável contábil:
HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
CPF: 019.305.603-89 CRC: MA-013516
Contador

"Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 encontra-se devidamente registrado no Conselho Seccional da OAB/MA, sob o número 566, em conformidade com o disposto no artigo 9º do Provimento nº 170/2016 do EAOAB, desde 2 de agosto de 2016."

## DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Moeda: REAL

AV DOS HOLANDESES, 7, CALHAU - SAO LUIS - MA

Folhas nº 21
Processo nº 20
Rubrica nº

Periodo 01/01/2024 a 31/12/2024

| Estrutura | Item | 2024 |
|---|---|---|
| 1 | **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** | **1.203.090,98 C** |
| 1.5 | VENDA DE PRODUTOS | |
| 1.10 | VENDA DE MERCADORIAS | |
| 1.15 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 1.203.090,98 C |
| 1.20 | RECEITAS DIVERSAS | |
| 2 | **( - ) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA** | **113.156,01 D** |
| 2.10 | IMPOSTO S/ VENDAS E SERVIÇOS | 113.156,01 D |
| 3 | **( = ) RECEITA LÍQUIDA** | **1.089.934,97 C** |
| 4.5 | CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS | |
| 4.10 | CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS | |
| 5 | **( = ) LUCRO BRUTO** | **1.089.934,97 C** |
| 6 | **DESPESAS OPERAC E OUTRAS RECEITAS** | **113.150,14 D** |
| 6.10 | DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 98.150,14 D |
| 6.15 | DESPESAS COMERCIAIS | 15.000,00 D |
| 8 | **( = ) LUCRO OU PREJ LIQ. OPERACIONAL** | **976.784,83 C** |
| 9.20 | RESULTADO DA CORREÇÃO MON. BALANCO | |
| 11 | **( = ) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR** | **976.784,83 C** |
| 14 | **( = ) LUCRO OU PREJ DO EXERCICÍO** | **976.784,83 C** |

**SAO LUIS / MA, 31 de Dezembro de 2024**

FABYO BARROS LIMA:01936340151
Assinado de forma digital por FABYO BARROS LIMA:01936340151
Dados: 2025.02.11 15:50:37 -03'00'

Responsável:
FÁBYO BARROS LIMA
CPF: 019.363.401-51
Diretor

HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
Assinado de forma digital por HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
Dados: 2025.02.10 20:15:33 -03'00'

Responsável contábil:
HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
CPF: 019.305.603-89 CRC: MA-013516
Contador

"Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 encontra-se devidamente registrado no Conselho Seccional da OAB/MA, sob o número 566, em conformidade com o disposto no artigo 9º do Provimento nº 170/2016 do EAOAB, desde 2 de agosto de 2016."

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Moeda: REAL

AV DOS HOLANDESES, 7, CALHAU - SAO LUIS - MA

Periodo 01/01/2024 a 31/12/2024

Folhas nº 22
Processo nº
Rubrica nº

| Estrutura | Item | Índice |
|---|---|---|
| 10 | **ÍNDICES DE LIQUIDEZ** | |
| 10.10 | Liquidez Corrente - Fórmula: AC/PC | 153,70 C |
| 10.20 | Liquidez Imediata - Fórmula: AD/PC | 153,70 C |
| 10.30 | Liquidez Seca - Fórmula: (AC-EF)/PC | 153,70 C |
| 10.40 | Liquidez Geral - Fórmula: (AC+RLP)/(PC+ELP) | 16,69 D |
| 10.50 | | |
| 20 | **ÍNDICES DE ESTRUTURA** | |
| 20.10 | **Endividamento** | |
| 20.10.10.10 | Grau de Indivdamento - Fórmula: | 1,00 D |
| 20.10.10.20 | Composição do Endividamento - Fórmula: PC/(PC+ELP) | 1,00 D |
| 20.10.10.30 | Garantia de Capital de Terceiros - Fórmula: PLF/(PC+ELP) | |
| 20.10.10.40 | | |
| 20.20 | **Imobilizações** | |
| 20.20.10.10 | Imobilização Técnica - Fórmula: AIM/PLF | |
| 20.20.10.30 | Imob. Recursos Perman - Fórmula: | |
| 20.20.10.40 | Imob. Patrimonio Líquido - Fórmula: (AIN+AIM+AIT)/PLF | |
| 20.20.10.50 | Imobilização Total - Fórmula: (AIN+AIM)/PLF | |
| 20.20.10.60 | | |
| 30 | **ÍNDICES DE RENTABILIDADE** | |
| 30.10 | Giro do Ativo - Fórmula: RL/((ATI+ATF)/2) | 2,22 C |
| 30.20 | Margem Líquida - Fórmula: LLAIR/RL | 0,90 D |
| 30.30 | Margem Bruta - Fórmula: LB/RL | 1,00 D |
| 30.40 | Margem Operacional - Fórmula: LO/RL | 0,90 D |
| 30.50 | Rentabilidade do Ativo - Fórmula: LLAIR/((ATI+ATF)/2) | 1,99 C |
| 30.60 | Rentabilidade do P. Líquido - Fórmula: LLAIR/((PLI+PLF)/2) | |
| 30.70 | Rentab Líq. Invest. em Estoque - Fórmula: LB/(CMV+CPV) | |
| 30.80 | | |
| 40 | **ÍNDICES DE ROTATIVIDADE** | |
| 40.10 | ROI - Retorno s/Investimentos - Fórmula: | |
| 40.15 | Retorno s/P. Liquido - Fórmula: (360*((EI+EF)/2)/(CMV+CPV)) | |
| 40.20 | Lucro por Ação - Fórmula: LLE/NAC | 976.784,83 C |
| 40.25 | Valor Patrimonial da Ação - Fórmula: PLF/NAC | |

**SAO LUIS / MA, 31 de Dezembro de 2024**

FABYO BARROS LIMA:01936340151
Assinado de forma digital por FABYO BARROS LIMA:01936340151
Dados: 2025.02.11 15:30:58 -03'00'

Responsável:
FÁBYO BARROS LIMA
CPF: 019.363.401-51
Diretor

HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
Assinado de forma digital por HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
Dados: 2025.02.10 20:15:47 -03'00'

Responsável contábil:
HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
CPF: 019.305.603-89 CRC: MA-013516
Contador

"Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 encontra-se devidamente registrado no Conselho Seccional da OAB/MA, sob o número 566, em conformidade com o disposto no artigo 9º do Provimento nº 170/2016 do EAOAB, desde 2 de agosto de 2016."

Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

**ID#10243127** **Balanço patrimonial averbado/certificado - pags. 1-4**

Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 12/02/2025, às 12:47. **DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA**, em 13/02/2025, às 10:27. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://validador.oab.org.br, informando o código **1024-3127-6B.**

Folhas nº 23
Processo nº
Rubrica nº

Folhas nº 24
Processo nº 290
Rubrica nº

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **26.570.765/0001-50**<br>**MATRIZ** | | **01/06/2016** |

NOME EMPRESARIAL
**BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| ******** | **DEMAIS** |

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
**69.11-7-01 - Serviços advocatícios**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
**Não informada**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
**232-1 - Sociedade Unipessoal de Advocacia**

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| **AV DOS HOLANDESES** | **7** | **COND METR MARKET PLACE SALA 409** |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| **65.071-380** | **CALHAU** | **SAO LUIS** | **MA** |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| **FABYOADVOGADO@GMAIL.COM** | **(61) 9999-6243** |

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| **ATIVA** | **01/06/2016** |

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/05/2023** às **13:34:16** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Folhas nº 25
Processo nº 20
Rubrica nº



# Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

| | |
|---|---|
| **CNPJ:** | 26.570.765/0001-50 |
| **NOME EMPRESARIAL:** | BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA |
| **CAPITAL SOCIAL:** | R$10.000,00 (Dez mil reais) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | FABYO BARROS LIMA | | |
| **Qualificação:** | 65-Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil | | |
| **Nome do Repres. Legal:** | TAIZA CONSTANTINO CAETANO LIMA | **Qualif. Rep. Legal:** | 17-Procurador |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **26/05/2023** às **13:35** (data e hora de Brasília).

Folhas nº 26
Processo nº 210
Rubrica

COMISSÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS - MA
Fl. nº 08
Rubrica

# CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

"BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA"

**FÁBYO BARROS LIMA**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº. 15180-A e no CPF sob o nº 019.363.401-51, residente e domiciliado na Rua Benjamin Ferreira, nº 906, na cidade Chapadinha, Estado do Maranhão, resolve constituir Sociedade Individual de Advocacia, doravante designada simplesmente "Sociedade", que se regerá pela Lei nº 8.906/94, pelo Regulamento Geral da Advocacia, pelo Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e demais regramentos aplicáveis, e pelos seguintes termos e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – RAZÃO SOCIAL

A Sociedade utilizará a razão social "BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA".

## CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE

A Sociedade tem sede na cidade de Chapadinha, no Estado do Maranhão, na Rua do Oeste, nº 345, Centro, Chapadinha-MA, CEP 65500-000.

*Parágrafo Único – A Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo, devidamente assinada pelo titular da empresa.*

## CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO

A Sociedade tem como objeto o exercício da advocacia, sendo vedada a consecução de qualquer outra atividade.

## CLÁUSULA QUARTA – PRAZO

O prazo de duração é indeterminado, tendo iniciado em 01.06.2016

## CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada.

## CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE DO TITULAR

A responsabilidade do titular é limitada ao capital social.

Parágrafo 1º - No exercício da advocacia com o uso da razão social, o titular responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão, sem prejuízo da sua responsabilidade disciplinar.

Folhas nº 27
Processo nº 99
Rubrica nº

COMISSÃO DE SOCIEDADE/OAB-MA
Fl. nº 09
Rubrica

Parágrafo 2º - Nas procurações outorgadas pelos clientes serão nomeados o sócio e a Sociedade, fazendo conter o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil do titular e da sociedade.

**CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO**

A administração social cabe unicamente ao titular da Sociedade.

*Parágrafo Único – O titular poderá delegar funções próprias da administração operacional a profissionais contratados para esse fim.*

**CLÁUSULA OITAVA – RESULTADOS PATRIMONIAIS**

O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício, levantar-se-á balanço patrimonial da Sociedade e se apurarão os resultados, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apurados.

**CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO DA SOCIEDADE**

A Sociedade será dissolvida por consequência do falecimento do seu titular e o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

*Parágrafo Único – A Sociedade poderá continuar suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores do titular que reunirem as condições para constituição de Sociedade Individual de Advogados e para o exercício da advocacia.*

**CLÁUSULA DÉCIMA – FORO**

*Para todas as questões oriundas deste contrato, fica eleito, com exclusão de qualquer outro, o foro da cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão.*

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

O titular da Sociedade declara, sob as penas da lei, que não está sujeito a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia ou para constituir esta Sociedade. Declara, ainda, que não participa de nenhuma outra Sociedade de Advogados ou Sociedade Individual de Advocacia inscrita nesta seccional e que não está incurso em nenhuma penalidade que o impeça de constituir esta Sociedade.

Chapadinha-MA, 01 de junho de 2016.

1º OFÍCIO DE NOTAS - DF

FÁBYO BARROS LIMA

Folhas nº 28
Processo nº 210
Rubrica nº

COMISSÃO DE SOCIEDADE/OAB-MA
Fl. nº 09
Rubrica

Parágrafo 2° - Nas procurações outorgadas pelos clientes serão nomeados o sócio e a Sociedade, fazendo conter o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil do titular e da sociedade.

**CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO**

A administração social cabe unicamente ao titular da Sociedade.

*Parágrafo Único – O titular poderá delegar funções próprias da administração operacional a profissionais contratados para esse fim.*

**CLÁUSULA OITAVA – RESULTADOS PATRIMONIAIS**

O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício, levantar-se-á balanço patrimonial da Sociedade e se apurarão os resultados, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apurados.

**CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO DA SOCIEDADE**

A Sociedade será dissolvida por consequência do falecimento do seu titular e o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

*Parágrafo Único – A Sociedade poderá continuar suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores do titular que reunirem as condições para constituição de Sociedade Individual de Advogados e para o exercício da advocacia.*

**CLÁUSULA DÉCIMA – FORO**

*Para todas as questões oriundas deste contrato, fica eleito, com exclusão de qualquer outro, o foro da cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão.*

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

O titular da Sociedade declara, sob as penas da lei, que não está sujeito a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia ou para constituir esta Sociedade. Declara, ainda, que não participa de nenhuma outra Sociedade de Advogados ou Sociedade Individual de Advocacia inscrita nesta seccional e que não está incurso em nenhuma penalidade que o impeça de constituir esta Sociedade.

Chapadinha-MA, 01 de junho de 2016.

1º OFÍCIO DE NOTAS - DF

FÁBYO BARROS LIMA

Folhas nº 29
Processo nº 20
Rubrica nº

COMISSÃO DE SOCIEDADE/OAB-MA
FL nº 10
Rubrica

**Testemunhas:**

Luiz Augusto Passos Vale

Nome: LUIZ AUGUSTO PASSOS VALE

Identidade: 665.797 SSP/MA

CPF: 270.778.883-04

Eli Batalha Pianco

Nome: ELI BATALHA PIANCO

Identidade: 000013857893-1

CPF: 475.360.713-53

Folhas nº 30
Processo nº 90
Rubrica nº

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA**

"BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA"

Pelo presente instrumento,

FÁBYO BARROS LIMA, Brasileiro, Casado, advogado(a), inscrito(a) na OAB/MA sob n. 15180-A, inscrito(a) no CPF/MF sob n. 019.363.401-51, residente e domiciliado(a) na Rua Benjamin Ferreira n° 906 Bairro Centro, cidade de Chapadinha, Maranhão, CEP 65.500-000, Único Sócio da Sociedade Unipessoal de Advogado, doravante designada como "BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA" CNPJ: 26.570.765/0001-50, com sede na Rua Oeste n° 345 Bairro Centro, cidade de Chapadinha, no Estado do Maranhão, resolve, por este instrumento e na melhor forma de direito, Alterar e Consolidar, a ser regida pela Lei nº 8.906/94, pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, pelos Provimentos do Conselho Federal da OAB e pelas cláusulas e condições a seguir.

## CAPÍTULO I
## ALTERAÇÃO DA SEDE

**Cláusula 1ª** – Alterar o Endereço da Sociedade, que passa a localizar-se na Av. dos Holandeses N° 07, Cond. Metropolitan Marquet Place, Salas 409, Bairro Calhau, São Luís, Maranhão CEP: 65071-380.

## CAPÍTULO II
## OBJETO

**Cláusula 2ª** - A Sociedade terá por objeto a prestação de serviços de advocacia, assessoria e consultoria jurídica e demais atividades jurídicas concernentes às áreas judicial e extrajudicial, sendo vedada a consecução de qualquer outra atividade.

Folhas nº 31
Processo nº 90
Rubrica nº

## CAPÍTULO III
## CAPITAL SOCIAL

**Cláusula 3ª** - O capital subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente do país, é de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).

## CAPÍTULO IV
## RESPONSABILIDADE DO TITULAR

**Cláusula 4ª** - A responsabilidade do titular é limitada ao capital social.

**Parágrafo 1º:** No exercício da advocacia com o uso da razão social, o titular ou associado responderá subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados a clientes, por ação ou omissão, sem prejuízo da responsabilização disciplinar do sujeito causador do dano.

**Parágrafo 2º:** Nas procurações outorgadas pelos clientes à Sociedade, será nomeado o titular e a Sociedade, devendo os instrumentos respectivos conter o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, e indicar a Sociedade de que faça parte.

## CAPÍTULO V
## ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO

**Cláusula 5ª** – Nos Termos do Artigo 3°, II, do Provimento n° 170/2016 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil a administração da Sociedade que era exercida pelo titular passará a ser exercida pelo não sócio, **Taiza Constantino Caetano Lima**, Brasileira, Casada, Advogada, Nascido(a) em 18/07/1986 CPF 016.706.301-45 RG N° 2565228 DF, residente e domiciliada na Rua Benjamin Ferreira n° 906 bairro Centro, Chapadinha-MA, a quem competirá a sua representação e o uso da sua denominação social, declarando, assim, que não tem nenhum impedimento para a administração da Sociedade.

Folhas nº 32
Processo nº 90
Rubrica nº

## CAPÍTULO VI
## RESULTADOS PATRIMONIAIS

**Cláusula 6ª** - O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício levantar-se-á o balanço patrimonial da Sociedade, apurando-se os resultados, cabendo ao titular os lucros ou perdas apurados.

**Parágrafo único:** Poderão ser levantados balanços intermediários mensais, trimestrais ou por outros períodos, para fins contábeis, para eventual distribuição de lucros ou apuração de prejuízos e/ou para outros objetivos de interesse da Sociedade.

## CAPÍTULO VII
## DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

**Cláusula 7ª** - A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa de seu titular, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

**Parágrafo único:** A Sociedade será dissolvida em consequência do falecimento do seu titular e o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial existente à data da resolução, verificado em balanço especialmente levantado.

## CAPÍTULO VII
## DO FORO DE ELEIÇÃO

**Cláusula 8ª** - Fica eleito como foro contratual o da Circunscrição Especial Judiciária de São Luis-MA, com exclusão de qualquer outro.

## CAPÍTULO IX

Folhas nº 33
Processo nº 90
Rubrica nº

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Cláusula 9ª** - Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos de conformidade com as disposições legais aplicáveis à espécie.

**Cláusula 10ª** - As alterações deste Contrato Social serão sempre consolidadas.

**Parágrafo único:** O advogado titular, na forma do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.906/1994, declara não integrar nenhuma outra sociedade de advogados ou sociedade unipessoal de advocacia com sede ou filial na mesma área territorial deste Conselho Seccional.

Assina o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o firmam, comprometendo-se, por si e por seus herdeiros e sucessores, a cumpri-lo em todos os seus termos.

São Luis-MA, 19 de Janeiro de 2023.

FABYO BARROS LIMA:01936340151 Assinado de forma digital por FABYO BARROS LIMA:01936340151 Dados: 2023.02.13 10:44:05 -03'00'

.....

FÁBYO BARROS LIMA

TAIZA CONSTANTINO CAETANO LIMA:01670630145 Assinado de forma digital por TAIZA CONSTANTINO CAETANO LIMA:01670630145 Dados: 2023.02.13 10:46:27 -03'00'

---

TAIZA CONSTANTINO CAETANO LIMA

CERTIFICO que foi registrado no Livro C-15, fl.59, a 1ª (primeira) Alteração Contratual prevista neste aditivo desde: 31/01/2023.

Folhas nº 34
Processo nº 20
Rubrica nº

# CERTIDÃO

**CERTIFICO**, que a sociedade denominada "**BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA"** é registrada nesta Seccional, sob o número, 566, em Livro C-01, Folha. 160, em 02 de agosto de 2016. **CERTIFICO** assim, que a 1ª Alteração, ocorreu em 31 de janeiro de 2023, em Livro C-15, Folha. 59, para mudança de endereço, pela qual este passou a ser à Avenida dos Holandeses, Metropolitan Marquet Place, sala 409, Calhau, CEP: 65.071-380, nesta cidade São Luís-Ma **CERTIFICO** também, que foi nomeada à administradora, conforme Art. 3º do Provimento do Conselho Federal da OAB a não sócia "**TAIZA CONSTANTINO CAETANO LIMA**". **Certifico** por fim, que a mesma se encontra quite perante esta Seccional, conforme estabelecido no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), pelo seu Regulamento Geral, pelo Provimento n° **112/2006**. Por ser expressão da verdade, lavro a presente certidão, que vai assinada por **Gustavo Mamede Lopes de Souza, Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão.**

GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA

Assinado de forma digital por GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA
Dados: 2023.01.31 17:05:28 -03'00'

Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA**, em 31/01/2023, às 17:09. **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 31/01/2023, às 17:09. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://validador.oab.org.br, informando o código **4673-814F-B1.**

Folhas nº 35
Processo nº 90
Rubrica nº

Folhas nº 36
Processo nº 90
Rubrica nº

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 14036419



OAB

ASSINATURA DO PORTADOR

Kaina Constantino Caetano Lima

OBSERVAÇÕES

Folhas nº 32
Processo nº 90
Rubrica nº

# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

IDENTIDADE DE ADVOGADA

INSCRIÇÃO 54649

NOME
TAIZA CONSTANTINO CAETANO LIMA

FILIAÇÃO
MARINHO ALVES CAETANO
SUELY MARIA CONSTANTINO CAETANO

NATURALIDADE
FIRMINÓPOLIS-GO

DATA DE NASCIMENTO
18/07/1986

RG
2.565.228 - SSP/DF

CPF
016.706.301-45

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

VIA 01

EXPEDIDO EM 23/04/2017

JULIANO COSTA COUTO
PRESIDENTE

FACULDADE

# unYLeYa

A FACULDADE UNYLEYA , com base na legislação em vigor e em seus Estatuto e Regimento, certifica que

## TAIZA CONSTANTINO CAETANO LIMA

**Identificação: 2565228 - SSP/DF**

concluiu com aproveitamento o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização, com **500 horas,** em

## DIREITO PÚBLICO

**Área de conhecimento: Direito**

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2016

Taiza Constantino Caetano Lima

**TAIZA CONSTANTINO CAETANO LIMA**
**Pós-Graduado(a)**

**MARCOS IZIDRO GONÇALVES**
**Diretor Acadêmico**

Folhas nº 38
Processo nº 220
Rubrica nº

# FACULDADE UNYLEYA - HISTÓRICO ESCOLAR

**TAIZA CONSTANTINO CAETANO LIMA**

**Pós-Graduação *Lato Sensu* DIREITO PÚBLICO**

**Período de Realização (W1386): 11 de novembro de 2015 a 03 de novembro de 2016 - Carga Horária: 500 horas**

| Disciplina | Carga Horária | Conceito | Nome e Titulação do Corpo Docente |
|---|---|---|---|
| METODOLOGIA DA PESQUISA E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA | 40 | Ótimo | DENISE MARIA DOS SANTOS PAULINELLI RAPOSO - MESTRE |
| DIREITO CONSTITUCIONAL | 40 | Excelente | JOÃO TRINDADE CAVALCANTE FILHO - ESPECIALISTA |
| DIREITO TRIBUTÁRIO | 40 | Excelente | CARLOS JACQUES VIEIRA GOMES - MESTRE |
| DIREITO ADMINISTRATIVO | 40 | Ótimo | HENRIQUE SAVONITTI MIRANDA - MESTRE |
| DIREITO PREVIDENCIÁRIO | 60 | Excelente | MARCO ANDRE RAMOS VIEIRA - MESTRE |
| DIREITO PENAL | 60 | Excelente | TIAGO PUGSLEY - ESPECIALISTA |
| DIREITO PROCESSUAL PENAL | 60 | Excelente | TIAGO PUGSLEY - ESPECIALISTA |
| LÍNGUA PORTUGUESA | 40 | Excelente | MARCELO WHATELY PAIVA - ESPECIALISTA |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 40 | Excelente | EVANDRO TSUFA LEPLETIER GUIMARAES - MESTRE |
| LEI 8.666/93 | 20 | Excelente | HENRIQUE SAVONITTI MIRANDA - MESTRE |
| LEI 8.112/90 | 20 | Excelente | HENRIQUE SAVONITTI MIRANDA - MESTRE |
| TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO | 40 | Excelente | EVANDRO TSUFA LEPLETIER GUIMARAES - MESTRE |

**Título do TCC: SISTEMA PROPORCIONAL DE VOTAÇÃO NO BRASIL**

**O presente certificado de Pós-graduação está em conformidade com os preceitos da Resolução CNE-CES nº1, de 8 de junho de 2007.**
**A FACULDADE UNYLEYA é credenciada pelo MEC através da Portaria Ministerial nº 1.663 de 05/10/2006, Portaria SESu nº 727 de 31/03/2011 e recredenciada pela Portaria Ministerial Nº 721, de 20/07/2016.**

**Registrado sob nº 33600 - 319780 / UNY-16**

Folhas nº 39
Processo nº 20
Rubrica nº

Folhas nº 40
Processo nº 90
Rubrica nº




Scanned with CamScanner

Folhas nº 41
Processo nº 90
Rubrica nº

# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

## CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
## IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

FABYO BARROS LIMA

INSCRIÇÃO: 40955

FILIAÇÃO

JOSE DE SOUSA LIMA NETO
ERONILDES DO NASCIMENTO BARROS LIMA

NATURALIDADE

CHAPADINHA-MA

DATA DE NASCIMENTO

17/07/1989

RG

2.421.542 - SSP/DF

CPF

019.363.401-51

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

SIM

VIA 02

EXPEDIDO EM

22/12/2018

JULIANO COSTA COUTO
PRESIDENTE

Scanned with CamScanner

Currículo Lattes

Folhas nº 42
Processo nº 20
Rubrica nº



# Fabyo Barros Lima

Endereço para acessar este CV: https://lattes.cnpq.br/8171292893310899

Última atualização do currículo em 26/05/2023

## Resumo informado pelo autor

Advogado. Pós-Graduado em Direito Público pelo Centro Universitário de Brasília; Pós-Graduado em Direito Eleitoral pelo Instituto de Direito Público do Distrito Federal; Graduado em Direito pelo Centro Universitário Unieuro(2011); Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados; Sócio Fundador da Barros Lima Advocacia com atuação concentrada na área Eleitoral e Pública; Foi Membro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/DF; Assessor jurídico do Município de Chapadinha/MA (2017-2020); Procurador Geral do Município de Laranjal do Jari/AP (2013); Oficial do Exército Brasileiro (2008-2013) .

**(Texto informado pelo autor)**

## Nome civil

**Nome** Fabyo Barros Lima

## Dados pessoais

**Nascimento** 17/07/1989 - Brasil

**CPF** 019.363.401-51

## Formação acadêmica/titulação

**2013** Especialização em Direito Eleitoral.
INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasília, Brasil

**2013 - 2017** Especialização em Novas Tendências do Direito Público.
Centro Universitario de Brasilia, UniCEUB, Brasília, Brasil
Título: A Efetividade do Sistema Proporcional de Votação no Brasil
Orientador: Alex Duarte Santana Barros

**2006 - 2011** Graduação em Direito.
Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia, EUROAM, Brasília, Brasil
Título: O Sistema Proporcional e as Eleições no Brasil , Ano de obtenção: 2011
Orientador: Jose Felicio Bergamim

## Formação complementar

**2014 - 2014** Curso de curta duração em Questões Polêmicas de Direito Eleitoral e Processo Eleitoral. (Carga horária: 15h).
Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Distrito Federal, OAB/DF, Brasília, Brasil

**2014 - 2014** Curso de curta duração em Lei da Ficha Limpa. (Carga horária: 15h).
Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Distrito Federal, OAB/DF, Brasília, Brasil

## Atuação profissional

1. Prefeitura Municipal de Chapadinha - MA

**Vinculo institucional**

**2017 - 2020** Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Assessor Jurídico, Regime: Parcial

2. Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - PMLJ

**Vinculo institucional**

**2013 - 2013** Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Procurador Geral Municipal , Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva

3. EXERCITO BRASILEIRO - EB

**Vinculo institucional**

**2008 - 2013** Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: OFICIAL DO EXÉRCITO, Regime: Dedicação exclusiva

4. BARROS LIMA ADVOCACIA - BLA

Folhas nº 43
Processo nº 90
Rubrica nº

4. MARCOS LIMA ADVOCACIA - MLA

Vínculo institucional

2011 - Atual Vínculo: Sócio , Enquadramento funcional: Socio Advogado , Carga horária: 44, Regime: Integral

5. Câmara dos Deputados - CÂMARA FEDERAL

Vínculo institucional

2023 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Consultor Legislativo, Regime: Parcial

**Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 26/05/2023 às 13:30:01.**

# CERTIFICADO

## *Pós-Graduação*

Certificamos que **Fabyo Barros Lima,** nascido no dia 17 de julho de 1989, concluiu o curso de especialização em **Novas Tendências do Direito Público**, Pós-Graduação *lato sensu*, do Centro Universitário de Brasília, no período de 07 de outubro de 2013 a 03 de fevereiro de 2017, com o total de **360** horas.

Brasília, 03 de abril de 2017.

Diretor do ICPD | Conduinte | Reitor

ICPD
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento

UniCEUB
•PÓS-GRADUAÇÃO

Ato de Recredenciamento: Portaria MEC 920 DE 12.07.11.

Folhas nº 44
Processo nº ad
Rubrica nº

# Histórico Escolar

UniCEUB
PÓS-GRADUAÇÃO

| DISCIPLINA | PROFESSOR | TITULAÇÃO | C/H | MENÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| Questões Atuais de Direito Constitucional | Larissa Schimdt | Mestre | 60 | MS |
| Teoria e Prática Previdenciária | José Augusto da Cunha | Mestre | 60 | SS |
| Direito Administrativo Contemporâneo | Alessandro Garcia Vieira | Mestre | 60 | MS |
| Estado, Sociedade e Direito Contemporâneo. | André Pires | Mestre | 30 | SS |
| Metodologia Científica | Gilson Ciarallo | Doutor | 30 | SS |
| Desenvolvimento Sustentável Regional e Global | Lilian Rocha | Doutora | 30 | MS |
| Prática Processual do trabalho | João Emanuel Silva | Especialista | 30 | MM |
| Teoria e Prática Previdenciária | José Augusto da Cunha | Especialista | 60 | SS |
| Benefício | Thaís Riedel | Mestre | 30 | SS |
| Soluções Alternativas de Conflitos e Técnicas de Negociação | Felipe de Vasconcelos | Especialista | 30 | MS |

*SS (desempenho excelente) MS (desempenho bom) MM (desempenho regular) MI (desempenho insatisfatório) II (desempenho insuficiente) SR (sem rendimento) RF (reprovado por falta) AP (aprovado) RP (reprovado) CC (crédito concedido)*

Forma de avaliação de aproveitamento: Trabalhos e Provas

| TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO | ÁREA DE CONHECIMENTO | MENÇÃO |
|---|---|---|
| A efetividade do sistema proporcional de votação no Brasil. Depositada em : 03/02/2017 | Direito | SS |

Declaramos que o referido curso de especialização obedeceu a todas as disposições da Resolução nº **01/2007 do CNE/MEC.**

OBS: Este documento não contém rasura.

Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento
ICPD
Certificado registrado no livro nº 011
fls. 013 sob o nº 003
Brasília-DF 04 de ABRIL de 2017

Folhas nº 45
Processo nº 90
Rubrica nº

Folhas nº 46
Processo nº 90
Rubrica nº

**CONTRATO Nº 288/2023**
**INEXIGIBILIDADE Nº 007/2023**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0160/2023**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA INÊS-MA, ATRAVÉS DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.**

Por este instrumento particular, o A Prefeitura Municipal de Santa Inês, inscrita no CNPJ nº 06.198.949/0001-24, com sede na Avenida Luiz Muniz, 1005 - Centro - Santa Inês/MA, neste ato representada pelo Sr. Breno Luís Mendes Raposo Vieira, CPF nº 001.263.703-38, Chefe de Gabinete a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no **CNPJ** sob o nº 26.570.765/0001-50, co sede na Avenida dos Holandeses, nº 07, Ed. Metropolitan Market Place, Salas 409 e 410, Calhau, São Luís- MA CEP: 65071-380, neste ato representada por Fabyo Barros Lima, CPF Nº 019.363.401-51, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordame justam firmar o presente contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes, mediante as disposições expressas nas Cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira – DO OBJETO:**

1.1. O presente contrato tem por objeto a Prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quais quer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações – CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal.

**Cláusula Segunda – DO FUNDAMENTO LEGAL:**

2.1. Este contrato tem como amparo legal o procedimento de INEXIGIBILIDADE Nº 007/2023 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes. O termo de Referência e a proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.

**Cláusula Terceira – DO VALOR CONTRATUAL:**

3.1. Pela execução dos serviços ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R$ 597.000,00 (quinhentos e noventa e sete mil), conforme tabela abaixo.

| ITEM | DESCRIÇÃO | PERÍODO | V.UNIT | V.TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos: apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quais quer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor.réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações – CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal. | 12 | R$ 49.750,00 | R$ 597.000,00 |

**Cláusula Quarta – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes da presente Contratação correrão, conforme classificada abaixo:

| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | |
|---|---|
| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO |
| 02. | PODER EXECUTIVO |
| 02.01 | GABINETE DO PREFEITO. |
| 04.122 | Administração Geral |
| 04.122.0003 | Suporte Administrativo e Operacional |
| 04.122.0003.2004.0000 | Manutenção e Funcionamento da Unidade Administrativa |
| 3.3.90.39 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica |

**Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA:**

5.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses consecutivos, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de acordo com as conveniências do Município e de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas demais alterações.

**Cláusula Sexta – DO PAGAMENTO:**

6.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, com atendimento de todas as exigências deste contrato, em até 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO.

6.2. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6.3. A contratante, quando da efetivação do pagamento, exigirá do contratado a certidões de negativas de débitos relativos aos tributos federais, certificado de regularidade do FGTS, certidão negativas de débitos trabalhistas, sob pena da não efetivação do pagamento.

6.4. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

**Cláusula Sétima – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

7.1. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas. A referida alteração, caso haja, será realizada através de termo de aditamento.

**Cláusula Oitava – DA FISCALIZAÇÃO:**

8.1. A Contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização dos serviços executados, conforme segue:
8.1.1. Juízo formado sobre o andamento dos serviços, tendo em vista o cumprimento de prazos exigidos pelos órgãos de controle pelas leis regulamentares;
8.1.2. Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para a autoridade superior;
8.1.3. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA;
8.1.4. Determinação de providências para o cumprimento das obrigações;
8.1.5. Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho de fiscalização.

**Cláusula Nona – DO REAJUSTE DO PREÇO**

9.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, exceto se prorrogado e ultrapassar 12 (doze) meses e for de interesse entre as partes, sendo portanto, passível de ser reajustado no momento da renovação deste.

Folhas nº 49
Processo nº 90
Rubrica nº

9.2. Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

**Cláusula Décima – DO RECEBIMENTO DOS SERVICOS:**

10.1. O recebimento dos serviços será feito pela CONTRATANTE, após verificação da sua perfeita execução, onde será atestado o cumprimento da obrigação assumida.

**Cláusula Décima Primeira – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

11.1. Constituem direitos da Contratante receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.
11.2. Constituem obrigações da Contratante:
11.2.1. Efetuar o pagamento ajustado; e
11.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, comunicando possíveis irregularidades ao setor competente;
11.2.3. Fiscalizar a qualidade dos serviços a serem executados, inclusive quanto ao cumprimento das leis que regem o objeto deste contrato;
11.2.4. Designar um servidor responsável pela fiscalização/execução do contrato devendo ser lotado no Setor responsável;
11.2.5. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus trabalhos dentro das normas do contrato;
11.2.6. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, poderá descontar dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.
**11.3. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**
11.3.1. Apresentar a fatura/medição dos serviços executados na forma ajustada;
11.3.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
11.3.3. Atender, imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da Contratante, relativamente aos serviços executados;
11.3.4. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante;
11.3.5. Executar as atividades em conformidade com o descrito no presente contrato com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;
11.3.6. Considerar as decisões ou sugestões do Chefe de Gabinete sempre que as mesmas contribuírem de maneira significativa na qualificação dos trabalhos e agilidade dos mesmos;
11.3.7. Fornecer mão-de-obra profissional qualificada e habilitada;
11.3.8. Disponibilizar dados, fotos, relatórios ou qualquer outro tipo de informação a terceiros somente com autorização do Chefe de Gabinete;
11.3.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações ou orientações se obriga a atender prontamente;
11.3.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros em virtude do objeto do contrato a ser firmado;
11.3.11. Não caucionar ou utilizar o contrato celebrado para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da contratante;
11.3.12. O CONTRATADO desempenhará os serviços enumerados na cláusula 1ª com todo zelo, diligência, honestidade e impessoalidade, observada a legislação vigente, resguardando os interesses da CONTRATANTE:

11.3.13. A Contratada colocará a disposição da Contratante, profissionais qualificados para executarem os serviços, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Quinta;
11.3.14. Responder pelos danos de qualquer natureza, que venha a sofrer o patrimônio da CONTRATANTE, em razão de ação ou omissão de prepostos da CONTRATADA, ou de quem em seu nome agir;

11.3.15. Não transferir a outrem, em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
11.3.16. Refazer, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independente de justificação por parte desta, qualquer objeto que seja julgado insatisfatório à repartição ou ao interesse do serviço público;
11.3.17. A Contratada responderá, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita condição dos serviços executados, competindo-lhe também, a dos serviços que não aceitos pela fiscalização da Contratante deverão ser refeitos.

**Cláusula Décima Segunda – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:**

12.1. A troca eventual de documentos entre a Contratante e a Contratada, será realizada através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

**Cláusula Décima Terceira – DA RESCISÃO DO CONTRATO:**

13.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da referida lei;
13.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**Cláusula Décima Quarta – DAS SANÇÕES E PENALIDADES:**

14.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitação, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.
14.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará ao contratado à multa de mora, na forma estabelecida a seguir:
14.2.1. 0,3% (três décimos por cento), por dia que exceda o prazo para execução dos serviços, objeto desta contratação, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo.
14.2.2. 2% (dois por cento), após ultrapassado o prazo do item 14.2.1.
14.3. As multas a que se refere este item incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de Santa Inês-MA ou, quando foro caso, cobradas judicialmente.

14.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de Santa Inês-MA poderá aplicar as seguintes sanções:
14.4.1. Advertência;

14.4.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias após o prazo previsto item 14.2.2, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;
14.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e

14.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.4.5. A aplicação da sanção prevista no item 14.4.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.4.2 e 14.4.3, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto contratado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
14.5. As sanções previstas nos itens 14.4.1, 14.4.3 e 14.4.4, poderão ser aplicadas conjuntamente com item 14.4.2, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**Cláusula Décima Quinta – DOS CASOS OMISSOS:**

15.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

**Cláusula Décima Sexta – PUBLICAÇÃO**

16.1. Será publicado na imprensa oficial, o resumo deste contrato, nos termos do artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Décima Sétima – DO FORO:**
17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Santa Inês, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Santa Inês - MA, 12 de julho de 2023.

Breno Luís Mendes Raposo Vieira
CPF nº 001.263.703-38
Chefe de Gabinete
CONTRATANTE

BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50
Fabyo Barros Lima
CPF Nº 019.363.401-51
CONTRATADA

TESTEMUNHAS 01:
CPF:

TESTEMUNHAS 02
CPF:

# PREFEITURA DE SÃO LUÍS

## SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

## NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota
**00000021**

Data e Hora da Emissão
**05/12/2023 15:02:31**

Código de Verificação
**E1A9.0849.61A2.A043.A15C.9140.71F9.FE13**

CERTIFICADO
1020230092191357

### PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**
CPF / CNPJ: **26.570.765/0001-50** Inscrição Municipal: **3682428715**
Endereço: **AV DOS HOLANDESES 7 COND METR MARKET PLACE SALA 409 - BAIRRO CALHAU - CEP: 65071380**
Município: **SAO LUIS** UF: **MA** Email: **hugo.luis22@hotmail.com** Telefone: **(61) 99996243**

### TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INES - MA**
CPF/CNPJ: **06.198.949/0001-24** Inscrição Municipal:
Endereço: **R RUA 17 N. 9, BEQUIMAO 1005 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65061770**
Município: **SANTA INES** UF: **MA** Email: **receita@santaines.gov.br** Telefone: **(98) 32467962**

### DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS JURIDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA TRIBUTÁRIA CONFORME OBJETO CONSTANTE DO CONTRATO N 288/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0160/2023

Folhas nº 52
Processo nº 90
Rubrica nº

| Tipo do Item | Item | Quantidade | Valor Unitário (R$) | Valor Total (R$) |
|---|---|---|---|---|
| TRIBUTÁVEL | SERVICOS TECNICOS JURIDICOS AREA TRIBUTARIA | 1 | 49.750,00 | 49.750,00 |

| PIS (0,0000%): | COFINS (0,0000%): | INSS (0,0000%): | IR (0,0000%): | CSLL (0,0000%): |
|---|---|---|---|---|
| **R$ 0,00** | **R$ 0,00** | **R$ 0,00** | **R$ 0,00** | **R$ 0,00** |

**VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 49.750,00**

| Valor Total Composição: | Valor Total Deduções: | Base Cálculo: | Alíquota: | Valor ISS: |
|---|---|---|---|---|
| **R$ 0,00** | **R$ 0,00** | **R$ 49.750,00** | **3,14%** | **R$ 1.562,15** |

### OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:
Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador Tributação: TRIBUTÁVEL S.N. Mês de 12/2023
Local de Prestação do Recolhimento: SAO LUIS / MA
PRÓPRIO
Atividade: 691170100 - SERVICOS ADVOCATICIOS
Serviço: 1714 - ADVOCACIA.

Folhas nº 53
Processo nº 90
Rubrica nº

**ESTADO DO MARANHÃO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO**
CNPJ nº 062142580001-77

**CONTRATO Nº 55/2024.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO,** através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SAO BENTO** sediada na Praça da Matriz, nº 185, bairro Matriz, cep 65.235-000, São Bento, inscrita no CNPJ sob o nº 06.214.258/0001-77, doravante denominada **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, **Srº MANOEL DA CONCEIÇÃO PINHEIRO BOTELHO**, inscrito no CPF sob o nº 256.015.203-72, RG nº 024954822003-3, residente e domiciliado nesta cidade, e o escritório BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, com sede na Avenida dos Holandeses nº 07, Condomínio Metropolitan Market Place Salas 409 e 410, Bairro Calhau, São Luís-MA, CEP 65071-380, estabelecida na Rua Agenor Lopes,nº 25, sl 804, Empresarial Itamaraty, Boa Viagem Recife-PE, CEP. 51.021-110, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo, Sr. **FABYO BARROS LIMA**, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/MA sob o n. 15180-A, CPF Nº 019.363.401-51, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente Contrato, fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas correlatas, aplicáveis aos casos omissos, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.1 - Contratação de empresa na Prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações – CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
2.1 - A respectiva atuação contempla a atuação na esfera administrativa e judicial para postular o respectivo repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
3.1 – O CONTRATANTE está isento de todas as despesas diretas e indiretas, tributos, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, enfim, todos os componentes de custo necessários à perfeita execução do objeto deste contrato, sendo essas de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DOS HONORÁRIOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total do presente Contrato é de **R$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais), sendo o valor mensal de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)** para a prestação dos serviços, que serão pagos em 12 parcelas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE mensalmente, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos mediante apresentação de requerimento e do Relatório Mensal das atividades, aprovado por pessoa designada, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Autorização de Serviço, da **Certidão Conjunta**

**ESTADO DO MARANHÃO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO**
CNPJ nº 062142580001-77

**Negativa de Débitos da Receita Federal, do Certificado de Regularidade do F. G. T. S., Certidões Estaduais, Municipais e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

PARÁGRAFO SEGUNDO – A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo servidor designado, responsável pelo recebimento do **objeto**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente na Conta Corrente da CONTRATADA. Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no caput desta cláusula, a CONTRATANTE se obriga a pagar multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, até o limite de 10% (dez por cento), desde que para tanto não tenha concorrido a empresa.

PARÁGRAFO QUARTO – Ocorrendo o pagamento antes do prazo fixado no caput, a CONTRATANTE fará jus a desconto financeiro correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de antecipação, até o limite de 10% (dez por cento).

PARAGRAFO QUINTO - A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

PARÁGRAFO SEXTO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5 - O contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.1 - O prazo máximo para propositura da ação é de 10 (dez) dias úteis, contados da entrega de toda a documentação necessária do município CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

6.1 – Executar dentro da melhor técnica e qualidade os serviços necessários à realização do objeto deste contrato conforme especificações do Termo de Referência e de sua Proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

6.2 - Responsabilizar-se integralmente pela perfeita execução dos serviços contratados, não podendo eximir-se ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas ou deficiências dos serviços a erros de especificação dos serviços contratados;

6.3 - Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à PREFEITURA ou a terceiros;

6.4 - Utilizar profissional habilitado e com conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.5 - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais, comerciais, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

6.6 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.7 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na lei;

6.8 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer serviço a que está obrigada;

6.9 – Os profissionais empregados pelo CONTRATADO, na execução do objeto do contrato, não terá nenhuma vinculação empregatícia com o CONTRATANTE, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a esta, observando-se o disposto no art. 71, da Lei nº 8.666/93;

Folhas nº 55
Processo nº 90
Rubrica nº

6.10 - Responsabilizar-se pelo acompanhamento de processos e elaboração de defesa junto às Cortes de Contas, Ministério Público e demais órgãos, envolvendo eventuais questionamentos decorrentes da presente contratação, desde que o CONTRATANTE comunique previamente ao CONTRATADO as notificações recebidas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis contados do prazo final para apresentação da defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 – Outorgar instrumento de mandato com os poderes da cláusula ad judicia, habilitando a CONTRATADA para representá-la em juízo, até o trânsito em julgado, da demanda objeto do presente contrato.

7.2 – A CONTRATANTE não poderá outorgar poderes para patrocínio de outro escritório e/ou advogado, nos autos da demanda objeto deste contrato, sem que a CONTRATADA tenha descumprido suas obrigações ou dado causa a rescisão contratual, estando sujeito as culminações administrativas, cíveis e criminais, se assim proceder.

7.3 - Proporcionar todas as condições e fornecer as informações solicitadas para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste Contrato.

7.4 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua Proposta.

7.5 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.6 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

7.7 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, da aplicação de eventual penalidade, nos termos da Cláusula oitava - Penalidades, deste Contrato.

7.8 - Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.

7.8 - Correm por conta do escritório todas as despesas para acompanhamento dos processos e prática dos atos, tais como cópias, deslocamentos, acompanhamento de publicações, etc.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.2 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

1.3 A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

Folhas nº 56
Processo nº 90
Rubrica nº

1.4 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
1.5 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO
1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021
2. A rescisão do Contrato poderá ser:
2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
2.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;
2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
3.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1 - Este contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
A despesa de que trata o objeto, está a cargo do elemento orçamentário:
02 PODER EXECUTIVO
02 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
04 Administração
04 122 0003 Suporte Administrativo e Operacional
04 122 0003 2011 0000 Manutenção e Funcionamento da Unidade Administrativa
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO
A **CONTRATANTE** fará publicar o resumo do presente Contrato no Diário Oficial, após sua assinatura, obedecendo o prazo previsto no Art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO
Fica eleito o Foro da Cidade de São Bento, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

Folhas nº 57
Processo nº 90
Rubrica nº

**ESTADO DO MARANHÃO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO**
CNPJ nº 062142580001-77

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

São Bento - MA, 01 de março de 2024

**Manoel da Conceição Pinheiro Botelho**
Secretário Municipal de Administração

FABYO BARROS LIMA:01936340151

**FABYO BARROS LIMA**
**Representante Legal da Empresa Contratada**

TESTEMUNHAS:

_____
CPF nº

_____
CPF nº

# Diário Oficial

**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO - MA**

**EXTRAS**

SÃO BENTO - MA :: DIÁRIO OFICIAL - EXTRAS - VOL. 4 - Nº 867 / 2024 :: TERÇA, 05 DE MARÇO DE 2024 :: PÁGINA 1 DE 8


Folhas nº 58
Processo nº 90
Rubrica nº

**SUMÁRIO**


| Descrição | Página |
|---|---|
| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 08/2024 | 1 |
| RESENHA DE CONTRATO | 7 |


## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 08/2024

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO,** sediada na **Praça da Matriz, nº 185, bairro da Matriz, CEP. 65235-000, São Bento – Maranhão**, inscrita no CNPJ sob o nº 31.014.248/0001-35, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. **Manoel da Conceição Pinheiro Botelho**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 256.015.203-72, RG nº 024952822003-3, residente e domiciliado nesta cidade, doravante designada simplesmente ORGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRÔNICO nº 43/2023, RESOLVE registrar os preços da empresa **INSTITUTO VIVER,** inscrita no CNPJ nº 21.851.634/0001-28, situada na Av Ariri zal, sala-15, nº 39, Turu, cep: 65.066-265, São Luís-MA, doravante denominada CONTRATADA neste ato representada pela **Sra. Sheyla Yonara Dantas de Farias**, CPF nº 760.871.153-15 e RG nº 000014424593-0 expedida pela SSP/MA, e daqui por diante denominada simplesmente EMPRESA REGISTRADA, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 15/2024, ", tudo com fulcro nas disposições das **LEI 1014.133/2021, e, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

**RESOLVE:**

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) **INSTITUTO VIVER,** nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, PREÇO POR ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **LEI 14.133/2021 e, LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**Parágrafo Primeiro -** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual e futura Contratação de empresa especializada para terceirização de serviços administrativos, para atender as necessidades do Município de São Bento-MA, para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024 – PMSB/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do **processo nº 15/2024 – CPL.**


Caminho de Terras : 05/03/2024 11:30:15 Página 1 de 8

**Parágrafo Segundo** - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no ANEXO ÚNICO deste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

Folhas nº 59
Processo nº 90
Rubrica nº

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Parágrafo Primeiro** - O gerenciamento deste instrumento caberá à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

do Município de São Bento.

**Parágrafo Segundo** – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no ANEXO ÚNICO da Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Parágrafo Primeiro** – A Contratada fica obrigada a prestar os serviços nos endereços contidos na Ordem de Serviço emitida pelo Órgão Contratante

**Parágrafo Segundo** – O prazo para o início de prestação dos serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviço" ou "Nota de Empenho", de acordo com o Termo de Referência - Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de prestação dos serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS**

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**Parágrafo Segundo** - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

**CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Carimbo de Tempo : 05/03/2024 11:30:15 Pagina 2 de 8

Folhas nº 60
Processo nº 040
Rubrica nº

**Parágrafo Primeiro -** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**Parágrafo Segundo** - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**Parágrafo Terceiro -** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

## CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

**Parágrafo Primeiro** - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;

**Parágrafo Segundo** - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

Parágrafo Quarto - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços;

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Parágrafo Primeiro** - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

Sofrer sanção prevista na Lei nº 14.133/2021;.

Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

**Parágrafo Segundo –** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

**Parágrafo Terceiro –** No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

Página 3 de 8
Carimbo de Tempo: 05/03/2024 11:30:15

Folhas nº 61
Processo nº 90
Rubrica nº

Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

**CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO**

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o extrato da presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

**CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Parágrafo Primeiro** - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - Integra esta Ata, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024 – PMSB/MA

e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

**Parágrafo Terceiro** - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

Parágrafo Quarto - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 814.133/2021, a Lei Complementar 123/2006.

**CLÁUSULA TREZE - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca da cidade de São Bento, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

*São Bento – MA, 04 de março de 2024.*

**Manoel da Conceição Pinheiro Botelho**

**Secretário Municipal de Administração**

**Sheyla Yonara Dantas de Farias**

**Representante Legal**

**ANEXO ÚNICO**

***REF.:*** *ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2024*

*PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2024 - PMSB/MA*

*PROCESSO N.º 15/2024 – CPL*

Página 4 de 8
Carimbo de Tempo : 05/03/2024 11:30:15

Folhas nº 62
Processo nº 90
Rubrica nº

*VIGENCIA: 12 MESES*

Este documento integra a Ata de Registro de Preços nº 08/2024, celebrada perante a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, tendo como partes o Município de São Bento e as Empresas que tiveram seus preços registrados, em face à realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2024 – PMSB/MA.

**OBJETO**: Registro de Preços para eventual e futura Contratação de empresa especializada para terceirização de serviços administrativos, para atender as necessidades do Município de São Bento-MA.

**QUADRO 1 – DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA.**

| **EMPRESA: INSTITUTO VIVER** | |
|---|---|
| CNPJ Nº: 21.851.634/0001-28 | Telefone / Fax: (98) 3199-4640 |
| ENDEREÇO: Av. Aririzal, sala-15, nº 39, Turu, cep: 65.066-265, São Luís-MA. | E-mail: contato@iviver.org.br |

**QUADRO 2 – SERVIÇO REGISTRADO**

| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| FUNÇÕES | HORAS MENSAIS | VALOR DA HORA | TOTAL MENSAL | TOTAL ANUAL |
| AGENTE DE PORTARIA | 24400 | R$ 18,22 | R$ 444.568,00 | R$ 5.334.816,00 |
| AUXLIAR DE SERVIÇOS GERAIS | 33400 | R$ 18,33 | R$ 612.222,00 | R$ 7.346.664,00 |
| AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO | 23200 | R$ 18,76 | R$ 435.232,00 | R$ 5.222.784,00 |
| RECEPCIONISTA | 800 | R$ 20,12 | R$ 16.096,00 | R$ 193.152,00 |
| TOTAL | 81800 | | R$ 1.508.118,00 | R$ 18.097.416,00 |

| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO |
|---|

Carimbo de Tempo : 05/03/2024 11:30:15 Página 5 de 8

Folhas nº 63
Processo nº 90
Rubrica nº

| FUNÇÕES | HORAS MENSAIS | VALOR DA HORA | TOTAL MENSAL | TOTAL ANUAL |
|---|---|---|---|---|
| AGENTE DE PORTARIA | 4000 | R$ 18,22 | R$ 72.880,00 | R$ 874.560,00 |
| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | 6000 | R$ 18,33 | R$ 109.980,00 | R$ 1.319.760,00 |
| AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO | 4000 | R$ 18,76 | R$ 75.040,00 | R$ 900.480,00 |
| RECEPCIONISTA | 1000 | R$ 20,12 | R$ 20.120,00 | R$ 241.440,00 |
| MOTORISTA | 1200 | R$ 18,66 | R$ 22.392,00 | R$ 268.704,00 |
| TOTAL | 16200 | | R$ 300.412,00 | R$ 3.604.944,00 |

| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | |
|---|---|---|---|---|
| FUNÇÕES | HORAS MENSAIS | VALOR DA HORA | TOTAL MENSAL | TOTAL ANUAL |
| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | 5400 | R$ 18,33 | R$ 98.982,00 | R$ 1.187.784,00 |
| AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO | 1600 | R$ 18,76 | R$ 30.016,00 | R$ 360.192,00 |
| RECEPCIONISTA | 1200 | R$ 20,12 | R$ 24.144,00 | R$ 289.728,00 |
| TOTAL | 8200 | | R$ 153.142,00 | R$ 1.837.704,00 |

| VALOR TOTAL REGISTRADO PARA 12 (DOZE) MESES | R$ 23.540.064,00 |
|---|---|

*São Bento – MA, 04 de março de 2024.*

**Manoel da Conceição Pinheiro Botelho**

Carimbo de Tempo : 05/03/2024 11:30:15 Página 6 de 8

Folhas nº 64
Processo nº 040
Rubrica nº

**Secretário Municipal de Administração**

**Sheyla Yonara Dantas de Farias**

**Representante Legal**

## RESENHA DE CONTRATO

RESENHA.CONTRATO Nº 55/2024.PARTES: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO/MA, E DE OUTRO LADO, O ESCRITORIO BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50. OBJETO: Contratação de empresa na Prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações – CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal. AMPARO LEGAL: LEI N° 14.133/2021. VALOR GLOBAL: R$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. SÃO BENTO/MA, 01 DE MARÇO DE 2024. ASSINATURA: MANOEL DA CONCEIÇÃO PINHEIRO BOTELHO, Secretário Municipal de Administração; FABYO BARROS LIMA – Representante Legal.

Carimbo de Tempo : 05/03/2024 11:30:15 Página 7 de 8

Folhas nº 65
Processo nº 90
Rubrica nº

# ESTADO DO MARANHÃO
## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO - MA

# DIÁRIO OFICIAL
## GABIENTE DO PREFEITO

PRAÇA DA MATRIZ , 181 -, MATRIZ
SAO BENTO , CEP: 65235-00
Email: diario@saobento.ma.gov.br
Telefone: (98)98895-0096

**REINALDO CASTRO**
DIRETORIA DIARIO OFICIAL

**CARLOS DINO PENHA**
PREFEITO MUNICIPAL

Este documento é assinado digitalmente, o que garante a autenticidade do seu conteúdo.
MUNICIPIO DE SAO BENTO
Email: CDINOPENHA2@GMAIL.COM

ICP Brasil

Carimbo de Tempo : 05/03/2024 11:30:15



Carimbo de Tempo : 05/03/2024 11:30:15 Pagina 8 de 8

PREFEITURA
PROC.
Folhas
Rubrica

Folhas nº 66
Processo nº 90
Rubrica nº

**CONTRATO Nº 057/2024-PMP**

**Processo Administrativo nº 2.967/2024**

**Inexigibilidade de Licitação nº 013/2024**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2024, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PINHEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS E A EMPRESA BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, NA FORMA ABAIXO:**

**O MUNICÍPIO DE PINHEIRO/MA**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS – PMP/MA,** sediada na Praça José Sarney, nº 560, Centro, Pinheiro - MA, CNPJ Nº 06.200.745/0001-80, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada respectivamente pelo Sr. Leandro José Serra Cantanhede, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças de Pinheiro/MA, portador da Cédula de Identidade nº 134222520009 e do CPF nº 017.387.683-84, residente neste município, de outro, a empresa **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J sob o nº 26.570.765/0001-50, com sede na Av. Dos Holandeses, nº. 7, Condomínio Metr Market Place, Sala 409, Bairro Calhau, CEP 65.071-380, Sao Luis/MA, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Fabyo Barros Lima, brasileiro, inscrito no CPF nº 019.363.401-51, RG nº 2.421.542 SSP/DF, doravante denominada **CONTRATADA**, tem, entre si, ajustado o presente termo decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 013/2024, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 2.967/2024, submetendo-se as cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 74, inciso III, alínea C.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações – CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidades do Município de Pinheiro - MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

**2.1.** Este contrato tem como amparo legal o procedimento de INEXIGIBILIDADE nº 013/2024 e rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n° 14.133/2021 e demais legislações pertinentes. A proposta de preços apresentada e o Termo de Referência passam a integrar este contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL:**

**3.1.** Pela execução dos serviços ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), conforme tabela abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTD. | VLR UNIT | VLR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações – CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidades do Município de Pinheiro – MA. | mês | 12 | R$ 60.000,00 | R$ 720.000,00 |

PINHEIRO
AQUI TEM TRABALHO!
PREFEITURA
PROC.
Folhas 93
Rubrica

Folhas nº 68
Processo nº 90
Rubrica nº

**CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**4.1.** Análise detalhada de todo o passivo fiscal do Município e Entes Vinculados;

**4.2.** Análise dos parcelamentos celebrados junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ainda vigentes;

**4.3.** Análise dos Processos Administrativos Fiscais vinculados aos créditos tributários exigidos pela Fazenda Nacional;

**4.4.** Elaboração de defesas e recursos administrativos junto à Receita Federal do Brasil;

**4.5.** Acompanhamento dos procedimentos administrativos fiscais em curso perante a Receita Federal;

**4.6.** Ajuizamento e Acompanhamento de ações na defesa dos interesses do Município em matéria tributária federal;

**4.7.** Elaboração de embargos à execução na defesa dos interesses do Município em matéria tributária Federal;

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA**

**5.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município de Pinheiro – MA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Unidade Orçamentária: 020401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.**
**Funcional Programática: 04.122.0355.2431.0000 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.**
**Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

**CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

**6.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, prorrogável conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

**6.1.1.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**CLÁUSULA SÉTIMA - SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA OITAVA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**8.1.** Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**8.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal n° 14.133/2021.

**8.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, conforme art. 117, §1° e §2° da Lei Federal n° 14.133/2021.

## CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

**9.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agênciae conta corrente indicados pelo contratado.

**9.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**9.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal n° 14.133/2021.

**9.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretandoqualquer ônus para a Contratante.

**9.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de referência.

**9.7.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação quanto a regularidade fiscal e trabalhista.

**9.8.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada que não esteja em situação regular, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**9.9.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**9.10.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**9.11.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data previstapara o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

| | | |
|---|---|---|
| I = (TX) | I = ( 6 / 100 )/365 | TX I = 0,00016438 taxa = Percentual da anual = 6% |

**9.12.** O pagamento será creditado diretamente na conta bancária da contratada, mediante a apresentação das certidões enumeradas nesta cláusula.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

**10.1.** O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as devidas justificativas. A referida alteração, caso haja, será realizada através de termo de apostilamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

**11.1.** Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta de preços pela Contratada.

**11.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**11.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**11.4.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

**12.1.** O recebimento dos serviços será feito de acordo com as disposições previstas no Termo de Referência, nos termos do Art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.** Os serviços serão recebidos prioritariamente no prazo constante na ordem de serviço expedida pela Secretaria municipal de Administração, Planejamento e Finanças, de acordo com a sua demanda;

**12.3.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequentemente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

**12.4.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**12.5.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**12.6.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**12.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

**13.1. São obrigações da Contratante:**

**13.1.1.** Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s);

**13.1.2.** Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, para execução dos serviços, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos usuários;

**13.1.3.** A Contratante deverá ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da Contratadacaso a mesma não cumpra o estabelecido no Contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021;

**13.1.4.** Intervir ou interromper a execução dos serviços, nos casos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021;

**13.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as disposições do Contrato;

**13.1.6.** Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe às penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021;

**13.1.7.** Modificar ou rescindir unilateralmente o Contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021;

**13.1.8.** Preencher e enviar a Ordem de serviço de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de referência;

**13.1.9.** Receber os serviços executados pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

**13.1.10.** Solicitar a substituição imediata de serviços que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais;

**13.1.11.** Recusar com a devida justificativa qualquer serviço executado fora das especificações

PREFEITURA DE PINHEIRO
PROC. 2.907/24
Folhas 136/24
Rubrica

constantes na proposta da CONTRATADA;

**13.1.12.** Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do serviço executadode forma inadequada;

**13.1.13.** Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

**13.1.14.** Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com ofornecimento dos serviços.

**13.1.15.** Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades,fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatadas no fornecimento dos serviços.

**13.2. São obrigações da Contratada:**

**13.2.1.** Executar os serviços, objeto do contrato, em conformidade com o Termo de referência, ede acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei nº 14.133/2021;

**13.2.2.** Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista previdenciária, comercial, fiscal, e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a entrega dos serviços objeto do contrato;

**13.2.3.** Emitir a Nota Fiscal de Fornecimento dos Serviços fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pela Contratante, e o lote e número de processo de contratação.

**13.2.4.** Executar os serviços conforme especificações definidas no Termo de referência, não podendo nunca ser inferior a esta;

**13.2.5.** Manter capacidade mínima de execução para atender as demandas contratadas;

**13.2.6.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, relacionadoscom as especificações dos serviços;

**13.2.7.** Executar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na(s) Ordem(ns) de Serviços, os serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de execução estabelecido;

**13.2.8.** Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

**13.2.9.** Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

**13.2.10.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

**13.2.11.** Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

**13.2.11.1.** Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de

Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

**13.2.12.** Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento dos serviços, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados;

**13.2.13.** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.2.14.** Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;

**13.2.15.** Substituir os serviços reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido no Termo de referência, sem ônus para a CONTRATANTE;

**13.2.16.** Substituir os serviços que apresentarem falhas, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas no Termo de referência.

**13.2.17.** Executar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Serviço, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de execução estabelecido;

**13.2.18.** Arcar com todas as despesas relacionadas à Executar os serviços, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

**13.2.19.** Os Serviços deverão ser de excelente qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

**13.2.20.** A contratada estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato, ainda que o fornecimento dos serviços decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.

**13.2.22.** Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de referência e no(s) respectivo(s) contrato(s), inclusive quanto ao compromisso de fornecimento dos serviços dos quantitativos contratados;

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS

**14.1.** A troca eventual de documentos entre a Contratante e a Contratada, será realizada, preferencialmente, através de protocolo, podendo ser feita por meio de correspondência eletrônica com a devida prova do recebimento.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**15.1.** Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

**15.1.1.** Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**15.1.2.** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**15.1.3.** Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

PREFEITURA DE PINHEIRO
PROC. 1627/24
Folhas 138
Rubrica

**15.1.4.** Ensejar o retardamento da execução dos serviços sem motivo justificado;

**15.1.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**15.1.6.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**15.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**15.1.8.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**15.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.1.10.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**15.1.10.1.** Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**15.1.10.2.** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R$ 50,00 (cinquenta reais);

**15.1.10.3.** Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**15.1.11.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**15.1.12.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**15.1.13.** Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Coelho Neto/MA, com o consequente descredenciamento no Cadastro de Registro Cadastral- CRC pelo prazo de até cinco anos;

**15.1.14.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 8.1 do Termo de referência.

**15.1.15.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**15.1.16.** As sanções previstas nos subitens 9.1.10.1, 9.1.12, 9.1.13 e 9.1.15 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando- a dos pagamentos a serem efetuados.

**15.1.17.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

**15.1.18.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**15.1.19.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**15.1.20.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**15.1.21.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativoque assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**15.1.22.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Municipal e cobrados judicialmente.

**15.1.23.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez)dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**15.1.24.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do proponente, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**15.1.25.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**15.1.26.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**15.1.27.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**15.1.28.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

**16.1.** A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada para esse fim.

**16.2.** A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, na vigência do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**16.3.** À comissão ou servidor designado compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

**16.4.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização do objeto deverão ser solicitadas à autoridade superior deste

PREFEITURA DE PINHEIRO
AQUI TEM TRABALHO!
PREFEITURA
PROC.
Folhas
Rubrica

Folhas nº 76
Processo nº 90
Rubrica nº

Município, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

**17.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**17.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6° da LGPD.

**17.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**17.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de superação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**17.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**17.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

**18.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA NOVA - ALTERAÇÕES

**19.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**19.2.** O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**19.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**19.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n" 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

**20.1.** A extinção do presente instrumento de contrato dar-se-á de acordo com os artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal n°. 14.133/2021.

PREFEITURA DE PINHEIRO
PROC. 2-96-5/2024
Folhas 150
Rubrica

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**21.1.** O presente Instrumento é regido pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelos preceitos de direito público, lhe aplicando supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS**

**22.1.** Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, e dos princípios gerais dedireito.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

**23.1.** Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FORO**

**24.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Pinheiro – MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiadoque seja.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na preste ata, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Pinheiro – MA, 02 de maio de 2024.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**
Leandro José Serra Cantanhede
CONTRATANTE

**BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**
Fábyo Barros Lima
CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

Nome: _____ CPF nº 612.650.623-58

Nome: _____ CPF nº 052850423-52

Folhas nº 78
PREFEITURA DE PINHEIRO
PROC. 1967/2024
Folha 153
Rubrica

FAMEM
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO MARANHÃO

ANO XVIII • Nº 3345
ISSN 2763-860X
SÃO LUÍS
QUARTA • 08 DE MAIO DE 2024

# INDICE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO** ..... 6
TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PE 008/2024 ..... 6
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA** ..... 6
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024 ..... 6
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARNAÍBA** ..... 6
RESENHA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 38/2023-PMAP/MA. PROCESSO Nº 15/2024 ..... 6
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPURUS** ..... 6
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2024/ADMIN. ..... 6
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME** ..... 6
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA CHAMADA PUBLICA Nº CP 001/2024 ..... 6
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 8
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 8
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 8
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 9
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 9
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 9
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 9
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 9
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 10
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 10
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 10
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 10
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 10
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 10
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 11
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 11
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 11
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 11
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 11
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 12
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 12
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 12
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 12
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 12
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 12
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 13
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 13
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 13
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 13
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 13
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 14
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 14
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 14
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 14
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 14
EXTRATO DE CONTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº CP 001/2024 ..... 15
EXTRATO DE CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 ..... 15
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ** ..... 15
LEI MUNICIPAL Nº 129 /2024-GAB, 08 DE ABRIL DE 2024 ..... 15
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURITUBA** ..... 15
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2024 ..... 15
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS** ..... 17
TERMO DE ADJUDICAÇAO - REGISTRO DE PREGOS ELETRONICO - 74/2023 ..... 17
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 018/2024. ..... 27
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. N° 024/2024. ..... 27
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Nº 010/2024. ..... 27

**VALOR TOTAL:** **15.323.998,00**

**Quinze Milhões Trezentos e Vinte e Três Mil Novecentos e Noventa e Oito reais**

Pinheiro – MA, 07 de maio de 2024.

PREFEITURA DE PINHEIRO
PROC. 2967/2024
Folha 154
Rubrica

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**
Leandro José Serra Cantanhede
Órgão Gerenciador

Folhas nº 79
Processo nº 90
Rubrica nº

**LOGER ENGENHARIA LTDA**
Jaime Anglada Cruillas Neto
Empresa Beneficiária

**Ata de Registro de Preços nº 006/2024-PMP**

*Publicado por: VIVIAN KAREN ALVES FERREIRA*
*Código identificador: e3ea84899e8d4e5ad5a5135a7d44c68f*

---

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/INEX/013/2024-CCL.**

**ESTADO DO MARANHÃO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/INEX/013/2024-CCL.**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.967/2024.**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE PINHEIRO-MA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, CNPJ: 06.200.745/0001-80, **CONTRATADA**: BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA;**OBJETO:** prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações – CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidades do Município de Pinheiro - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais). **VIGÊNCIA:** 02/05/2024 até 02/05/2025; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 020401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.Funcional Programática: 04.122.0355.2431.0000 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. **BASE LEGAL:** art. 74, inciso III, alínea C,Lei nº 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES. **ASSINATURAS:** Leandro José Serra Cantanhede, PELA CONTRATANTE; Fábyo Barros Lima, PELA CONTRATADA. PINHEIRO – MA, 02 DE MAIO DE 2024.

**Leandro José Serra Cantanhede**
**Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças**

*Publicado por: VIVIAN KAREN ALVES FERREIRA*
*Código identificador: 58aeb81f854cd27a7d91ade71ec02d23*

---

**PORTARIA Nº 018/2024 - GRH**

PORTARIA Nº **018/2024 - GRH**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, **JOÃO LUCIANO SILVA SOARES,** no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

**Art. 1º - EXONERAR,** a pedido do próprio servidor, o Sr. **DIEGO CAMPOS SOARES,** matricula **5783-1,** do cargo / função de **motorista categoria B,** lotado na **Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças do Município de Pinheiro, Estado do Maranhão, a partir desta data.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Folhas nº 80
Processo nº 90
Rubrica nº

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

**Processo nº 90/2025**

De acordo com as informações constantes neste processo administrativo autuado, AUTORIZO o envio dos autos à Assessoria Administrativa para auxiliar a Secretaria ora solicitante no levantamento de mercado, de que trata o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021.

Ato contínuo, retornem os autos à Secretaria de origem para elaboração do Estudo Técnico Preliminar e demais atos subsequentes, em conformidade com a legislação pertinente.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 12 de Março de 2025.

**José Francinete Bento Luna**
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

Folhas nº 81
Processo nº 90
Rubrica nº

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

**Processo / Protocolo:** 90/2025
**Origem:** Sec. Municipal de Administração e Finanças
**Assunto:** Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

## DESPACHO

Em atenção à determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Alto Alegre do Pindaré, e, em consonância com o que disciplina o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021, informamos que o procedimento de cotação de preços (metodologia) nesta municipalidade é realizado a partir de consultas a tabelas oficiais, pesquisas de mercado através de propostas físicas, por e-mail, telefone, internet, outros contratos administrativos, outros Órgãos, ou pessoalmente.

Tudo é realizado de modo a obter o preço médio e também o menor preço estimado mais vantajoso à Administração, respeitando-se, assim, a Lei de Licitações e as orientações dos Tribunais de Contas.

No presente caso, a busca por preço de mercado, se deu através de proposta comercial da Empresa **GUSTAVO DE OLIVEIRA LEITE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.586.054/0001-50, dirigida a esta prefeitura juntamente com Contratos firmados com outros Municípios, conforme a orientação do TCU e da AGU para a pesquisa de preços ofertas similares (TCU. Ac. 2816/2014 – Plenário e O-AGU 17/2009[1]). Desta forma, fica demonstrada a compatibilidade de preço praticado com o ofertado a esta administração.

[1] Orientação Normativa nº 17 da AGU: a razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes

Folhas nº 87
Processo nº
Rubrica nº

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

O preço global ofertado para a prestação dos serviços foi no valor global de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e valor mensal de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Nessa esteira, quanto ao preço ofertado para o mesmo serviço o Contrato nº 55/2024 firmado com o Município de São Bento/MA (cláusula quarta) foi no valor total de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) e valor mensal de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), e o Contrato nº 57/2024 com o Município de São Bento/MA (cláusula terceira, subitem 3.1.) foi no valor total de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) e valor mensal de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e o Contrato nº 288/2023 com o Município de Santa Inês/MA (cláusula terceira, subitem 3.1.) foi no valor total de R$ 597.000,00 (quinhentos e noventa e sete mil reais) e valor mensal de R$ 49.750,00 (quarenta e nove mil, quinhentos e setenta reais), ou seja, os valores estão acima daquele proposto ao Município, registrando-se, portanto, compatibilidade de preço praticado.

Assim sendo, remeto de volta os autos à Secretaria de origem para elaboração dos atos subsequentes, em conformidade com a legislação pertinente.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 13 de Março de 2025.

**Leniza de Oliveira Botelho**
**Assessora Administrativa**

públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos. (Alterada pela Portaria AGU nº 572/2011, publicada no DOU I 14.12.2011).

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 83
Processo nº 90
Rubrica nº

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

**Unidade Requisitante**
Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Alto Alegre do Pindaré/MA

**Alinhamento com o Planejamento Anual**
A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.

**Equipe de Planejamento**
Marcelo Coelho Sousa

**Problema Resumido**
A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré visa a formalização de processo administrativo para Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

## DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de Alto Alegre do Pindaré – MA enfrenta desafios relacionados à gestão tributária e fiscal, incluindo a necessidade de contestação de cobranças indevidas, defesa contra autos de

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Processo nº 84
Rubrica nº 90

infração, recuperação de créditos e regularização de pendências junto à Receita Federal do Brasil e demais órgãos competentes. A complexidade das questões tributárias e a constante evolução da legislação exigem um acompanhamento técnico especializado para evitar prejuízos financeiros ao ente público, garantindo maior segurança jurídica e previsibilidade orçamentária.

Para lidar com esse problema, é imprescindível contratar uma empresa com notória especialização na promoção de ações que visem a regularização das pendências tributárias.

Diante desse cenário, torna-se necessário contratar uma empresa especializada que possa atuar nas esferas administrativa e judicial para:

- Ajuizamento de ações;
- Regularização das pendências tributárias junto à Receita Federal.
- Atuação perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

## OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa:

O enfrentamento de desafios relacionados à gestão tributária e fiscal, incluindo a necessidade de contestações de cobranças indevidas, defesa contra autos de infração, recuperação de créditos e regularização de pendências junto à Receita Federal do Brasil e demais órgãos competentes. A complexidade das questões tributárias e a constante evolução da legislação exigem um acompanhamento técnico especializado para evitar prejuízos financeiros ao ente público, garantindo maior segurança jurídica e previsibilidade orçamentária.

Sem o suporte de profissionais altamente qualificados, o Município pode sofrer impactos negativos decorrentes de retenção de repasses federais, penalizações indevidas e execuções fiscais que comprometam sua capacidade de investimento em políticas públicas essenciais..

## JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE

A contratação por inexigibilidade de licitação encontra amparo no **artigo 74, III da Lei n.º 14.133/2021**, que prevê a contratação direta em casos de inviabilidade de competição. A presente contratação justifica-se pela **notória especialização** da empresa a ser selecionada, uma vez que:

- O objeto da contratação demanda **expertise jurídica específica** em direito tributário, especialmente na área ajuizamento de ações e atuação junto a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal;
- Há **poucas empresas** no mercado com a qualificação e experiência necessárias para lidar com as complexidades envolvidas, o que inviabiliza a competição ampla;

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

- A empresa a ser contratada deverá ter comprovada capacidade técnica e **experiência consolidada** em casos semelhantes, o que se caracteriza como fator determinante para o sucesso da contratação.

## SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO – ESTUDOS PRELIMINARES

O município realizou consultas ao mercado e verificou que existem poucas empresas com capacidade técnica e experiência suficiente para atender às demandas específicas relacionadas à limitação de retenções do FPM e à regularização de pendências tributárias. A escolha da empresa será baseada na sua notória especialização, considerando sua atuação anterior em demandas semelhantes e o sucesso comprovado em outros municípios.

## DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

O presente estudo se refere a hipótese de inexigibilidade prevista no art. 74, inciso III, da Lei 14.133/2021, para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

## QUANTITATIVOS E VALORES

| Item | Especificação | Valor Mensal | Valor Total |
|---|---|---|---|
| 1 | Prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, | R$ 30.000,00 (trinta mil reais). | R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). |

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

| | | | |
|---|---|---|---|
| | perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA. | | |

## PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será parcelada.

No caso apresentado, a contratação de uma empresa especializada para a promoção de demandas administrativas e/ou judiciais para a limitação das retenções do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e regularização das pendências tributárias **não se enquadra como serviço parcelado**.

**Motivo**:

Serviço parcelado, conforme previsto na Nova Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/2021), geralmente se refere a serviços com periodicidade, que podem ser prestados em partes ou etapas, com possibilidade de pagamento ou execução de maneira fracionada ao longo do tempo.

O objeto da contratação descrito no seu caso é um **serviço de natureza jurídica especializada**, normalmente caracterizado pela prestação de um serviço único ou de execução específica, com metas claras e resultados específicos.

Trata-se de uma contratação focada em um **resultado específico** e que, mesmo que se desenvolva em várias fases (por exemplo, ações judiciais e administrativas), não configura uma prestação de serviço contínua ou recorrente, como ocorre em serviços parcelados. Esse tipo de contratação geralmente é de **natureza pontual**, relacionada ao sucesso nas ações e não à continuidade temporal.

Portanto, essa contratação **não é caracterizada como serviço parcelado**, mas como um serviço pontual ou especializado, com pagamento relacionado à execução das demandas jurídicas e seus resultados.

## RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação da empresa especializada, espera-se:

- **Regularização das pendências tributárias**, evitando a aplicação de novas sanções e impedindo novas retenções ou bloqueios futuros;
- **Fortalecimento da gestão fiscal** do município, com melhoria nas condições de cumprimento das obrigações fiscais e na negociação de dívidas tributárias.
- Redução de passivos fiscais e eliminação de cobranças indevidas contra o Município;

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 87
Processo nº 90
Rubrica nº

- Efetivação de medidas administrativas e judiciais que assegurem a recuperação de valores retidos ou pagos indevidamente;
- Prevenção de novas autuações e litígios tributários por meio de um planejamento fiscal adequado;
- Maior eficiência na defesa dos interesses municipais perante a Receita Federal, CARF e Justiça Federal;
- Otimização dos recursos públicos, permitindo a destinação de valores economizados para investimentos prioritários na gestão municipal.

A curto prazo, o município poderá contar com recursos financeiros menos comprometidos por retenções indevidas e terá um cenário tributário mais estável e previsível.

## PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Verificar a disponibilidade orçamentária para o pagamento dos serviços contratados e garantir que não haja impedimentos legais.

Elaborar contrato com cláusulas claras e objetivas que definam as responsabilidades das partes envolvidas, prazos, formas de pagamento e possíveis penalidades.

Designar servidores capacitados para fiscalização e gestão contratual, garantindo que estejam preparados para acompanhar a execução do serviço e verificar o cumprimento das obrigações contratuais.

## IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de uma empresa especializada para promover demandas administrativas e/ou judiciais com o objetivo de limitar retenções no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e regularizar pendências tributárias **não gera impactos ambientais diretos**, já que envolve a prestação de **serviços jurídicos** e **consultoria tributária**, que são atividades essencialmente intelectuais e administrativas.

No entanto, podemos considerar alguns aspectos mais amplos e indiretos, ainda que o impacto seja mínimo:

**1.** Uso de Recursos de Escritório

- **Papel e Impressão**: As demandas administrativas e judiciais podem gerar um volume de documentos que exigem impressão, uso de papel e outros materiais de escritório.
- **Uso de Energia**: A empresa contratada, ao realizar suas atividades em escritórios, utilizará energia elétrica para computadores, iluminação e equipamentos.

**2.** Deslocamentos e Emissões de $CO_2$

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 88
Processo nº 90
Rubrica nº

- **Transporte de Pessoal**: Em casos que exijam reuniões presenciais ou audiências em tribunais, pode haver deslocamentos de advogados ou profissionais entre o município e outras localidades, gerando emissões de gases de efeito estufa associadas ao transporte (seja por carro, avião ou outros meios).

**3.** Uso de Recursos Digitais

- **Infraestrutura Tecnológica**: Mesmo que o serviço seja prestado de forma virtual ou digital, o uso de servidores, computadores e armazenamento em nuvem também demanda consumo de energia, o que pode contribuir indiretamente para emissões de carbono, dependendo da matriz energética utilizada.

**4.** Desdobramentos Indiretos nas Políticas Públicas

- **Gestão Sustentável dos Recursos**: A regularização das pendências tributárias e a limitação das retenções no FPM podem aumentar a capacidade financeira do município, possibilitando investimentos em projetos que podem ter impacto ambiental, positivo ou negativo, a depender do direcionamento desses recursos (exemplo: projetos de infraestrutura, saneamento ou desenvolvimento econômico).

**Medidas Mitigadoras**

Ainda que o impacto ambiental seja mínimo, algumas práticas podem ser adotadas para mitigar eventuais efeitos:

- **Digitalização de Documentos**: Preferir a tramitação digital de documentos para evitar o uso excessivo de papel.
- **Uso de Energias Renováveis**: Incentivar o uso de energia renovável nas instalações da empresa contratada ou do município.
- **Videoconferências**: Priorizar reuniões virtuais para evitar deslocamentos desnecessários e a consequente emissão de carbono.

Assim, embora o impacto ambiental da contratação seja baixo, é possível adotar práticas sustentáveis para minimizar qualquer efeito indireto.

## CONCLUSÃO

Diante da necessidade urgente de regularizar as pendências tributárias do município, a contratação de uma empresa especializada, com notória especialização e ampla experiência no tema, justifica-se pela complexidade do objeto e pela inviabilidade de competição ampla no mercado. O cumprimento do interesse público e o impacto financeiro positivo para o município reforçam a necessidade e urgência da contratação.

O presente estudo técnico fundamenta a contratação por inexigibilidade de licitação, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, visando à seleção da melhor empresa para atingir os objetivos propostos. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

PREFEITURA DE
**Alto Alegre do Pindaré**
Juntos para *fazer muito mais*

**Avenida João XXVIII, S/N - Centro**
**Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000**
**pmaap.pmaap01@gmail.com**
**www.altoalegredopindare.ma.gov.br**
**CNPJ: 01.612.832/0001-21**

Alto Alegre do Pindaré/MA, 14 de Março de 2025.

**MARCELO COELHO SOUSA**
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 90
Processo nº 90
Rubrica nº

# TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. DO OBJETO

Contratação do escritório de advocacia Barros Lima Sociedade Individual de Advocacia, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, para a prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

## 2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A contratação se faz necessária tendo em vista a complexidade e especificidade das questões tributárias enfrentadas pelo Município, principalmente no que tange às retenções indevidas de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) pela Receita Federal do Brasil. Além disso, a atuação perante órgãos como o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e a Seção Judiciária Federal no Distrito Federal demanda conhecimento técnico especializado, justificando a necessidade de contratação de empresa capacitada.

2.2. A gravidade e complexidade deste cenário reclamam a atuação de profissionais proporcionalmente preparados e com conhecimento técnico específico na área a fim de viabilizar um enfrentamento adequado destas demandas, não somente com vistas a atuar de forma reativa, mas também a fim de subsidiar as ações futuras com vistas a retomada da regularidade fiscal deste órgão.

2.3. Demonstra-se com isso, a necessidade da contratação de serviços técnicos especializados na área de Direito Tributário a fim de realizar consultoria destina a enfrentar tal problema e apontar as possíveis soluções a fim de checar a correção das referidas obrigações e atuar em seu favor nas searas administrativa e judicial com vistas a defender seus interesses diretos, já que a Procuradoria do Município não o faz a contento, mas ao contrário, busca eximir o ente municipal da responsabilidade tributárias pelos débitos e simplesmente os imputa ao órgão contratante.

2.4. Ademais, no presente caso, apesar deste órgão possuir no seu quadro organizacional competentíssimos profissionais, nenhum deles possui tão elevado grau de especialização e de know-how na atuação a ponto de lhes qualificarem a atuar de modo mais efetivo em trabalhos mais complexos como aquele que aqui se pretende executar.

2.5. Assim, a contratação pretensa justifica-se em face das necessidades crescentes exigências legais para com a gestão pública brasileira, em especial a gestão pública municipal, passa por uma

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 91
Processo nº 90

grande transformação na atualidade. Considerando as atuais e inúmeras alterações na legislação e na forma de contratação e nas constantes transformações por que passa a Administração Pública, impondo aos administradores a necessidade de atualização permanente, tornando imprescindível contar com a sustentação administrativa e operacional.

2.6. Por tais razões é que se justifica a promoção da presente contratação sob a forma de contratação direta na modalidade de inexigibilidade de licitação, embasada nas alíneas "c" e "e" do inciso III do art. 72 da Lei 14.133/2021.

## 3. DO VALOR CONTRATADO

| Item | Especificação | Valor Mensal | Valor Total |
|---|---|---|---|
| 1 | Prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA. | R$ 30.000,00 (trinta mil reais). | R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). |

3.2. A estipulação dos honorários nos moldes e patamares aqui acordados tem como base a proposta apresentada e contratações similares de outros entes públicos.

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folha nº 92
Processo nº 90
Rubrica nº

## 4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. Para consecução do objeto a empresa CONTRATADA deverá executar serviços técnicos especializados em âmbito administrativo e/ou judicial, em vista de promover desbloqueio de valores e garantir a regularização de débitos da CONTRATANTE, dentre os quais, incluem-se:

a) Demanda judicial e/ou administrativa tributária, destinada a analisar procedimentos de apuração e recolhimento dos tributos devidos pelo município;
b) Levantamento e análise das informações prestadas à Receita Federal do Brasil tomando como período base os últimos 5 (cinco) anos, englobando ainda todos os processos administrativos e execuções fiscais porventura existentes;
c) Levantamento e análise das informações contidas nas Folhas de Pagamento referentes a cada mês, tomando como período base os últimos 5 (cinco) anos;
d) Levantamento, análise e confrontação das informações armazenadas junto à Receita Federal, incluindo comprovantes de pagamento e retenções realizadas, necessárias a definir com exatidão os valores informados e os valores efetivamente recolhidos, bem como dos débitos lançados em processos administrativos;
e) Elaboração de pareceres, relatórios e planilhas descritivas que possam detalhar o cenário encontrado, seja qual for sua natureza, as quais conterão todos os dados necessários à compreensão da situação fiscal posta e apontando as possíveis soluções e ações a serem tomadas a fim de promover a consumação do objetivo de recobrar o status de regularidade fiscal do Município;
f) Promover a habilitação nos processos existentes e a apresentação de todas as demandas necessárias no âmbito administrativo e/ou judicial.
g) Acompanhamento de processos administrativos e judiciais;
h) Apresentação de defesas e recursos administrativos e judiciais;
i) Ajuizamento de ações tributárias pertinentes;
j) Apresentação de contestações, réplicas, tréplicas e razões finais;
k) Comparecimento em audiências;
l) Confecção, interposição e acompanhamento de recursos e contrarrazões;
m) Sustentação oral;
n) Confecção, interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como medidas cautelares, embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças;
o) Qualquer outra medida processual necessária para salvaguardar os direitos e interesses do Município.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c'):

5.1 Como relatado no estudo preliminar, a contratante possui um elevadíssimo passivo tributário que vem sendo objeto de cobrança tanto na esfera administrativa como na judicial.

5.2 Nessa esteira, a gravidade e complexidade deste cenário reclamam a atuação de profissionais proporcionalmente preparados e com conhecimento técnico específico na área a fim de viabilizar um enfrentamento adequado destas demandas, não somente com vistas a atuar de forma reativa, mas também a fim de subsidiar as ações futuras com vistas a retomada da regularidade fiscal deste órgão.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 93
Processo nº 90
Rubrica nº

5.3 Por tal razão, a solução encontrada, a de promover a referida contratação, se mostra absolutamente condizente com as necessidades do órgão contratante e atende perfeitamente às suas demandas e aos objetivos estabelecidos.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

6.1 Natureza da Contratação:

6.1.1 Os serviços a serem contratados, em razão de sua indispensabilidade, são considerados de natureza técnica especializada predominante intelectual e enquadrado como continuado.

6.1.2 A empresa contratada deverá ter disponibilidade de equipamentos e materiais para execução dos serviços, bem como pessoal técnico e operacional especializados para o cumprimento do objeto da licitação.

6.1.3 Para salvaguardar a observância do interesse público na gestão de suas atividades, como regra geral, compete à Administração Pública realizar regular procedimento previamente às suas contratações, em consonância com os princípios e disposições legais constantes na Constituição Federal de 1988 (art. 37, inc. XXI) e na Lei 14.133/21.

6.2 Sustentabilidade:

6.2.1. Os serviços pretensos não possuem práticas de sustentabilidade por se tratar apenas de natureza intelectual;

6.3 Transição Contratual:

6.3.1. Pelas características da contratação, onde não há transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas, bem como não poderá haver a subcontratação do objeto, então não há a necessidade de transição contratual.

6.4 Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade dos Órgãos Demandantes:

6.4.1 Para atender a demanda da Unidade Administrativa a empresa deve conhecer profundamente:

6.4.1.1 Os ditames de toda a legislação que versa sobre o sistema de contratações de pessoal na administração pública;

6.4.1.2 A relevância e as atribuições pertinentes a todos os agentes públicos que participam diretamente da contratação de pessoal;

6.4.1.3 A elaboração de relatórios de gestão de pessoal (controles de limites de despesas com pessoal conforme Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei Complementar a 101/2000);

6.4.1.4 A formulação de estratégias para assegurar que os órgãos atuem em consonância com os princípios constitucionais, em especial, o princípio da legalidade, impessoalidade moralidade, publicidade e eficiência;

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 94
Processo nº 90
Rubrica nº

6.4.1.5 A estrutura organizacional da Administração, no intuito de acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter sugestivo, preventivo ou corretivamente as ações a serem desempenhadas, alertando sempre sobre a responsabilidade e risco dos atos praticados;

6.4.1.6 Como buscar o equilíbrio nas contas públicas e a correta aplicação administrativa e financeira dos recursos públicos;

6.4.1.7 Saber examinar os resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia de gestão;

6.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.6 Não haverá exigência da garantia da contratação a que se referem os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

## 7. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO:

7.1. O prazo de vigência e execução da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

7.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que trata de patrocínio de demandas judiciais e/ou administrativas até o seu trânsito em julgado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a impossibilidade concreta de estipulação de um prazo de tramitação perfeitamente definido para estas demandas, bem como diante do fato de que não haverá qualquer custo adicional neste interregno, tendo em vista que o pagamento final dos honorários será pactuado na forma de contrato de eficiência e condicionado a desconstituição definitiva dos débitos discutidos, portanto, com base na econômica gerada.

7.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7.4 O prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias, contados da data em que todos os documentos e procurações forem disponibilizados ao contratado, ressalvada a manutenção da atuação do contratado por tempo incerto até o trânsito em julgado das demandas administrativas e judicias.

## 8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento dos serviços será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, após aferição dos respectivos serviços pela fiscalização designada pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA, devendo o Contratado emitir Notas Fiscais/Faturas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega do faturamento, mediante a apresentação de Relatório e da Nota Fiscal, cuja fatura terá seu débito autorizado junto à tesouraria e da apresentação do comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se for o caso, e dos encargos sociais.

8.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da Regularidade Fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021, ou através do envio da documentação pelo Contratado. Assim, antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

8.2.1 Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciarse-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5 Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da Regularidade Fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.7 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do Processo Administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

8.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.10 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:
EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;
Vp = Valor da parcela em atraso;
I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

8.12 Após o período de vigência deste Contrato, na hipótese de sua eventual prorrogação, poderá ser admitido reajuste de preços para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro desta avença, utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

8.13 Por fim, reiterando os termos previstos no subitem 3.1., deste Termo de Referência, o pagamento pela execução dos serviços descritos no objeto do contrato a ser formalizado estará condicionada a:

a) Em relação ao item "a" do objeto, será devida a quantia fixa de R$180.000,00 (cento e oitenta mil reais), cujo pagamento se dará somente com o deferimento da decisão que assegure ao município a limitação ao montante das retenções efetuadas pela Receita Federal aos valores destinados ao município a título de Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

b) Em relação ao item "b" do objeto, serão devidos honorários no importe de 10% (dez por cento) do montante do débito reduzido em razão da atuação do contratado, seja na via administrativa ou judicial, e será devido a partir da conclusão dos atos necessários a recobrar a regularidade fiscal do município.

## 9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Para execução das atividades previstas no presente Termo de Referência, o Município de Alto Alegre do Pindaré, aqui denominado CONTRATANTE, disponibilizará todos os documentos necessários para realização dos trabalhos da Contratada, bem como informar previamente todas as ações fiscalizatórias de caráter pontual, possibilitando todas as condições necessárias para consolidação dos relatórios de monitoramento, pareceres técnicos e demais relatórios objeto do contrato;
b) Acompanhar e fiscalizar os serviços prestados, objeto do presente contrato;
c) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a prestação de serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos do contrato.
d) Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;
e) Assistir a contratada na escolha dos métodos executivos mais adequados;
f) Exigir da contratada a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;
g) Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pela contratada, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos;
h) Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato;
i) Determinar a paralisação da execução do contrato quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 97
Processo nº 90
Rubrica nº

a) Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos serviços, excetuando-se as advindas do não atendimento das obrigações da contratante, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria Municipal requisitante;

b) Facilitar a ação da fiscalização na inspeção do serviço, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante;

c) A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

d) Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação do serviço contratado, inclusive a alimentação, estadia, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais ônus fiscais relacionados ao serviço proposto;

e) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

f)Realizar reuniões regularmente com os representantes e com o corpo jurídico do quadro da Contratante, para que sejam apresentadas as demandas e necessidades públicas;

## 11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

11.1.1 Não assinar o contrato;
11.1.2 Não entregar a documentação exigida no edital;
11.1.3 Apresentar documentação falsa;
11.1.4 Causar o atraso na execução do objeto;
11.1.5 Não mantiver a proposta;
11.1.6 Falhar na execução do contrato;
11.1.7 Fraudar a execução do contrato;
11.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;
11.1.9 Declarar informações falsas; e
11.1.10 Cometer fraude fiscal.

11.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte e as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei n° 11.488/07, ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da etapa de lances.

11.3 A licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.3.1 Advertência por falta(s) leve(s), assim entendida(s) como aquela(s) que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

11.3.2 Multa de: a) 0,30% ao dia sobre o valor remanescente deste Contrato, no caso de atraso injustificado no entrega de qualquer serviço, limitada a incidência de 30(trinta) dias; b) até 10% cumulativo com a letra "a" deste inciso, sobre o valor remanescente do Contrato, no caso de atraso injustificado na entrega de qualquer serviço, superior a 30 (trinta) dias;

11.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 98
Processo nº 90
Rubrica nº

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
11.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
11.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/21.
11.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
11.7 O pagamento da multa não eximirá a contratada de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade.

## 12. GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1. O acompanhamento na execução do contrato ficará na responsabilidade da Procuradoria Geral do Município e Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

12.2 O órgão contratante se reserva do direito de realizar a seu critério a avaliação prévia do local de execução dos serviços como instrumento para verificação do conhecimento pleno das condições e peculiaridades acerca da prestação de serviço que constitui o objeto a ser contratado, sendo-lhe assegurado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário comercial.

12.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

12.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

13.1 Rotinas de fiscalização contratual

13.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

13.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

13.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folha nº 99
Processo nº 20
Rubrica nº

13.1.3.1 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

13.1.4 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

13.1.5 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.1.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

13.1.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

13.1.8 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

13.1.9 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.1.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.1.11 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.1.14 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

## 14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

14.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento nas hipóteses das alíneas "c" e "e" do inciso III do art. 72 da Lei 14.133/2021.

14.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 100
Processo nº 20
Rubrica nº

14.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

14.4 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.5 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**14.6 Habilitação Jurídica:**

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
b) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
c) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**14.7 Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante legal;
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
e) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
i) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 101
Processo nº 90
Rubrica nº

14.7.10 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

## 15. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

15.1. É sabido que, no direito administrativo brasileiro a regra é a obrigatoriedade de licitação, tanto para aquisição de bens como para que haja prestação de serviços para a Administração, tendo como fundamento legal, na norma constitucional, o Art. 37, Inciso XXI, *in litteris*:

> *"Art. 37 - omissis:*
> *XXI - ressalvados os casos específicos na legislação, às obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas às condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá às exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".*

15.2. Sob o ponto de vista do enquadramento legal, pretende-se a presente contratação com base na autorização para dispensa de licitação, concedida nos termos do Art. 74, inciso III, alínea "e" da Lei Federal n.º 14.133/2021, a saber:

> *Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
>
> *(...)*
>
> *III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*
> *(...)*
>
> *"e"- patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*

15.3. Quando a contratação envolver serviços técnicos profissionais especializados, poderá fazer-se diretamente, independentemente de procedimento formal licitatório. Isso não significa que a Administração possa escolher qualquer particular, a seu arbítrio, mas sempre que cumpridos requisitos subjetivos que decorram diretamente da causa motivadora da inexigibilidade da licitação.

15.4 É necessário, ainda, o requisito do reconhecimento da notoriedade. Não se exige que o profissional tenha reconhecimento de sua capacitação e especialização perante toda a comunidade. Exige-se, isto sim, que se trate de profissional destacado e respeitado no seio da comunidade de especialistas em que atua. Se não se reconhece a notoriedade quando o especialista tenha mero reconhecimento no âmbito da Administração, também não se exige notoriedade do público em geral. Quer-se, no mínimo, que sua especialização seja reconhecida no meio especializado em que desenvolve sua atividade específica.

### 15.5. Da singularidade e notória especialização.

15.5.1. Necessário se faz observara singularidade e notoriedade da contratação de profissionais gabaritados, escolhidos mediante análise criteriosa e, conjugada ao binômio singularidade e notoriedade, agindo em total consonância aos ditames legais.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 102
Processo nº 29
Rubrica

15.5.2. Ademais, já posicionou-se o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Maranhão sobre a inexigibilidade por notória especialização em concomitância com a singularidade do serviço a serem executados.

15.5.3. Verifica-se, ainda, corroborando com o devido entendimento, a jurisprudência exposta pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, onde relata que o Município poderá realizar a contratação por inexigibilidade, por tratar-se de Escritório Advocatício com extrema qualificação na matéria em questão, e por obter a total confiança do administrador público solicitante. Conforme aduz:

> ***ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 17 DA LEI. ART. 295, V DO CPC. ART. 178 DO CC/16. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ARTS. 13 E 25 DA LEI 8.666/93. REQUISITOS DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. SINGULARIDADE DO SERVIÇO. INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. DISCRICIONARIEDADE DO ADMINISTRADOR NA ESCOLHA DO MELHOR PROFISSIONAL, DESDE QUE PRESENTE O INTERESSE PÚBLICO E INOCORRENTE O DESVIO DE PODER, AFILHADISMO OU COMPADRIO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Quanto à alegada violação ao 17, §§ 7o., 8o., 9o. e 10 da Lei 8.429/92, art. 295, V do CPC e art. 178, § 9o., V, b do CC/16, constata-se que tal matéria não restou debatida no acórdão recorrido, carecendo de prequestionamento, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais. Aplicáveis, assim, as Súmulas 282 e 356 do STF. 2. Em que pese a natureza de ordem pública das questões suscitadas, a Corte Especial deste Tribunal já firmou entendimento de que até mesmo as matérias de ordem pública devem estar prequestionadas. Precedentes: AgRg nos EREsp 1.253.389/SP, Rel. Min.HUMBERTO MARTINS, DJe 02/05/2013; AgRg nos EAg 1.330.346/RJ, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 20/02/2013; AgRg nos REsp. 947.231/SC, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 10/05/2012. 3. Depreende-se, da leitura dos arts. 13 e 25 da Lei 8.666/93 que, para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 13, com inexigibilidade de licitação, imprescindível a presença dos requisitos de natureza singular do serviço prestado, inviabilidade de competição e notória especialização. 4. É impossível aferir, mediante processo licitatório, o trabalho intelectual do Advogado, pois trata-se de prestação de serviços de natureza personalíssima e singular, mostrando-se patente a inviabilidade de competição. 5. A singularidade dos serviços prestados pelo Advogado consiste em seus conhecimentos individuais, estando ligada à sua capacitação profissional, sendo, dessa forma, inviável escolher o melhor profissional, para prestar serviço de natureza intelectual, por meio de licitação, pois tal mensuração não se funda em critérios objetivos (como o menor preço). 6. Diante da natureza intelectual e singular dos serviços de assessoria jurídica, fincados, principalmente, na relação de confiança, é lícito ao administrador, desde que movido pelo interesse público, utilizar da discricionariedade, que lhe foi conferida pela lei, para a escolha do melhor profissional. 7. Recurso Especial a que se dá provimento para julgar improcedentes os pedidos da inicial, em razão da inexistência de improbidade administrativa. (REsp 1192332/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 19/12/2013)***

15.5.4. No que diz respeito ao conceito de que desfruta o Escritório perante a sociedade e à qualidade dos trabalhos desenvolvidos por seu quadro técnico, como se pode comprovar através da juntada de seus certificados e experiências, corroborando, assim, com o fiel cumprimento das suas atividades laborativas nos diversos estados da federação, fazendo assim com que a sua fama ultrapasse limites geográficos e temporais.

15.5.5. O Escritório **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, dispõe de profissionais com ampla capacitação, conhecimento e larga

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Folhas nº 103
Processo nº 20
Rubrica nº

experiência em administração pública, já tendo ajuizado diversas ações objeto da contratação, demonstrando experiência prestada em diversos Municípios, logo, é singular, sendo considerada de notória especialização, existindo assim apenas uma possibilidade de contratação, qual seja a que aponta para o fornecedor acima indicado.

15.5.6. Ademais, acrescente-se que a notória especialização do escritório **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, que ensejou o mesmo a ser escolhido para prestar os serviços singulares sob referência, encontra-se presente na documentação acostada. Configurando, desta forma, a **singularidade dos serviços**, haja vista que o corpo técnico jurídico desta Secretaria não tem condições para ajuizar as ações objeto da presente contratação, por não conter nenhum especialista nesta área de atuação, bem como a **notória especialização,** conforme se verifica na expertise apresentada e nos julgados apresentados de ações propostas cuja parte são outros Municípios, deste Estado e de outros Estados da Federação.

## 16. DOS RECURSOS E DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.

16.1. As despesas em questão serão custeadas com recursos provenientes de dotações próprias da Lei Orçamentária vigente.

16.2. Nos exercícios subsequentes, as despesas serão custeadas com as dotações específicas dos Orçamentos-programa de cada um.

## 17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17. 1. Quaisquer esclarecimentos sobre os serviços a serem executados poderão ser prestados pela Secretaria de Administração e Finanças.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 17 de Março de 2025.

Marcelo Coelho Sousa
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Harrison Marcelo Pinheiro Rodrigues
Procurador Geral do Município
OAB/MA 7.264

Folhas nº 104
Processo nº 90
Rubrica nº

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

**Processo nº 90/2025**

De acordo com as informações constantes neste processo administrativo autuado, **aprovo a demanda** e autorizo o encaminhamento da solicitação para **Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA**, e determino que seja providenciada a instrução dos autos com vistas a realizar a contratação dentro das formalidades legais de acordo com o rito abaixo:

a) à Contabilidade Geral para informar a existência de dotação orçamentária para a cobertura das despesas, bem como se há adequação orçamentária nos termos do art. 16, II, LC nº 101/2000 – LRF;
b) ao Agente de Contratações para apresentar Parecer e documentação pertinente;
c) à Procuradoria Geral para emissão de parecer jurídico;
d) à Controladoria Geral do Município para emissão de parecer;
e) retorno dos autos para deliberação;

Alto Alegre do Pindaré/MA, 18 de Março de 2025.

**José Francinete Bento Luna**
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

Folhas nº 105
Processo nº 90
Rubrica nº

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo nº 90/2025
Requerente: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Para: CPL

## DESPACHO

Declaro para fins do disposto no art. 16, II, da lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e para efeito de realização de procedimentos licitatórios, que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, sendo compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e deverá ocorrer por conta das dotações orçamentárias conforme abaixo:

02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS
04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS
3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Alto Alegre do Pindaré/MA, 19 de Março de 2025.

**Antônio Amaro dos Santos Ayres**
**Contador Geral**
**CRC/MA 010691/0-2**

Folhas nº 106
Processo nº 90
Rubrica nº

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fls. nº
Rubrica



**PROCESSO N.º** 90/2025
**ASSUNTO**: Contratação direta por Inexigibilidade
**OBJETO**: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.
**Legislação Aplicável**: Art. 74, inciso III e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

## PARECER DO AGENTE DE CONTRATAÇÕES

### I – DA NECESSIDADE DO OBJETO:

Trata-se da contratação direta, por inexigibilidade, em razão do serviço técnico a ser realizado, para Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA, com base Art. 74, inciso III e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças justifica a contratação, tendo em vista a necessidade de identificar com agilidade e eficiência as pendências

tributárias que estão gerando retenções ou bloqueios no repasse de recursos ao município, bem como, deve ser feito uma atuação com foco na regularização, tanto administrativa quanto judicial, possibilitando uma rápida resolução de problemas, evitando acúmulo de encargos adicionais e garantindo que o município restabeleça sua capacidade financeira sem entraves.

Além disso, ao buscar a limitação dessas retenções, o município estará protegendo seus recursos financeiros, possibilitando maior previsibilidade orçamentária e capacidade de gestão.

Outrossim, atesta que a Procuradoria Geral do Município não possui profissionais suficientemente qualificados para executar as atividades complexas de elaboração e acompanhamento processual, tanto na esfera administrativa, quanto judiciais que viabilizem o ajuizamento de ações e atuação junto a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal.

Ademais, a Secretaria de Administração e Finanças justifica a indicação da empresa **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, tendo em vista que a Empresa cumpre com as exigências do presente caso, pois é singular e dispõe de profissionais com ampla capacitação para atuação na área, possuindo assim, notória especialização.

Destarte, juntou aos autos como comprovação no que se refere ao item "estudos", certificados de especialização em Direito Público, bem como, no item "experiência", juntou contratos que atestam que a empresa já desenvolveu as atividades em outros Municípios.

Outrossim, a Secretaria solicitante justificou o preço, atestando que o valor estimado encontra-se em conformidade com o valor praticado pela Empresa pelos mesmos serviços prestados, conforme cópia dos contratos em anexo, no qual comprovam que foram contratados os mesmos serviços por valores superior ao proposto ao Município.

Nesta feita, compulsando os autos, verificamos que a empresa **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, juntou aos autos, documentos referentes à habilitação jurídica, fiscal e econômica-financeira, encontrando-se em situação regular.

Da instrução destes autos constam ainda:

1) *Documento de Formalização da Demanda - DFD;*
2) *Despacho do Setor de Pesquisa Mercado;*
3) *Estudo Técnico Preliminar;*
4) *Termo de Referência;*
5) *Despacho do Prefeito Municipal;*
6) *Dotação Orçamentária;*

Eis em breve síntese as razões da contratação.

## II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Assim, como regra geral, tem-se a obrigatoriedade de licitação para a celebração de contratos com particulares.

A regra, inobstante sua teologia, não é absoluta.

Com efeito, a disposição normativa encartada no art. 37, XXI, da Carta Constitucional estabelece a obrigatoriedade da formalização e procedimentos licitatórios, ressalvados os casos especificados na legislação.

Assim, possibilitou o legislador constitucional ressalvasse a legislação ordinária casos em que se faria possível a realização, pela Administração Pública, de contratação direta, independentemente da formalização de prévia concorrência.

A exceção deve se fundar, necessariamente, na verificação da impossibilidade ou na inconveniência do certame; na primeira hipótese, inexistiriam contendores habilitados a celebrar o contrato, enquanto na segunda a licitação se afiguraria lesiva aos interesses públicos;

> *"Dado o caráter geral das disposições sob foco, a legislação, distrital ou municipal não poderá reduzir itens. Embora a aparência sugira tratar-se de rol numerus clausus, a doutrina mostrava-se divergente ao debruçar-se sobre o art. 12 do revogado Dec.-lei nº 2.300/86, de reação quase idêntica. Com Razão, porque o art. 13, tal como o antigo art. 12, serve ás hipóteses de inexigibilidade agora reunidas no art. 25, e estas são exemplificativas. Com efeito, é possível imaginar-se serviços especializados não previsto no art. 13 e cujo objeto seja insuscetível de licitação, por inviável a competição; é a inviabilidade da competição que determina a inexigibilidade; se viável for competição, devida é a licitação."*
> *(Jessé Torres Pereira Júnior. Comentários á Leis das Licitações e Contratações da Administração Pública. 4ª Ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1997, p.100).*

Nesse toar, seguindo a orientação traçada pela Carta Magna, a obrigatoriedade da formalização de certames licitatórios sofre restrições, especificadas, de forma expressa, pela legislação ordinária pertinente à matéria – Lei Federal nº. 14.133/21 a qual, de acordo com o comando insculpido no art. 37, XXI, primeira parte, traçou hipóteses em que a licitação é dispensável e outras em que a concorrência é inexigível.

Aqui há de se fazer uma distinção entre as duas hipóteses.

Na dispensa, é possível a realização de concorrência para obter a Administração às condições de contratação mais vantajosas à sua esfera patrimonial, outorgando o legislador, no entanto, a possibilidade de, por razões de conveniência e

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

oportunidade, ser afastada a exigência; já nas hipóteses de inexigibilidade, não há como se instaurar o certame, vez que há inviabilidade de competição:

> *"A inviabilidade de competição significa ausência de opção ou alternativa para a Administração Pública. Sempre que existir uma única pessoa ou um único objeto em condições de satisfazer o interesse público, a licitação representaria uma formalidade inútil, cujo resultado seria previsível de antemão." (Marçal Justen Filho. Comentários á Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 4ª Ed., Ed. Aide, São Paulo, 1195, pág. 150).*
>
> *Independentemente da sistematização legal, que é muito imperfeita, poder-se-ia dizer que em alguns deles a Administração tem a faculdade de dispensar a licitação, em outros está obrigada a fazê-lo; em dada hipótese está proibida de licitar (motivo de segurança nacional) e que, de par com todos estes existem as situações de licitação inviável, ou seja, em que não comparecem os pressupostos lógicos ou fáticos em vista dos quais caberia efetuá-la. Note-se que o art. 17, I e II, fala em licitação 'dispensável' – o que sugere, respectivamente nos primeiros, um assunto já resoluto pela lei e, nos segundos, uma faculdade do legislador – enquanto o art. 25 arrola hipóteses de 'inexigibilidade' da licitação, aluindo a situação em que está é inviável." (Celso Antônio Bandeira de Mello. "Licitação – inexigibilidade – serviço singular". Revista de Direito Administrativo (RDA), vol.202, p.365).*

Quanto à inexigibilidade, a própria redação do artigo 74 traz a possibilidade e ampliação. O próprio dispositivo prevê algumas hipóteses, o que não impede que outras surjam na prática.

Estabelece a Lei Federal nº. 14.133/21, no art. 74, hipóteses em que se afigura insuscetível a instauração de certame licitatório, dada a especialização o serviço a ser contratado. Nesse rol se inclui, consoante se infere do dissecar do enunciado normativo insculpido no art. 74, III, patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.

Colimando a Administração Pública levar a cabo a contratação de serviços técnicos, faculta-lhe a Nova Lei de Licitações declarar – fundamentadamente – a inexigibilidade do certame.

A exclusão do prévio procedimento de licitação deve ter esteio, nesses casos, na especialização do profissional escolhido.

A questão de ser ou não exigível uma licitação não comporta uma resposta genérica, seja em sentido positivo, seja em sentido negativo. Porquanto é consabido que o campo de atuação profissional do Advogado é bastante amplo, compreendendo tanto trabalhos usuais, corriqueiros, de pequena complexidade técnica, quanto situações de extrema dificuldade, alta complexidade, verdadeiramente polêmicas e de enorme repercussão prática, tanto de ordem econômica quanto propriamente jurídica, afetando o direito de pessoas e o próprio interesse público.

O estudo desse problema, portanto, exige muita ponderação, repudiando-se, de uma vez, soluções simplistas e extremadas. Nem se pode dizer que toda contratação direta de Advogados pelo Poder Público é lícita, dado o caráter fundamentalmente intelectual e pessoal do trabalho advocatício, nem se pode por igual afirmar que toda e qualquer contratação de Advogados deve ser precedida de licitação, em face do princípio da isonomia.

Por necessário, cabe afastar um equivocado entendimento que vinha grassando no âmbito de alguns poucos Tribunais de Contas estaduais no sentido de que a Administração Pública estaria proibida de contratar Advogados externos porque a Constituição teria reservado essa função aos Procuradores de seus quarós, admitidos por concurso ou não.

*Data vênia,* das respeitáveis opiniões discordantes, entendemos que o art. 132 da Constituição Federal, afirmando que "*os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria das respectivas unidades federadas",* não tem e não pode ter esse alcance.

A tradição, a praxe e o bom-senso indicam que os assuntos litigiosos sem grande repercussão financeira ou transcendência política para os quais não são requeridos profissionais altamente especializados devam ser resolvidos por bacharéis em Direito com conhecimentos universais, como os que normalmente integram as Procuradorias dos Municípios.

Todavia, quando a tarefa jurídica requer conhecimentos diferenciados e/ou experiência pregressa de elevada monta em determinada matéria, obviamente a solução está na contratação de profissional externo que satisfaça a todos esses requisitos, aos quais deve somar-se à necessária dose do elemento confiança do ordenador da despesa, sendo este um elemento subjetivo impossível de levar em linha de conta na comparação com outros profissionais da mesma área.

Não é objetivo deste trabalho, contudo, tentar esvaziar o disposto no supramencionado art. 132 da Constituição Federal com relação à esfera municipal. Com toda a certeza, a contratação eventual e temporária de Advogados para questões específicas não é o substituto perfeito da Procuradoria. O que se defende neste Parecer é que uma coisa não é incompatível com a outra.

Na verdade, a contratação de serviços técnicos profissionais de Advogado externo tem sua legalidade ou ilegalidade dependente das circunstâncias do fato, requerendo do intérprete ou aplicador da lei o cuidadoso exame aprofundado de cada específico caso.

O principal aspecto que tem que ser considerado nas contratações de consultoria jurídica externa é o da eficiência e eficácia que deve ser perseguido por todo Administrador Público. Por gerir dinheiro ou interesse público, o Gestor Público age em nome do povo, é um agente da realização do interesse da coletividade. Desse modo, se sua Procuradoria não reunir o melhor conhecimento sobre determinada

questão não-usual, será seu dever contratar o profissional que melhor possa desempenhar a função, desde que seu preço esteja dentro dos parâmetros do mercado. Situação que resta configurada vez que fixados os honorários em acordo com o Código de Processo Civil e Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Esclarecidos todos esses aspectos peculiares, impede agora examinar as questões doutrinárias que eventualmente justificam a inexigibilidade de licitação na contratação de Advogados e/ou de sociedade de Advogados pela Administração Municipal.

Remanesce inequívoco, portanto, que a possibilidade de contratação direta, sem licitação, com fundamento na inexigibilidade, se baseia sempre na inviabilidade de competição, entendendo-se como tal a impossibilidade de comparação entre diversos possíveis executantes do serviço pretendido.

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, em seu Curso de Direito Administrativo (8ª Ed., Malheiros, 1996, p.332), resumiu de maneira clara e objetiva a questão da singularidade, ensinando que:

> *"Em suma: a singularidade é relevante e um serviço deve ser havido como singular quando nele tem de interferir,* ***como requisito de satisfatório atendimento da necessidade administrativa,*** *um componente criativo de seu ator,* ***envolvendo o estilo, o traço, a engenhosidade, a especial habilidade, a contribuição intelectual,*** *artística ou a argúcia de quem o executa, atributos estes que são precisamente os que a Administração reputa convenientes e necessita para a satisfação do interesse público em causa.*
> *Embora outros, talvez até muitos, pudessem desempenhar a mesma atividade científica, técnica ou artística, cada qual o faria à sua moda, de acordo com os próprios critérios, sensibilidade, juízos, interpretações e conclusões, parciais ou finais,* ***e tais fatores individualizadores repercutirão necessariamente quanto à maior ou menor satisfação do interesse público.*** *Bem por isto não é indiferente que sejam prestados pelo sujeito A ou pelos sujeitos B ou C, ainda que todos estes fossem pessoas de excelente reputação.*
>
> *É natural, pois, que, em situações deste gênero, a eleição do eventual contratado – a ser obrigatoriamente escolhido entre os sujeitos de reconhecida competência na matéria – recaia em profissional ou empresa cujos desempenhos despertem no contratante a convicção de que, para o caso,* ***serão presumivelmente mais indicados do que os de outros, despertando-lhe a confiança de que produzirá a atividade mais adequada para o caso.***
> *Há, pois, nisto, também um componente subjetivo ineliminável por parte de quem contrata"*

A contratação direta sem a realização de licitação se justifica quando se conjugarem a alta complexidade do serviço a ser executado e a notoriedade do executante escolhido. A respeito destacou LÚCIA VALLE FIGUEIREDO (*in* Direitos dos Licitantes. 3ª Ed., Malheiros, 1992, p.34):

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fls. nº
Rubrica

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

> *"Se a notória especialização é uma das exceções á regra da licitação, traz, como consequência, a possibilidade de contratações à revelia do procedimento licitatório. E, assim sendo, há de estar bem evidenciado que se conjugam os fatores necessários á sua validade.*
> *De conseguinte, como já afirmado, dois são os fatores que devem, obrigatoriamente, estar presentes;*
> *1) Existência da especialização notória: em síntese, capacidade notória;*
> *2) Necessidade desta especialização notória, por parte da Administração."*

A relevante questão já foi objeto de decisão no Supremo Tribunal Federal. Com efeito, ao relatar o RHC nº 72.830-8-RO (acórdão publicado no Boletim Licitações e Contratos – BLC, Curitiba, nº 10, 1996, p. 521), o eminente Ministro CARLOS VELLOSO, em seu ilustrado voto, acolhido por unanimidade, negando a existência de crime na contratação de Advogados para a defesa de interesses do Estado da Rondônia junto aos Tribunais Superiores, fez a seguinte notável ponderação:

> *"Acrescente-se que a contratação de Advogados dispensa licitação, dado que a matéria exige, inclusive, especialização,* ***certo que se trata de trabalho intelectual, impossível de ser aferido em termos de preço mais baixo.*** *Nesta linha, o trabalho de um médico operador. Imagina-se a abertura de licitação para a contratação de um médico cirurgião para realizar delicada cirurgia num servidor. Esse absurdo somente seria admissível numa sociedade* ***que não sabe conceituar valores.*** *O mesmo pode ser dito em relação ao Advogado, que tem por missão defender interesses do Estado, que tem por missão a defesa da res publica."*

Resulta, pois, possível de deduzir que a importância especial dos interesses públicos a serem defendidos nem sempre se coaduna com uma escolha automática, formal, impessoal, como se todos advogados fossem iguais, já que são pessoas formadas em Direito e inscritas na OAB. É que há situações em que não é irrelevante a escolha deste ou daquele profissional; dependendo da circunstância, fica a Administração obrigada a buscar o concurso do melhor profissional, daquele que se apresente como mais habilitado, em especial quando o assunto não é do perfeito domínio dos Procuradores Públicos.

A propósito, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em seu art. 6, XVIII, faz uma enumeração (meramente exemplificativa) dos trabalhos que por ela são considerados como "*serviços técnicos profissionais especializados" e no* art. 6, XIX, *a definição de* "notória especialização".

Nos diversos incisos desse artigo, para os efeitos deste estudo, cabe mencionar as referências a estudos técnicos, pareceres, assessorias ou consultorias técnicas, patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas e, ainda, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. É certo, pois, que o objeto da contratação em exame se enquadra dentro daquilo que a própria Lei já considera como serviços técnicos profissionais especializados.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fls. nº
Rubrica

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Essa enumeração está diretamente relacionada com a questão da inexigibilidade de licitação, que é disciplinada pelo artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, que comanda:

> *Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, emespecial nos casos de:*
> *I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;*
> *II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;*
> *III - **contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (g.n.)*

Já o § 3º desse mesmo dispositivo, traz o conceito legal de notória especialização nos seguintes termos:

> ***§ 3º** Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrentede desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

Ou seja, é a própria Lei Federal nº 14.133/21, em seu art. 74, § 3º, que estabelece o que vem ser a notória especialização. É aquela detida por profissional ou empresa, no campo de sua especialidade.

É quase unânime que o conceito de notória especialização traz em si mesmo certa propensão à ambiguidade. Tem-se embutido aí, para alguns, a característica de exclusividade. A ser verdade isso, seria redundante o inciso III do art. 74 da referida Lei. Neste particular, corrobora a sempre veiculada jurisprudência do TCU quanto ao assunto, calçada no destacado voto do Ministro Carlos Átila Álvares da Silva, constante da Decisão-TCU nº 565/95, parcialmente transcrito a seguir:

> *"Portanto, no meu entender, para fins de caracterizar a inviabilidade de competição e consequentemente a inexigibilidade de licitação, a notória especialização se manifesta mediante o pronunciamento do administrador sobre a adequaçãoe suficiência da capacidade da empresa para atender ao seu caso concreto. Logo, num determinado setor de atividade, pode haver mais de uma empresa com ampla experiência na prestação de umserviço singular, e pode não obstante ocorrer que, em circunstâncias dadas, somente uma dentre elas tenha 'notória especialização': será aquela que o gestor considerar a mais adequada para prestar os serviços previstos no caso concreto do contrato específico que pretender celebrar. Ressalvadas sempre as hipóteses de interpretações flagrantemente abusivas, defendo*

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

*assim tese de que se deve preservar margens flexíveis para que o gestor exerça esse poder discricionário que a lei lhe outorga."*

E, conforme ensina Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª Edição, Dialética, São Paulo, 1998, p. 265, *"não se exige que o profissional tenha reconhecimento de sua capacitação e especialização perante a comunidade. Exige-se, isto sim, que se trate de profissional destacado e respeitado no seio da comunidade de especialistas em que atua."*

Por isso mesmo, permitindo-nos reafirmar o que foi dito, não é de se admitir que a notória especialização requeira, necessariamente, o caráter de exclusividade. E dessa forma, não se está aqui a defender que somente a empresa futuramente contratada poderia ser a única a executar, de forma competente, os serviços objetos do ajuste. Pode haver outros. Mas a competição entre eles encontraria óbices práticos, estratégicos e quiçá legais.

Em razão do exposto, considerando que até então o procedimento não apresenta irregularidades que acarretem vícios de legalidade e tendo em vista os preceitos legais que regem a matéria, opinamos pelo prosseguimento do processo em seus ulteriores atos.

**III – DA ESCOLHA**;

O licitante escolhido neste processo para sacramentar a contratação dos serviços/produtos pretendidos, será: **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, estabelecida na Avenida dos Holandeses, nº 7, Cond. Metropolitan Marquet Place, Salas 409, Bairro Calhau, São Luís, Maranhão CEP: 65071-380

**IV – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL:**

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação.

Resta deixar consignado que conforme de depreende da documentação juntada em anexo, restou demonstrando assim sua habilitação jurídica e regularidade fiscal **(docs. juntados)**.

**V – DA MINUTA DO CONTRATO.**

Visando instruir a dispensa de licitação do processo administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta Comissão junta em anexo minuta do contrato, cujos fundamentos jurídicos devem ser analisados pela Assessoria Jurídica do Município.

## VI – RECOMENDAÇÕES.

É imperioso ressaltar ainda que, não obstante se tratar de situação de inexigibilidade de licitação, todas as outras condições referentes a esse procedimento devem ser atendidas, tais como: plena capacidade e personalidade jurídica para contratar, capacidade técnica, idoneidade moral e financeira, regularidade fiscal etc., enfim, todos os requisitos exigidos na lei para o processo de habilitação da pretensa contratada.

Ademais, tendo em vista que já foi juntada toda a documentação comprobatória de habilitação jurídica e a regularidade fiscal, todavia, necessário se atentar ao prazo de validade das aludidas certidões, conforme exigência dos artigos 62 e seguintes da Lei nº. 14.133/21.

Observe-se que a inexigibilidade deve ser ratificada pela autoridade competente e regularmente publicada.

Destarte, pelas circunstâncias elencadas no caso em apreço, com arrimo na melhor doutrina e em recentes julgados do TCU, ousamos afirmar que não há qualquer óbice legal quanto à possibilidade de se realizar contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com a ressalva de que devem ser observadas as recomendações deste parecer.

Isto posto, e considerando que:

a) O exame da documentação (prestação de serviços similares, exame curricular e resultados concretos) apresentada pela banca advocatícia proponente, serviu para confirmar que ela é dotada de notória especialização, com experiência profissional perfeitamente adequada aos objetivos almejados pela Administração Pública para a sua contratação temporária, ou seja, que ela é versada exatamente naquilo para o que o Município necessita de assessoramento jurídico com o fito de promover demandas administrativas e/ou judiciais que viabilizem a limitação do montante das retenções efetuadas pela Receita Federal junto ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM e regularização das pendências tributárias do município.

b) A Constituição Federal não veda a assinatura de acordo para prestação de serviços advocatícios terceirizados à Administração Pública municipal;

c) O escritório profissional cuja contratação é objeto desta análise está oferecendo serviço jurídico totalmente diferenciado (de outras ofertas já recebidas) na sua concepção operativa;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fls. nº
Rubrica

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

## VII – DAS RAZÕES FINAIS.

Ante o exposto, atendidas as recomendações dispostas neste, opina-se pela possibilidade jurídica de contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21, com a empresa suplicada, qual seja, **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, para os serviços advocatícios citados, uma vez que os mesmos preenchem os requisitos fáticos e jurídicos, não recaindo qualquer irregularidade na forma a ser contratada, ficando, todavia, a decisão de mérito acerca da conveniência, oportunidade, necessidade e viabilidade orçamentária a cargo da autoridade consulente.

Por fim, ressalte-se que o presente arrazoado tem caráter meramente opinativo, não vinculando o administrador em sua decisão, conforme entendimento exarado pelo Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança nº. 24.073, rel. Ministro Carlos Velloso.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do art. 72, VIII, da Lei nª 14.133/21.

No mais, condiciona-se o encaminhamento deste parecer ao Ordenador de Despesa à prévia análise da Procuradoria Geral referente a minuta do contrato em anexo, bem como, a Controladoria Interna Municipal, para análise e parecer nos termos da lei;

Uma vez observadas as condições anteriores, por fim cabe a Vossa Excelência decidir quanto à Ratificação da presente contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 72, VIII, da Lei nº 14.133/21.

É este o Parecer que submeto à apreciação da Autoridade Superior Competente.

## VIII – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, sugerimos encaminhar os autos para Procuradoria Geral do Município para apreciação e emissão parecer jurídico da **MINUTA DO CONTRATO** a ser firmado entre as partes, posteriormente, caso de acordo, encaminhem-se os autos ao Ordenador de Despesas desta Municipalidade para conhecimento, providências e demais deliberações ao seu cargo.

Alto Alegre do Pindaré (MA), 19 de Março de 2025.

**EDIVAN PINHO PEREIRA**
Agente de Contratação

Folhas nº 117
Processo nº 90
Rubrica nº

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA**
**Av. João XXIII, S/N - Centro**
**CNPJ: 01.612.832/0001-21**

**CONTRATO Nº ___/_____/PMAAP**
**PROCESSO N° 90/2025**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, ATRAVÉS DA SUA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, através da sua **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ – PMAAP/MA**, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CNPJ Nº 01.612.832/0001-21, neste ato representado respectivamente pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0000065717937 SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 467.294.103-53, residente e domiciliado, nesta Cidade, nesta Cidade e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato denominada **CONTRATADA,** representada por seu sócio **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e portador da xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato decorrente da licitação na modalidade Inexigibilidade e do **Processo Administrativo n.º 168/2024,** com fundamento no art. 74, inciso III, "c" e "e" da Lei 14.133/2021, na própria Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

## CLÁUSULA I – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO CONTRATO.

**1.1.** O presente contrato público de prestação de serviços é firmado com base no processo de inexigibilidade de licitação, em razão da notória especialização da empresa CONTRATADA e inviabilidade de competição na área jurídica, em decorrência da singularidade do serviço, conforme previsto no art. 74, inciso III, "e" da Lei 14.133/2021, bem como no art. 3º-A da Lei nº 8.906/94 e demais legislações aplicáveis.

**1.2.** Faz parte deste contrato, independentemente de qualquer transcrição, o Termo de Referência do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 90/2025 e a proposta comercial apresentada.

## CLÁUSULA II – DO OBJETO (art. 92, I e II).

2.1 O presente contrato tem por objeto a contratação direta por inexigibilidade de **serviço técnico jurídico especializado na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA, englobando ainda:**

a) Análise detalhada de todo o passivo fiscal do Município e Entes Vinculados;
b) Análise dos parcelamentos celebrados junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ainda vigentes;
c) Análise dos Processos Administrativos Fiscais vinculados aos créditos tributários exigidos pela Fazenda Nacional;
d) Elaboração de defesas e recursos administrativos junto à Receita Federal do Brasil;
e) Acompanhamento dos procedimentos administrativos fiscais em curso perante a Receita Federal;
f) Ajuizamento e Acompanhamento de ações na defesa dos interesses do Município em matéria tributária federal;
g) Elaboração de embargos à execução na defesa dos interesses do Município em matéria tributária Federal;

## CLÁUSULA III – DO VALOR CONTRATADO (art. 92, V).

3.1 Como contraprestação pela execução dos serviços descritos no objeto do presente contrato serão devidos honorários nos seguintes termos:

| Item | Especificação | Valor Mensal | Valor Total |
|---|---|---|---|
| 1 | Prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e | R$ 30.000,00 (trinta mil reais). | R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA**
**Av. João XXIII, S/N - Centro**
**CNPJ: 01.612.832/0001-21**

| | | | |
|---|---|---|---|
| | apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA. | | |

3.2 A estipulação dos honorários nos moldes e patamares aqui acordados tem como base a proposta apresentada e contratações similares de outros entes públicos.

3.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133/2021, prorrogável conforme artigo 107 da Lei n° 14.133/2021.

4.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI).

5.1 O pagamento dos serviços será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA em parcela única, após aferição dos respectivos serviços pela fiscalização designada pela Prefeitura Municipal de Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA, devendo o Contratado emitir Notas Fiscais/Faturas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega do faturamento, mediante a apresentação de Relatório e da Nota Fiscal, cuja fatura terá seu débito autorizado junto à tesouraria e da apresentação do comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se for o caso, e dos encargos sociais.

5.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da Regularidade Fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021, ou através do envio da documentação pelo Contratado. Assim, antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.
5.2.1 Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciarse-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.5 Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

5.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da Regularidade Fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 5.7 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do Processo Administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

5.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.9 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:
EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;
Vp = Valor da parcela em atraso;

5.11 I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

5.12 Após o período de vigência deste Contrato, na hipótese de sua eventual prorrogação, poderá ser admitido reajuste de preços para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro desta avença, utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

## CLÁUSULA VI – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII).

6.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo e na proposta, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) Executar fielmente o objeto contratado, tudo em conformidade com as especificações, projetos e prazos estipulados;

b) Informar a CONTRATANTE sobre tudo que diga respeito ao contrato em comento;

c) Atender as determinações regulares do representante designado pela CONTRATANTE, bem como as emitidas pela Autoridade Superior;

d) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

e) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento;

f) Colocar-se à disposição da CONTRATANTE, o que inclui a estrutura do escritório em sua sede e/ou filiais, bem como o Corpo Jurídico que venha a ser necessário para dirimir as demandas que lhe for solicitada;

g) Realizar reuniões regularmente com os representantes e com o corpo jurídico do quadro da
CONTRATANTE, para que sejam apresentadas as demandas e necessidades públicas;
h) Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;
i) Prestar esclarecimentos desejados, bem como, comunicar a CONTRATANTE, através de representante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou resultado do objeto;
j) Disponibilizar para a prestação dos serviços somente profissional(is) devidamente qualificado(s) para a prestação dos serviços objeto da contratação, objetivando lograr êxito e segurança, avocando para si toda a responsabilidade de forma a resguardar a CONTRATANTE de eventuais prejuízos decorrentes de qualquer demanda judicial;
k) Declarar-se ciente de que, em caso de violação das obrigações assumidas nos termos do presente contrato, responsabilizar-se-á civil e criminalmente por seus atos e omissões e pelas perdas e danos a que der causa, sem prejuízo das multas e demais sanções estabelecidas neste instrumento;
l) Responder, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita condição dos serviços prestados;
m) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato.

## CLÁUSULA VII – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV).

7.1 Obriga-se o CONTRATANTE a:
Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
a) Efetuar o pagamento na forma convencionada no Contrato;
b) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados;
c) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa prestar os serviços, dentro das normas do Contrato;
d) Enviar à CONTRATADA todos os documentos necessários para a prestação do serviço objeto deste Contrato;
e) Prestar as informações e os esclarecimentos, necessários à prestação dos serviços, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
f) Aplicar à CONTRATADA as sanções contratuais e regulamentares cabíveis, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
g) Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a efetiva realização dos serviços;
h) Realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

## CLÁUSULA VIII – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV).

8.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a ampla defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as sanções previstas no art. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.
8.1.1 Em caso de aplicação de multas, será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021;
8.1.2 As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força maior, devidamente justificados pela CONTRATADA e aceitos pela CONTRATANTE;
8.1.3 As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou cobradas judicialmente.

## CLÁUSULA IX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII).

9.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Geral do Município, observada a seguinte classificação orçamentária:

02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS
04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS
3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

## CLÁUSULA X – DA FORÇA MAIOR OU DO CASO FORTUITO.

10.1. Constitui-se caso fortuito ou motivo de força maior, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente Instrumento, os fatos fora de seu controle, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, os serviços contratados.

## CLÁUSULA XI – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à Autoridade Competente para as providências cabíveis.

## CLÁUSULA XII - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX).

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:
a) ficará ela constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato será extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
12.3.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

## CLÁUSULA XIII - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA XIV – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III).

14.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, demais preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme art. 92, inciso III da supracitada lei.

## CLÁUSULA XV – DA DIVULGAÇÃO.

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município e disponibilizar no Portal Nacional de Compras Públicas, no prazo previsto no art. 94, I da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA XVI – DO FORO (art. 92, §1º).

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em três (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

_____, _____ de _____ de _____.

Folhas nº 126
Processo nº
Rubrica nº

**xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**
Responsável legal da CONTRATANTE

**xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ **CPF:** _____
2. _____ **CPF:** _____

# MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

*01.612.832/0001-21*
***Av. João XXXIII, s/n – Centro***
***Estado do Maranhão***

**PORTARIA Nº 075/2025**

**Em 09 de janeiro de 2025.**

**DESIGNA SERVIDORES E SERVIDORAS PARA, SEM PREJUÍZO DAS ATRIBUIÇÕES EM SUAS RESPECTIVAS UNIDADES DE LOTAÇÃO, ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E COMO MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO (CPC) E DA EQUIPE DE APOIO NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021.**

**JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA**, Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica,

**CONSIDERANDO** o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

**CONSIDERANDO** que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

**CONSIDERANDO** que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

**I - EDIVAN PINHO PEREIRA**, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 000030264194-7 SSP/MA, e do CPF nº 713.015.423-34;

**II - MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES**, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 0289389320105 SSP/MA, e do CPF nº 550.726.153-91;

**III – MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS**, servidora efetiva, portadora da cédula de identidade RG nº 000075265197-8, e do CPF nº CPF nº 815.343.963-49.

**Parágrafo único.** Os agentes de contratação designados serão responsáveis, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas no Portal de Compras do Governo Federal.

**Art. 2º.** Designar o Agente de Contratação indicado no art. 1º, **EDIVAN PINHO PEREIRA**, para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

**Parágrafo único.** Designar os servidores os seguintes servidores relacionados no art. 1º: **MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES** e **MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS** para, sob a presidência de **EDIVAN PINHO PEREIRA**, comporem a Comissão Permanente de Contratação (CPC) e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA, na qualidade de membros titulares.

**Art. 3º.** Os servidores indicados no art. 2º, parágrafo único, desta portaria, serão responsáveis pelas contratações de saldos de Atas de Registro de Preços, rescisões e prorrogações contratuais decorrente de processos licitatórios que foram registrados e contratados, sob a égide das antigas Leis 8.666/93 e 10.520/2002,

**Art. 4º.** As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 33/2025, datada de 1º de Janeiro de 2025 e Publicada no Diário Oficial do Município em 2 de Janeiro de 2025.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**
**Em 09 de janeiro de 2025.**

**JOSE FRANCINETE BENTO LUNA**
**Prefeito Municipal**

**Certidão de Publicação**

**Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Lei nº 004/2018 de 15/05/2018, que a presente Portaria foi publicada no Quadro de Avisos da Prefeitura em 01 de janeiro de 2025 e no Diário Oficial do Município, D.O.M.**

**Marcelo Coêlho Sousa**
**Secretário Municipal de Administração e Finanças**

**Art. 21.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Alegre do Pindaré-MA, 02 de Dezembro de 2024.

Rivaldo Pereira Santos
Presidente

Eliete Assis Bezerra
1° Secretária

**ANEXO 01**
**CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

| ORD | DENOMINAÇÃO | QTD | SALÁRIO |
|---|---|---|---|
| 01 | Assessor Legislativo | 13 | R$ 1.412,00 |
| 02 | Assessoria Contábil | 1 | R$ 3.500,00 |
| 03 | Assessoria de Comunicação | 1 | R$ 2.000,00 |
| 04 | Assessoria Jurídica | 1 | R$ 4.237,20 |
| 05 | Chefe de Gabinete | 1 | R$ 3.000,00 |
| 06 | Controlador Geral | 1 | R$ 4.697,00 |
| 07 | Diretor da Câmara | 1 | R$ 1.412,00 |
| 08 | Secretário Geral | 1 | R$ 2.098,00 |
| 09 | Tesoureiro | 1 | R$ 3.500,00 |

**ANEXO 02**
**CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

| ORD | DENOMINAÇÃO | QTD | SALÁRIO |
|---|---|---|---|
| 01 | Auxiliar de Serviços Gerais | 2 | R$ 1.412,00 |
| 02 | Vigia | 2 | R$ 1.412,00 |
| 03 | Motorista | 1 | R$ 1.412,00 |

## PORTARIAS DE NOMEAÇÕES

**PORTARIA Nº 034/2025**
**Em 01 de janeiro de 2025.**

**NOMEIA COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DAS-1/2/3, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 44 da Lei Orgânica do Município, pela presente.

**R E S O L V E:**
**Art. 1°:** Designar o servidor **FRANCIVAL VELOSO FERNANDES** – CPF nº 471.197.723-68 para exercer a função de para exercer o Cargo em Comissão de COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DAS-1/2/3 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir desta data.
**Art. 2°**: Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

**Art. 3°**: Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Dê-se ciência e publique-se na imprensa oficial – em conformidade com o art. 48, da Lei Orgânica de ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA), para que surta seus legais e efeitos jurídicos.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**
**Em 01 de janeiro de 2025.**

**JOSE FRANCINETE BENTO LUNA**
**Prefeito Municipal**

**PORTARIA Nº 075/2025**
**Em 09 de janeiro de 2025.**

**DESIGNA SERVIDORES E SERVIDORAS PARA, SEM PREJUÍZO DAS ATRIBUIÇÕES EM SUAS RESPECTIVAS UNIDADES DE LOTAÇÃO, ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E COMO MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO (CPC) E DA EQUIPE DE APOIO NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021.**

**JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA**, Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica,

**CONSIDERANDO** o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

**CONSIDERANDO** que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

**CONSIDERANDO** que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

**I - EDIVAN PINHO PEREIRA**, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 000030264194-7 SSP/MA, e do CPF nº 713.015.423-34;

**II - MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES**, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 0289389320105 SSP/MA, e do CPF nº 550.726.153-91;

**III – MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS**, servidora efetiva, portadora da cédula de identidade RG nº 000075265197-8, e do CPF nº CPF nº 815.343.963-49.

**Parágrafo único.** Os agentes de contratação designados serão responsáveis, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas no Portal de Compras do Governo Federal.

**Art. 2º.** Designar o Agente de Contratação indicado no art. 1°, **EDIVAN PINHO PEREIRA**, para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

**Parágrafo único.** Designar os servidores os seguintes servidores relacionados no art. 1°: **MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES** e **MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS** para, sob a presidência de **EDIVAN PINHO PEREIRA**, comporem a Comissão Permanente de Contratação (CPC) e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA, na qualidade de membros titulares.

**Art. 3º.** Os servidores indicados no art. 2º, parágrafo único, desta portaria, serão responsáveis pelas contratações de saldos de Atas de Registro de Preços, rescisões e prorrogações contratuais decorrente de processos licitatórios que foram registrados e contratados, sob a égide das antigas Leis 8.666/93 e 10.520/2002,

**Art. 4º.** As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 33/2025, datada de 1º de Janeiro de 2025 e Publicada no Diário Oficial do Município em 2 de Janeiro de 2025.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL. Em 09 de janeiro de 2025. JOSE FRANCINETE BENTO LUNA Prefeito Municipal.**

Assinado digitalmente por CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234
DN: cn=CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia, email=REGAZZONI31@GMAIL.COM
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: 2025.01.09 17:31:02 -03'00'

Folhas nº 130
Processo nº 90
Rubrica nº

# Estado do Maranhão
# Município de Alto Alegre do Pindaré

# DIÁRIO OFICIAL
## Poder Executivo

## Secretaria de Administração e Finanças
**Coordenação do Diário Oficial - DOM**
Avenida João XIII, s/n, Centro
edomaap@gmail.com

**José Francinete Bento Luna**
Prefeito

**Clay Regazzoni Ribeiro Torres**
Coordenador do e-DOM

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

**Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:**

a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
d) Tipo de fonte: Times New Roman;
e) Tamanho da letra: 8;
f) Entrelinhas: simples;
g) Excluir linhas em branco;
h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

**Informações:** (98) 98612 – 9344

Assinado digitalmente por CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234
DN: cn=CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia, email=REGAZZONI31@GMAIL.COM
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: 2025.01.09 17:31:20 -03'00'

Folhas nº 131
Processo nº 90
Rubrica nº

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

## CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**
**CNPJ: 26.570.765/0001-50**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:24:48 do dia 10/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/08/2025.
Código de controle da certidão: **C59E.A316.3395.D92D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Folhas nº 132
Processo nº 90
Rubrica nº

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 26.570.765/0001-50
Certidão nº: 14972209/2025
Expedição: 13/03/2025, às 18:26:58
Validade: 09/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.570.765/0001-50, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Folhas nº 133
Processo nº
Rubrica nº

# GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
# SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

**Nº Certidão:** 050847/25 **Data da Certidão:** 26/02/2025 18:11:40

CPF/CNPJ 26570765000150 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

**Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 27/05/2025.**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**

**Data Impressão:** 13/03/2025 18:27:29

Folhas nº 134
Processo nº 90
Rubrica nº

# GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
# SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

**Nº Certidão:** 018718/25 **Data da Certidão:** 26/02/2025 18:12:41

CPF/CNPJ CONSULTADO: **26570765000150**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

**Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 27/05/2025.**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**

**Data Impressão:** 13/03/2025 18:28:11

Folhas nº 135
Processo nº 40
Rubrica nº

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 26.570.765/0001-50
**Razão Social:** BARROS LIMA SOCIEDADE INDIV DE ADVOCACIA
**Endereço:** R DO OESTE / CENTRO / CHAPADINHA / MA / 65500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:**23/02/2025 a 24/03/2025

**Certificação Número:** 2025022303444351318030

Informação obtida em 13/03/2025 18:28:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CERTIFICADO
1020250092115057

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Folhas nº 136
Processo nº 90
Rubrica nº

# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

## NÚMERO DA CERTIDÃO: 00010329152025

Validade: **13/03/2025**

CERTIFICAMOS QUE, VERIFICANDO OS REGISTROS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, CONSTATAMOS EXISTIR, NESTA DATA, PENDÊNCIAS CADASTRADAS NA INSCRIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA DESCRITA ABAIXO, AS QUAIS ESTÃO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA, CONFORME O DISPOSTO NO ARTIGO 151 DO CTN E NOS ARTIGOS 80 E 81, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017, RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL INSCREVER E COBRAR DÉBITOS AINDA NÃO REGISTRADOS OU QUE VENHAM A SER APURADOS.

| **DADOS DA PESSOA JURÍDICA** | |
|---|---|
| **CNPJ:** 26.570.765/0001-50 | **Inscrição Municipal:** 3682428715 |
| **Razão Social:** BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA | |
| **ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL** | |
| 691170100 – SERVICOS ADVOCATICIOS | |
| **ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO** | |
| **Logradouro:** AVENIDA DOS HOLANDESES | |
| **Número:** 7 | **Complemento:** COND METR MARKET PLACE SALA 409 |
| **Bairro:** CALHAU | |
| **Município:** SAO LUIS – MA | **CEP:** 65071380 |

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **11 de fevereiro de 2025 às 17:59**, sob o código de autenticidade nº **1A6948517DE052889B1ED3DF6A775F3B**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

**"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."**

Folhas nº 137
Processo nº 90
Rubrica nº



# 20 - BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

**CNPJ: 26.570.765/0001-50**

## Balanço Patrimonial

dos Holandeses, 7, Calhau - SAO LUIS - MA



Em REAL

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

**Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas**

| Número | Cód.Red. | Nome da Conta | Saldo Atual |
|---|---|---|---|
| **1** | | **ATIVO** | **311.721,60D** |
| **1.1** | | **ATIVO CIRCULANTE** | **311.721,60D** |
| **1.1.1** | | **ATIVO CIRCULANTE** | **311.721,60D** |
| **1.1.1.1** | | **DISPONIVEL** | **311.721,60D** |
| **1.1.1.1.01** | | **CAIXA GERAL** | **10.000,00D** |
| 1.1.1.1.01.0001 | 00001 | CAIXA | 10.000,00D |
| **1.1.1.1.02** | | **BANCOS CONTA CORRENTE** | **301.721,60D** |
| 1.1.1.1.02.0001 | 00004 | BANCO A | 301.721,60D |

Folhas nº 138
Processo nº 90
Rubrica nº



# 20 - BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

**CNPJ: 26.570.765/0001-50**

## Balanço Patrimonial

dos Holandeses, 7, Calhau - SAO LUIS - MA



Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

**Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas**

| Número | Cód.Red. | Nome da Conta | Saldo Atual |
|---|---|---|---|
| **2** | | **PASSIVO** | **311.721,60C** |
| **2.1** | | **PASSIVO CIRCULANTE** | **12.970,08C** |
| **2.1.1** | | **EXIGIBILIDADES DIVS** | **5.500,00C** |
| **2.1.1.5** | | **CONTAS A PAGAR** | **5.500,00C** |
| **2.1.1.5.10** | | **ALUGUEIS** | **5.500,00C** |
| 2.1.1.5.10.0001 | 00130 | ALUGUEL A PAGAR | 5.500,00C |
| **2.1.3** | | **OBRIGACOES TRIBUTARIAS** | **5.697,66C** |
| **2.1.3.1** | | **IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB A PAGAR** | **5.697,66C** |
| **2.1.3.1.01** | | **IMPOSTOS A PAGAR OU A RECOLHER** | **5.697,66C** |
| 2.1.3.1.01.0006 | 00152 | SIMPLES NACIONAL A PAGAR | 5.697,66C |
| **2.1.5** | | **OBRIGACOES SOCIAIS** | **1.772,42C** |
| **2.1.5.1** | | **OBRIGACOES SOCIAIS** | **1.509,84C** |
| **2.1.5.1.01** | | **SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR** | **1.509,84C** |
| 2.1.5.1.01.0002 | 00163 | SALARIOS A PAGAR | 1.509,84C |
| **2.1.5.3.01** | | **ENCARGOS SOCIAIS** | **262,58C** |
| 2.1.5.3.01.0001 | 00170 | PREVIDÊNCIA SOCIAL A RECOLHER | 131,29C |
| 2.1.5.3.01.0002 | 00171 | FGTS A RECOLHER | 131,29C |
| **2.5** | | **PATRIMONIO LIQUIDO** | **298.751,52C** |
| **2.5.1** | | **CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO** | **10.000,00C** |
| **2.5.1.1** | | **CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO** | **10.000,00C** |
| **2.5.1.1.01** | | **CAPITAL SOCIAL SUBSCR / RESID. NO PAIS** | **10.000,00C** |
| 2.5.1.1.01.0001 | 00211 | FABYO BARROS LIMA | 10.000,00C |
| **2.5.9** | | **LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS** | **288.751,52C** |
| **2.5.9.1** | | **LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS** | **288.751,52C** |
| **2.5.9.1.01** | | **LUCROS DO EXERCICIO EM CURSO** | **288.751,52C** |
| 2.5.9.1.01.0001 | 00251 | LUCROS DO EXERCÍCIO | 288.751,52C |

**SAO LUIS / MA, 31 de Dezembro de 2023**

FABYO BARROS LIMA:01936340151 Assinado de forma digital por FABYO BARROS LIMA:01936340151 Dados: 2024.08.13 16:56:13 -03'00'

Responsável:
FÁBYO BARROS LIMA
CPF: 019.363.401-51 OAB:MA-15180-A

HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO Assinado de forma digital por HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO Dados: 2024.08.13 16:48:40 -03'00'

Responsável contábil:
HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
CPF: 019.305.603-89 CRC: MA-013516

Folhas nº 139
Processo nº 90
Rubrica nº



Periodo 01/01/2023 a 31/12/2023

| Estrutura | Item | 2023 |
|---|---|---|
| 1 | **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** | **517.522,45 C** |
| 1.5 | VENDA DE PRODUTOS | |
| 1.10 | VENDA DE MERCADORIAS | |
| 1.15 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 517.522,45 C |
| 1.20 | RECEITAS DIVERSAS | |
| 2 | **( - ) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA** | **39.925,91 D** |
| 2.10 | IMPOSTO S/ VENDAS E SERVIÇOS | 39.925,91 D |
| 3 | **( = ) RECEITA LÍQUIDA** | **477.596,54 C** |
| 4.5 | CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS | |
| 4.10 | CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS | |
| 5 | **( = ) LUCRO BRUTO** | **477.596,54 C** |
| 6 | **DESPESAS OPERAC E OUTRAS RECEITAS** | **187.072,60 D** |
| 6.10 | DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 157.072,60 D |
| 6.15 | DESPESAS COMERCIAIS | 30.000,00 D |
| 8 | **( = ) LUCRO OU PREJ LIQ. OPERACIONAL** | **290.523,94 C** |
| 9.20 | RESULTADO DA CORREÇÃO MON. BALANCO | |
| 11 | **( = ) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR** | **290.523,94 C** |
| 14 | **( = ) LUCRO OU PREJ DO EXERCICÍO** | **290.523,94 C** |

**SAO LUIS / MA, 31 de Dezembro de 2023**

FABYO BARROS LIMA:01936340151 Assinado de forma digital por FABYO BARROS LIMA:01936340151 Dados: 2024.08.13 16:50:38 -03'00'

Responsável:
FÁBYO BARROS LIMA
CPF: 019.363.401-51 OAB: MA-15180-A

HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO Assinado de forma digital por HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO Dados: 2024.08.13 16:48:54 -03'00'

Responsável contábil:
HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
CPF: 019.305.603-89 CRC: MA-013516
Contador

Folhas nº 140
Processo nº 90
Rubrica nº



Periodo 01/01/2023 a 31/12/2023

| Estrutura | Item | Índice |
|---|---|---|
| 10 | **ÍNDICES DE LIQUIDEZ** | |
| 10.10 | Liquidez Corrente - Fórmula: AC/PC | 24,03 C |
| 10.20 | Liquidez Imediata - Fórmula: AD/PC | 24,03 C |
| 10.30 | Liquidez Seca - Fórmula: (AC-EF)/PC | 24,03 C |
| 10.40 | Liquidez Geral - Fórmula: (AC+RLP)/(PC+ELP) | 12,79 D |
| 10.50 | | |
| 20 | **ÍNDICES DE ESTRUTURA** | |
| 20.10 | **Endividamento** | |
| 20.10.10.10 | Grau de Individamento - Fórmula: | 0,61 D |
| 20.10.10.20 | Composição do Endividamento - Fórmula: PC/(PC+ELP) | 1,00 D |
| 20.10.10.30 | Garantia de Capital de Terceiros - Fórmula: PLF/(PC+ELP) | 0,63 D |
| 20.10.10.40 | | |
| 20.20 | **Imobilizações** | |
| 20.20.10.10 | Imobilização Técnica - Fórmula: AIM/PLF | |
| 20.20.10.30 | Imob. Recursos Perman - Fórmula: | |
| 20.20.10.40 | Imob. Patrimonio Líquido - Fórmula: (AIN+AIM+AIT)/PLF | |
| 20.20.10.50 | Imobilização Total - Fórmula: (AIN+AIM)/PLF | |
| 20.20.10.60 | | |
| 30 | **ÍNDICES DE RENTABILIDADE** | |
| 30.10 | Giro do Ativo - Fórmula: RL/((ATI+ATF)/2) | 2,97 C |
| 30.20 | Margem Líquida - Fórmula: LLAIR/RL | 0,61 D |
| 30.30 | Margem Bruta - Fórmula: LB/RL | 1,00 D |
| 30.40 | Margem Operacional - Fórmula: LO/RL | 0,61 D |
| 30.50 | Rentabilidade do Ativo - Fórmula: LLAIR/((ATI+ATF)/2) | 1,81 C |
| 30.60 | Rentabilidade do P. Líquido - Fórmula: LLAIR/((PLI+PLF)/2) | 35,31 D |
| 30.70 | Rentab Líq. Invest. em Estoque - Fórmula: LB/(CMV+CPV) | |
| 30.80 | | |
| 40 | **ÍNDICES DE ROTATIVIDADE** | |
| 40.10 | ROI - Retorno s/Investimentos - Fórmula: | |
| 40.15 | Retorno s/P. Liquido - Fórmula: (360*((EI+EF)/2)/(CMV+CPV)) | |
| 40.20 | Lucro por Ação - Fórmula: LLE/NAC | 290.523,94 C |
| 40.25 | Valor Patrimonial da Ação - Fórmula: PLF/NAC | 8.227,58 C |

**SAO LUIS / MA, 31 de Dezembro de 2023**

FABYO BARROS LIMA:01936340151
Assinado de forma digital por FABYO BARROS LIMA:01936340151
Dados: 2024.08.13 16:57:03 -03'00'

Responsável:
FÁBYO BARROS LIMA
CPF: 019.363.401-51 OAB:MA-15180-A

HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
Assinado de forma digital por HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
Dados: 2024.08.13 16:49:09 -03'00'

Responsável contábil:
HUGO LUIS DOS SANTOS COUTINHO
CPF: 019.305.603-89 CRC: MA-013516
Contador

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA**
**Av. João XXIII, S/N - Centro**
**CNPJ: 01.612.832/0001-21**

**PROCESSO N.º 90/2025**

**Requerente:** Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
**Assunto:** Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

## PARECER JURÍDICO Nº 84/2025 – CPL/PGM

Para melhor compreensão didática, este parecer divide-se em ***Relatório***, ***Análise da Demanda***, ***Dispositivo*** e ***Encaminhamento***.

### 1. Relatório.

Trata-se de Processo Administrativo, de interesse da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, acerca da possibilidade jurídica de contratação direta por inexigibilidade de Empresa Especializada para a promoção de demandas administrativas e/ou judiciais, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

Foram os autos, instruídos, com os seguintes documentos:

- Documento de Formalização da Demanda – DFD expedido pela Secretaria de Administração e Finanças;
- Proposta da Empresa Barros Lima Sociedade Individual De Advocacia, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômica,
- Despacho do Setor de Pesquisa de Preços;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Termo de Referência expedido pela Secretaria de Administração e Finanças e Procurador Geral do Município;
- Despacho Dotação Orçamentária;
- Despacho do Agente de Contratações;

**É o que cabia relatar.**
**Passo a opinar.**

## 2. Da Análise Jurídica.

**Preliminarmente,** deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe, realizando-se parecer sob o prisma **estritamente jurídico,** não competindo adentrar em questão afetas à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Vale mencionar posicionamentos no tocante a emissão de Parecer técnico por meio de Advogado no regular exercício do seu mister:

> ***SÚMULA Nº05/2012/COP**: O CONSELHO PLENO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos arts.75, parágrafo único, e 86 do Regulamento Geral da Lei nº 8.906/94, considerando o julgamento da Proposição nº49.0000.2012.003933-6/COP, decidiu na Sessão Ordinária realizada no dia 17 de setembro e 2012, editar a Súmula nº 05/2012/COP, com o seguinte enunciado: **"ADVOGADO, DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO, PODER PÚBLICO. Não poderá ser responsabilizado, civil ou criminalmente, o advogado que, no regular exercício do seu mister, emite parecer técnico opinando sobre dispensa ou inexigibilidade de licitação para contratação pelo Poder Público, porquanto inviolável nos seus atos e manifestações no exercício profissional, nos termos do art. 2º, § 3º, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB)." (grifos inautênticos)** Brasília, 17 de setembro de 2012. OPHIR CAVALCANTE JUNIOR, Presidente, JARDSON SARAIVA CRUZ, Relator.*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA**
**Av. João XXIII, S/N - Centro**
**CNPJ: 01.612.832/0001-21**

***JURISPRUDÊNCIA – STF – MS Nº 24.073, rel. Ministro Carlos Velloso. Mandado de segurança 24.073 – DF*** *06/11/2002 CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE CONTAS,TOMADA DE CONTAS: ADVOGADO.PROCURADOR: PARECER. C.F., art. 70, parág. Único, art. 71,II, art. 133, Lei nº 8.906, de 1994, art. 23, § 32, art. 7, art. 32, art. 34, IX. I.- Advogado de empresa estatal que, chamado a opinar, oferece parecer sugerindo contratação direta, sem licitação, mediante interpretação da lei das licitações. Pretensão do Tribunal de Contas da União em responsabilizar o advogado solidariamente com o administrador que decidiu pela contratação direta: impossibilidade, dado que o parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa. Celso Antônio Bandeira de Mello, "curso de Direito Administrativo", Malheiros Ed., 13 ª ed., p. 377. II.- O advogado somente será civilmente responsável pelos danos causados a seus clientes ou a terceiros, se decorrentes de erro grave, inescusável, ou de ato ou omissão praticado com culpa, em sentido largo: Cód. Civil, art. 159; Lei 8906/94, art. 32. III.- Mandado de Segurança deferido.*

A Constituição Federal de 1988, visando implementar alguns princípios inerentes a saudável atividade administrativa, estabeleceu, como regra, a obrigatoriedade de licitação.

A Licitação consiste num procedimento administrativo necessário, salvo exceções legais, sempre que a Administração pública desejar contratar obras, serviços, fornecimento de bens ou dispor, onerosamente ou não de seus bens.

Sabe-se também, que a Licitação, além de prover a Administração Pública com o melhor contrato, observa ainda, em sua estrutura, um verdadeiro instrumento efetivador dos princípios constitucionais da Impessoalidade, da Legalidade, da Eficiência, da Publicidade e da Moralidade.

Vale ressaltar que a licitação pública é um procedimento administrativo que tem por objetivo selecionar a melhor proposta para a Administração Pública, Como o serviço prestado pelo advogado é singular, excetuando-se das regras que são voltadas para a competição do menor preço, a inexigibilidade do certame é uma consequência natural.

Por igual, como no trabalho intelectual do advogado não existe o "equivalente perfeito", salta aos olhos que a competição fica esvaziada.

Neste caso, a legislação federal permite a contratação direta do advogado, por ser singular a prestação do seu serviço: "Os bens singulares, é que não são licitáveis. Um bem se qualifica desta maneira quando possui individualidade tal que o torna inassimilável a quaisquer outros. Estas individualidades podem provir de o bem ser singular: *a) em sentido absoluto; b) em razão de evento externo a ele ou c) por força de sua natureza íntima."*

Assim sendo, torna-se totalmente inviável o certame competitivo para a aferição da melhor prestação de serviço advocatícios, em total sintonia com o posicionamento da própria Lei nº 14.133/21.

Ao agir dessa forma, o administrador público não cometerá nenhuma infração funcional, visto que o interesse público faz com que o Estado tenha a melhor e mais eficiente defesa em juízo ou fora dele. É óbvio que tal regra deve ser interpretada com razoabilidade, pois a contratação direta é a exceção e não a regra a ser utilizada no dia-a-dia dos órgãos públicos.

Somente nas circunstâncias, e nos casos especiais, é que o ente de direito público se utilizará do recurso permitido pela Lei de Licitações públicas, contratando diretamente o advogado mais recomendado para uma importante prestação de serviços aos erários.

O artigo 74 da Lei 14.133/21 não exige a licitação quando houver inviabilidade de competição, sendo que o seu inc. III, estipula:

> *"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
>
> ***[...]***
>
> ***III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade paraserviços de publicidade e divulgação."*

A enumeração do art. 74 é exemplificativa e permite a contratação na hipótese dos casos em que é inviável a competição, dada as peculiaridades e circunstâncias que o caso comporta.

Ao tomador dos serviços cabe a aferição da conveniência e oportunidade da contratação, em consonância com a sua autorizada margem de discricionariedade.

Sendo certo que o art. 6, XVIII da lei em comento, considera serviço técnico profissional especializado os trabalhos de:

> *XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:*
> *a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;*
> *b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*
> *c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;*
> *d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;*
> *e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;*
> *f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

> *g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;*
> *h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso; (...)"*

E mais, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em seu art. 6, XIX, *apresenta a definição de* "notória especialização", vejamos:

> *XIX - notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;*

Sem dúvida, os serviços de advogados são serviços técnicos, sendo facilmente identificados como nas hipóteses acima expostas.

Diante do mencionado, presente os requisitos da lei: serviço singular e notória especialização, deve-se, portanto, a contratação ser realizada sem o procedimento licitatório prévio.

A lei 14.133/21, conforme já narrado, contempla a inexigibilidade de competição quando houver inviabilidade da mesma, dada a natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização (inc. III, art. 74).

Logo, havendo interesse público, não haverá nenhum óbice à contratação direta do advogado, na forma da própria lei de licitações e na jurisprudência dominante.

## 2.1 – Inexigibilidade de Licitação.

É sabido que a regra geral para contratação pela Administração é através de Licitação, sendo a contratação direta uma exceção. Este é o preceito ditado pela Carta Magna que, ao estabelecer a licitação como regra fundamental, teve o zelo de ressaltar a possibilidade de concorrência como requisito prévio.

Desta forma, não obstante a própria exigência constitucional estatuir a obrigatoriedade de realização do certame, a Lei 14.133/21 também prevê os casos em que este é inexigível, prevista no art. 74 do diploma legal mencionado.

Assim, temos que a inexigibilidade da realização do competente certame licitatório materializa-se quando não há possibilidade de competição, porque só existe um

objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; e a licitação é, portanto, inviável.

**2.2 – Inviabilidade de Competição.**

Neste particular, corrobora a sempre veiculada jurisprudência do TCU quanto ao assunto, calçada no destacado voto do Ministro Carlos Átila Álvares da Silva, constante da Decisão-TCU nº 565/95,parcialmente transcrito a seguir:

> *"Portanto, no meu entender, para fins de caracterizar a inviabilidade de competição e consequentemente a inexigibilidade de licitação, a notória especialização se manifesta mediante o pronunciamento do administrador sobre a adequação e suficiência da capacidade da empresa para atender ao seu caso concreto. Logo, num determinado setor de atividade, pode haver mais de uma empresa com ampla experiência na prestação de um serviço singular, e pode não obstante ocorrer que, em circunstâncias dadas, somente uma dentre elas tenha 'notória especialização': será aquela que o gestor considerar a mais adequada para prestar os serviços previstos no caso concreto do contrato específico que pretender celebrar. Ressalvadas sempre as hipóteses de interpretações flagrantemente abusivas, defendo assim tese de que se deve preservar margens flexíveis para que o gestor exerça esse poder discricionário que a lei lhe outorga."*

E, conforme ensina Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª Edição, Dialética, São Paulo, 1998, p. 265, *"não se exige que o profissional tenha reconhecimento de sua capacitação e especialização perante a comunidade. Exige-se, isto sim, que se trate de profissional destacado e respeitado no seio da comunidade de especialistas em que atua."*

Por isso mesmo, permitindo-nos reafirmar o que foi dito, não é de se admitir que a notória especialização requeira, necessariamente, o caráter de exclusividade. E dessa forma, não se está aqui a defender que somente a empresa futuramente contratada poderia ser a única a executar, de forma competente, os serviços objetos do ajuste. Pode haver outros. Mas a competição entre eles encontraria óbices práticos, estratégicos e quiçá legais.

Verifica-se, ainda, corroborando com o devido entendimento, a jurisprudência exposta pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, onde relata que o Município poderá realizar a contratação por inexigibilidade, por tratar-se de Escritório Advocatício com extrema qualificação na matéria em questão, e por obter a total confiança do administrador público solicitante. Conforme aduz:

> *ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 17 DA LEI. ART. 295, V DO CPC. ART. 178 DO CC/16. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.*

*SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ARTS. 13 E 25 DA LEI 8.666/93. REQUISITOS DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. SINGULARIDADE DO SERVIÇO. INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. DISCRICIONARIEDADE DO ADMINISTRADOR NA ESCOLHA DO MELHOR PROFISSIONAL, DESDE QUE PRESENTE O INTERESSE PÚBLICO E INOCORRENTE O DESVIO DE PODER, AFILHADISMO OU COMPADRIO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Quanto à alegada violação ao 17, §§ 7o., 8o., 9o. e 10 da Lei 8.429/92, art. 295, V do CPC e art. 178, § 9o., V, b do CC/16, constata-se que tal matéria não restou debatida no acórdão recorrido, carecendo de prequestionamento, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais. Aplicáveis, assim, as Súmulas 282 e 356 do STF. 2. Em que pese a natureza de ordem pública das questões suscitadas, a Corte Especial deste Tribunal já firmou entendimento de que até mesmo as matérias de ordem pública devem estar prequestionadas. Precedentes: AgRg nos EREsp 1.253.389/SP, Rel. Min.HUMBERTO MARTINS, DJe 02/05/2013; AgRg nos EAg 1.330.346/RJ, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 20/02/2013; AgRg nos REsp. 947.231/SC, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 10/05/2012. 3. Depreende-se, da leitura dos arts. 13 e 25 da Lei 8.666/93 que, para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 13, com inexigibilidade de licitação, imprescindível a presença dos requisitos de natureza singular do serviço prestado, inviabilidade de competição e notória especialização. 4. É impossível aferir, mediante processo licitatório, o trabalho intelectual do Advogado, pois trata-se de prestação de serviços de natureza personalíssima e singular, mostrando-se patente a inviabilidade de competição. 5. A singularidade dos serviços prestados pelo Advogado consiste em seus conhecimentos individuais, estando ligada à sua capacitação profissional, sendo, dessa forma, inviável escolher o melhor profissional, para prestar serviço de natureza intelectual, por meio de licitação, pois tal mensuração não se funda em critérios objetivos (como o menor preço). 6. Diante da natureza intelectual e singular dos serviços de assessoria jurídica, fincados, principalmente, na relação de confiança, é lícito ao administrador, desde que movido pelo interesse público, utilizar da discricionariedade, que lhe foi conferida pela lei, para a escolha do melhor profissional. 7. Recurso Especial a que se dá provimento para julgar improcedentes os pedidos da inicial, em razão da inexistência de improbidade administrativa. (REsp 1192332/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 19/12/2013)*

Vale lembrar ainda que, o que não puder ser confrontado segundo padrões objetivos, será apreciado sob a discrição administrativa da autoridade, que deverá, então, evidenciar a pertinência e a adequação de seus motivos, bem como justificar o valor a ser pago pelos cofres públicos para tal contratação.

Exatamente pela razão supra, o art. 72, submete também os processos de inexigibilidade ao dever de justificar e motivar os atos de escolha e contratação. Ou seja, mesmo nos casos em que há ausência de pluralidade de alternativas, a Administração tem o dever de buscar o melhor contrato possível, devendo sempre os princípios administrativos ser fiel e prontamente observado.

Jamais se justifica uma contratação com valores abusivos e são inúmeras as orientações a tal respeito, afinal, a decisão de contratar tem como antecedente necessário a verificação acerca das diferentes soluções disponíveis para melhor atender a finalidade pública, devendo esta atividade administrativa prévia conduzir à seleção da alternativa mais coerente.

Por fim, temendo ser exaustiva, mas em homenagem aos detalhes necessários, trazemos à tona Jorge U. Jacoby que nos alerta para a necessidade da justificativa da escolha, que deve apontar "as razões do convencimento do agente público, registrando-se no processo de contratação os motivos que levaram à contratação direta".

Ademais, merece destaque os julgados do plenário do Tribunal de Contas da União (TCU):

> *Decisão TCU 2394/2022 – Plenário: Esta decisão analisou a contratação de advogados por inexigibilidade de licitação, reafirmando que a notória especialização deve ser comprovada pela qualificação técnica e o histórico de atuação do escritório contratado, devendo ser justificada a inviabilidade de competição.*
>
> *Acórdão 1927/2011 - Plenário do TCU: O TCU decidiu que a contratação direta de serviços advocatícios por inexigibilidade de licitação é permitida, desde que seja demonstrada a notória especialização e a singularidade do objeto, sem que haja indícios de favorecimento.*

Esses precedentes ajudam a fundamentar a possibilidade de contratação direta de escritórios de advocacia com base na notória especialização e na singularidade dos serviços prestados, alinhados com o que está previsto no artigo 74, III, da Lei nº 14.133/2021.

Assim, existe permissão legal quando for de notória especialização, previsto no art. 74, III, da Nova Lei de Licitações que conceitua: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

## 3 – Da Análise da Minuta do Contrato

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, prestações dos serviços, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

> *Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:*
> *I - O objeto e seus elementos característicos;*
> *II - A vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;*
> *III - A legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;*
> *IV - O regime de execução ou a forma de fornecimento;*
> *V - O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;*
> *VI - Os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;*
> *VII - Os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;*
> *VIII - O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;*
> *IX - A matriz de risco, quando for o caso;*
> *X - O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;*
> *XI - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;*
> *XII - As garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;*
> *XIII - O prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;*
> *XIV - Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;*
> *XV - As condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;*
> *XVI - A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;*
> *XVII - A obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;*
> *XVIII - O modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;*
> *XIX - Os casos de extinção.*

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021.

Folhas nº 150
Processo nº 90
Rubrica nº



**4. Publicidade do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato.**

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme determinam os art. 72, parágrafo único, e art. 94, II da Lei nº 14.133, de 2021.

**5 – Das Considerações Finais.**

Isto posto, de acordo com os elementos e informações constantes nos autos, opina esta Assessoria Jurídica pela **POSSIBILIDADE** de contratação com a empresa: **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, estabelecida na Avenida dos Holandeses, nº 7, Cond. Metropolitan Marquet Place, Salas 409, Bairro Calhau, São Luís, Maranhão CEP: 65071-380, nos termos da justificativa apresentada pela Secretaria Solicitante e pelo Parecer do Agente de Contratação, todavia, torna-se imprescindível a observância das condições exigidas pela lei, principalmente no que tange a comprovação da presença dos requisitos enumerados nos art. 72, art. 6, XVIII e XIX e art. 74, III da lei 8.666/93, e, assim procedendo, nenhum óbice restará para formalização da contratação direta.

✓ **É o parecer. Sub Censura:**

✓ **ENCAMINHAMENTO:**

Encaminhem-se os autos ao **ORDENADOR DE DESPESAS desta Municipalidade** para conhecimento, providências e demais deliberações ao seu cargo.

**Alto Alegre do Pindaré (MA), 20 de Março de 2025.**

FRANCISCO TAVARES LEITE NETO:02860316396

Assinado de forma digital por FRANCISCO TAVARES LEITE NETO:02860316396
Dados: 2025.03.20 12:49:13 -03'00'

***Francisco Tavares Leite Neto***
***OAB/MA 11.534***
***Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA***

Folhas nº 151
Processo nº 90
Rubrica nº

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

| | |
|---|---|
| Nº do processo | 90/2025 |
| Requerente | Secretaria Municipal de Administração e Finanças |

Veio a conhecimento desta consultoria técnica na área jurídica e contábil, de processo para Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

Visa o presente dar cumprimento às atribuições estabelecidas nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal e demais normais que regulam as atribuições do sistema de controle interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitantes dos atos de gestão.

Trata-se da contratação direta, por inexigibilidade, para para Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA, conforme especificações constantes no processo em epígrafe, no qual contempla a empresa **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50.

O processo veio instruído com DFD, ETP, termo de referência, despacho da Prefeitura Municipal, documentação da empresa (habilitação jurídico e fiscal), informações sobre a dotação orçamentária, e parecer jurídico.

Portanto, diante da instrução processual, e exclusivamente em relação a sua formalidade, não foi detectada irregularidade que impeça a continuidade do mesmo, razão pela qual declaramos sua conformidade de acordo com o disposto no art. 74, III, "c" e § 3º da

Folhas nº 152
Processo nº 90

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

Lei nº 14.133/21.

Recomendamos, contudo, que antes da realização do empenho que sejam verificadas todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista apresentadas no processo de inexigibilidade, cuja vigência contemple a data da assinatura do contrato/empenho.

Ressalvamos que todos os despachos e pareceres técnicos acostados no processo são de única e exclusiva responsabilidade dos respectivos setores e seus signatários.

Sem mais formalidades, manifestamo-nos pelo prosseguimento do certame.

É o parecer.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 20 de Março de 2025.

**Agapto Cardoso da Cunha**
Controlador Geral

Folhas nº 153
Processo nº 90
Rubrica nº

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

**Processo nº 90/2025**

## DECLARAÇÃO

À vista das informações trazidas aos autos, DECLARO o cumprimento dos Incisos I e II do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa se encontra adequada com a Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentária e ainda com o Plano Plurianual.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 21 de Março de 2025.

**José Francinete Bento Luna**
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

154
90
14

# AUTORIZAÇÃO

**PROCESSO N.º 90/2025**

**OBJETO**: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA.

**AMPARO LEGAL**: Art. 74, inciso III, "c" e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**PRAZO DE VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, prorrogável conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS
04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS
3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

**AUTORIZO** a contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inc. III, "c" da Lei n.º 14.133/2021, do objeto acima especificado com a empresa **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, estabelecida na Avenida dos Holandeses, nº 7, Cond. Metropolitan Marquet Place, Salas 409, Bairro Calhau, São Luís, Maranhão CEP: 65071-380, com valor global estimado de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Alto Alegre do Pindaré/MA, 21 de Março de 2025.

**José Francinete Bento Luna**
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

Folhas nº 155
Processo nº 90
Rubrica nº

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA**
**Av. João XXIII, S/N - Centro**
**CNPJ: 01.612.832/0001-21**

**CONTRATO Nº 114/2025/PMAAP**
**PROCESSO Nº 90/2025**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, ATRAVÉS DA SUA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ Nº 26.570.765/0001-50, NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, através da sua **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ – PMAAP/MA**, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CNPJ Nº 01.612.832/0001-21, neste ato representado respectivamente pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0000065717937 SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 467.294.103-53, residente e domiciliado, nesta Cidade e a empresa **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.570.765/0001-50, estabelecida na Avenida dos Holandeses, nº 7, Cond. Metropolitan Marquet Place, Salas 409, Bairro Calhau, São Luís, Maranhão CEP: 65071-380, Telefone nº (61) 3222-5004, e-mail: fabyoadvogado@gmail.com, neste ato denominada **CONTRATADA,** representada por seu sócio **FÁBYO BARROS LIMA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito(a) na OAB/MA sob n. 15180-A e inscrito(a) no CPF/MF sob n. 019.363.401-51, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato decorrente da licitação na modalidade Inexigibilidade e do **Processo Administrativo n.º 90/2025,** com fundamento no art. 74, inciso III, "c" e "e" da Lei 14.133/2021, na própria Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

## CLÁUSULA I – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO CONTRATO.

**1.1.** O presente contrato público de prestação de serviços é firmado com base no processo de inexigibilidade de licitação, em razão da notória especialização da empresa CONTRATADA e inviabilidade de competição na área jurídica, em decorrência da singularidade do serviço, conforme previsto no art. 74, inciso III, "e" da Lei 14.133/2021, bem como no art. 3º-A da Lei nº 8.906/94 e demais legislações aplicáveis.

**1.2.** Faz parte deste contrato, independentemente de qualquer transcrição, o Termo de Referência do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 90/2025 e a proposta comercial apresentada.

## CLÁUSULA II – DO OBJETO (art. 92, I e II).

2.1 O presente contrato tem por objeto a contratação direta por inexigibilidade de **serviço técnico jurídico especializado na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos**



FABYO BARROS LIMA:01936340151 FABYO BARROS LIMA:01936340151

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

**administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA, englobando ainda:**

a) Análise detalhada de todo o passivo fiscal do Município e Entes Vinculados;
b) Análise dos parcelamentos celebrados junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ainda vigentes;
c) Análise dos Processos Administrativos Fiscais vinculados aos créditos tributários exigidos pela Fazenda Nacional;
d) Elaboração de defesas e recursos administrativos junto à Receita Federal do Brasil;
e) Acompanhamento dos procedimentos administrativos fiscais em curso perante a Receita Federal;
f) Ajuizamento e Acompanhamento de ações na defesa dos interesses do Município em matéria tributária federal;
g) Elaboração de embargos à execução na defesa dos interesses do Município em matéria tributária Federal;

## CLÁUSULA III – DO VALOR CONTRATADO (art. 92, V).

3.1 Como contraprestação pela execução dos serviços descritos no objeto do presente contrato serão devidos honorários nos seguintes termos:

| Item | Especificação | Valor Mensal | Valor Total |
|---|---|---|---|
| 1 | Prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, | R$ 30.000,00 (trinta mil reais). | R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). |



FABYO BARROS LIMA:01936340151 FABYO BARROS LIMA:01936340151

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA**
**Av. João XXIII, S/N - Centro**
**CNPJ: 01.612.832/0001-21**

| | | | |
|---|---|---|---|
| | contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA. | | |

3.2 A estipulação dos honorários nos moldes e patamares aqui acordados tem como base a proposta apresentada e contratações similares de outros entes públicos.

3.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133/2021, prorrogável conforme artigo 107 da Lei n° 14.133/2021.

4.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI).

5.1 O pagamento dos serviços será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA em parcela única, após aferição dos respectivos serviços pela fiscalização designada pela Prefeitura Municipal de Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA, devendo o Contratado emitir Notas Fiscais/Faturas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega



FABYO BARROS LIMA:01936340151 FABYO BARROS LIMA:01936340151

do faturamento, mediante a apresentação de Relatório e da Nota Fiscal, cuja fatura terá seu débito autorizado junto à tesouraria e da apresentação do comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se for o caso, e dos encargos sociais.

5.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da Regularidade Fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021, ou através do envio da documentação pelo Contratado. Assim, antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.
5.2.1 Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciarse-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.5 Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

5.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da Regularidade Fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 5.7 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do Processo Administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

5.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.9 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e



FABYO BARROS LIMA:01936340151 FABYO BARROS LIMA:01936340151

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:
EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;
Vp = Valor da parcela em atraso;

5.11 I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

5.12 Após o período de vigência deste Contrato, na hipótese de sua eventual prorrogação, poderá ser admitido reajuste de preços para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro desta avença, utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

## CLÁUSULA VI – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII).

6.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo e na proposta, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
a) Executar fielmente o objeto contratado, tudo em conformidade com as especificações, projetos e prazos estipulados;
b) Informar a CONTRATANTE sobre tudo que diga respeito ao contrato em comento;
c) Atender as determinações regulares do representante designado pela CONTRATANTE, bem como as emitidas pela Autoridade Superior;
d) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
e) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento;
f) Colocar-se à disposição da CONTRATANTE, o que inclui a estrutura do escritório em sua sede e/ou filiais, bem como o Corpo Jurídico que venha a ser necessário para dirimir as demandas que lhe for solicitada;
g) Realizar reuniões regularmente com os representantes e com o corpo jurídico do quadro da
CONTRATANTE, para que sejam apresentadas as demandas e necessidades públicas;
h) Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;



FABYO BARROS LIMA:01936340151 FABYO BARROS LIMA:01936340151

i) Prestar esclarecimentos desejados, bem como, comunicar a CONTRATANTE, através de representante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou resultado do objeto;
j) Disponibilizar para a prestação dos serviços somente profissional(is) devidamente qualificado(s) para a prestação dos serviços objeto da contratação, objetivando lograr êxito e segurança, avocando para si toda a responsabilidade de forma a resguardar a CONTRATANTE de eventuais prejuízos decorrentes de qualquer demanda judicial;
k) Declarar-se ciente de que, em caso de violação das obrigações assumidas nos termos do presente contrato, responsabilizar-se-á civil e criminalmente por seus atos e omissões e pelas perdas e danos a que der causa, sem prejuízo das multas e demais sanções estabelecidas neste instrumento;
l) Responder, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita condição dos serviços prestados;
m) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato.

## CLÁUSULA VII – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV).

7.1 Obriga-se o CONTRATANTE a:
Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
a) Efetuar o pagamento na forma convencionada no Contrato;
b) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados;
c) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa prestar os serviços, dentro das normas do Contrato;
d) Enviar à CONTRATADA todos os documentos necessários para a prestação do serviço objeto deste Contrato;
e) Prestar as informações e os esclarecimentos, necessários à prestação dos serviços, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
f) Aplicar à CONTRATADA as sanções contratuais e regulamentares cabíveis, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
g) Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a efetiva realização dos serviços;
h) Realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

## CLÁUSULA VIII – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV).

8.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a ampla defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as sanções previstas no art. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.
8.1.1 Em caso de aplicação de multas, será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao



FABYO BARROS LIMA:01936340151 FABYO BARROS LIMA:01936340151

responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021;
8.1.2 As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força maior, devidamente justificados pela CONTRATADA e aceitos pela CONTRATANTE;
8.1.3 As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou cobradas judicialmente.

## CLÁUSULA IX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII).

9.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Geral do Município, observada a seguinte classificação orçamentária:

*02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS*
*04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS*
*3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA*

## CLÁUSULA X – DA FORÇA MAIOR OU DO CASO FORTUITO.

10.1. Constitui-se caso fortuito ou motivo de força maior, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente Instrumento, os fatos fora de seu controle, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, os serviços contratados.

## CLÁUSULA XI – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à Autoridade Competente para as providências cabíveis.



FABYO BARROS LIMA:01936340151 FABYO BARROS LIMA:01936340151

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

## CLÁUSULA XII - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX).

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:
a) ficará ela constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato será extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
12.3.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

## CLÁUSULA XIII - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



FABYO BARROS LIMA:01936340151 FABYO BARROS LIMA:01936340151

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA XIV – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III).**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, demais preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme art. 92, inciso III da supracitada lei.

**CLÁUSULA XV – DA DIVULGAÇÃO.**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município e disponibilizar no Portal Nacional de Compras Públicas, no prazo previsto no art. 94, I da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA XVI – DO FORO (art. 92, §1º).**

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em três (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 24 de Março de 2025.

JOSE FRANCINETE BENTO LUNA:46729410353 Assinado de forma digital por JOSE FRANCINETE BENTO LUNA:46729410353

**JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA**
Responsável legal da CONTRATANTE



FABYO BARROS LIMA:01936340151 FABYO BARROS LIMA:01936340151

Folhas nº 164
Processo nº 90
Rubrica nº

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA**
**Av. João XXIII, S/N - Centro**
**CNPJ: 01.612.832/0001-21**

FABYO BARROS LIMA:01936340151 FABYO BARROS LIMA:01936340151

**BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA,**
**CNPJ Nº 26.570.765/0001-50**
**FABYO BARROS LIMA**
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: 609008943 19
2. _____ CPF: 043.387.803 05

Folhas nº 165
Processo nº 90
Rubrica nº

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA**
**Av. João XXIII, S/N - Centro**
**CNPJ: 01.612.832/0001-21**

## EXTRATO DO CONTRATO

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2025. REF.: Processo nº. 90/2025 - PARTES: MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA),** através de sua **PREFEITURA MUNICIPAL** e a empresa **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA,** CNPJ Nº 26.570.765/0001-50 – **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA – **VALOR MENSAL:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais) – **VALOR MENSAL:** R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) – **DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA**: 02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA – **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, prorrogável conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021 – **BASE LEGAL**: art. 74, inciso III, "c" e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes à espécie – **SIGNATÁRIOS: JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA,** Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA, pela CONTRATANTE e **FABYO BARROS LIMA,** pela **CONTRATADA**.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 26 de Março de 2025.

FRANCISCO TAVARES LEITE NETO:02860316396
Assinado de forma digital por FRANCISCO TAVARES LEITE NETO:02860316396
Dados: 2025.03.26 11:07:27 -03'00'

Francisco Tavares Leite Neto
OAB/MA 11.534
Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

# DIÁRIO OFICIAL

## Caderno do Executivo

Folhas nº 166
Processo nº 90
Rubrica nº

SUMÁRIO

**EXTRATOS**
Comissão Permanente de Licitação – CPL.....1
**ERRATA DE EXTRATO**
Comissão Permanente de Licitação – CPL.....1
**HOMOLOGAÇÃO**
Comissão Permanente de Licitação – CPL.....1
**PORTARIAS**
Gabinete do Prefeito - GABPREF.....2

## EXTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2025 – REF.: Processo nº. 104/2025 - PARTES: MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA), através de sua SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa CARNEIRO EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º. 24.113.358/0001-99. OBJETO: CONTRATAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2025 DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2025 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA - VALOR GLOBAL: R$ 523.296,12 (quinhentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e seis reais e doze centavos) - DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA: *4 FMS- ALTO ALEGRE DO PINDARE 02 PODER EXECUTIVO 02 08 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 02 08 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10 Saúde 10 301 Atenção Básica 10 301 0119 GESTAO SAUDE 10 301 0119 2042 0000 MANUT.DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO* - PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2025 - BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e suas alterações e demais normas pertinentes à espécie – SIGNATÁRIOS: THAYS CRISTINA OLIVEIRA PARGA, Secretaria Municipal de Saúde de Alto Alegre do Pindaré/MA, pela CONTRATANTE e JOSE DE JESUS CARNEIRO VIDAL, pela CONTRATADA. Alto Alegre do Pindaré/MA, 20 de março de 2025. Emanuel Diniz de Jesus Póvoas OAB/MA 21.553 *Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA*

**EXTRATO DO CONTRATO**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2025. REF.: Processo nº. 90/2025 - PARTES: MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA),** através de sua **PREFEITURA MUNICIPAL** e a empresa **BARROS LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA,** CNPJ Nº 26.570.765/0001-50 – **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, sob forma e patrocínio administrativo e judicial, sem caráter de exclusividade, com o acompanhamento dos processos administrativos; apresentação de defesas recursos e judiciais, ajuizamento de ações, a elaboração e apresentação de contestações, réplicas, tréplicas, razões finais, comparecimento em audiências, confecção, interposição e acompanhamento de recursos, contrarrazões, sustentações orais, confecção interposição e acompanhamento de incidentes processuais, tais como, medidas cautelares (preparatórias ou incidentais), embargos à execução, mandados de segurança, suspensão de segurança, liminares e execuções de sentenças e quaisquer medidas processuais que se fizerem necessárias para salvaguardar os direitos e interesse do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município, seja na condição de autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado, perante a Receita Federal do Brasil, o Conselho Administrativo de Recursos de Infrações — CARF, Seção Judiciária Federal no Distrito Federal, para atender as necessidade do Município de Alto Alegre do Pindaré – MA – **VALOR MENSAL:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais) – **VALOR MENSAL:** R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) – **DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA**: 02 02 00 SEC.MIN. DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 04 122 0046 2007 0000 MANUT. E FUNC.DA SEC.DE ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS 3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA – **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, prorrogável conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021 – **BASE LEGAL**: art. 74, inciso III, "c" e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes à espécie – **SIGNATÁRIOS: JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA,** Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA, pela CONTRATANTE e **FABYO BARROS LIMA,** pela **CONTRATADA**. Alto Alegre do Pindaré/MA, 26 de Março de 2025. Francisco Tavares Leite Neto OAB/MA 11.534 Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

**EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2025. REF.: Processo nº. 089/2025. PARTES: MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA) e a empresa RC CONSTRUTORA & EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 16.723.052/0001-26 – OBJETO: contratação de serviços comuns de sinalização do trânsito, para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, nas condições estabelecidas no Projeto Básico / Termo de Referência – VALOR GLOBAL: R$ 787.367,52 (setecentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos); DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA: 2 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARE; 02 PODER EXECUTIVO; 02 11 SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO; 02 11 00 SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO; 04 Administração; 04 122 Administração Geral; 04 122 0046 SUPORTE ADMINISTRATIVO; 04 122 0046 2066 0000 MANUTENÇAO E FUN DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO; 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura; PRAZO DE EXECUÇÃO: A execução dos serviços será de 06 (seis) meses, iniciada a partir do recebimento da ordem de serviço; BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e demais normas pertinentes à espécie – SIGNATÁRIOS: JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré (MA), pela CONTRATANTE e RUANCHARLES CRUZ ARAUJO, pela CONTRATADA. Alto Alegre do Pindaré/MA, 24 de março de 2025. Emanuel Diniz de Jesus Póvoas OAB/MA 21.553 Assessor Jurídico.

## ERRATA

ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO

A publicação do Extrato do Contrato 104/2025, do Processo nº. 103/2025, veiculada no Diário Oficial do Município no dia 20 de março de 2025, merece correção em razão de erro de digitação. Onde se lê: *"Alto Alegre do Pindaré/MA, 20 de fevereiro de 2025"*. Leia-se: *"Alto Alegre do Pindaré/MA, 20 de março de 2025"*. Alto Alegre do Pindaré/MA, 21 de Março de 2025. *Emanuel Diniz de Jesus Póvoas_OAB/MA 21.553_Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA*

## HOMOLOGAÇÃO

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar
através do código 41SUH-SEY4L-GBX3Y-CEWHN ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas